

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 07/2024

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO

Presidente:	- <i>Francisco José Esteves</i>
1.ª Secretária:	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
2.ª Secretário	- <i>José António Costa Ferreira</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 3.ª Sessão Ordinária 28 de junho de 2024	- Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Ata da 4.ª Sessão Ordinária 27 de setembro de 2024	- Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Ata da 2.ª Sessão Extraordinária 11 de outubro de 2024	- Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> na 5.ª Sessão Ordinária de 20/12/2024 e o Senhor Vice-Presidente esteve a Representar a Câmara Municipal na 2.ª Reunião da 5.ª Sessão da Assembleia Municipal de 06/01/2025 e pelos Senhores Vereadores: - <i>Carlos Duarte Travanca</i> (falta justificada na 2.ª Reunião da 5.ª Sessão) - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos. Dar as boas vindas a esta 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela de 2024, cumprimentar o Executivo na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar os Senhores Deputados de todas as Bancadas Municipais, cumprimentar o público em geral, comunicação social, lembrar que esta Sessão é transmitida via *online* e, portanto, cumprimentar o público que está a assistir a esta Sessão desta Assembleia Municipal. Desejar um excelente dia de trabalho e muito proveitoso.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, renovo os cumprimentos que já foram feitos e também eu desejo um bom dia de trabalho.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Carlos Fontoura Soares* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Vítor Manuel Fernandes Pratas*;

A Senhora Deputada **Mariana Reis Ribeiro Sampaio** é substituída pelo Senhor Deputado **Carlos Alberto Pinheiro Esteves**;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas **Joaquim António Morais Clemente** é substituído pela Senhora Tesoureira **Sónia Cristina Figueiredo Mota**.

Registo de Faltas.

Camila Padrão Fraga, Luís Carlos Fontoura Soares, Mariana Reis Ribeiro Sampaio, Joaquim António Morais Clemente, Manuel João Fraga, Diana Delfina Santos Costa, Rui Filipe Pacheco Carrazedo, Carlos Alberto Ventura Marques, Mário José Medeiros Vilarinho, Vanda da Assunção Carvalho Preciso, Jorge Humberto Fernandes, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, António André Batista Geraldo.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Luís Carlos Fontoura Soares*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Mariana Reis Ribeiro Sampaio*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Manuel João Fraga*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Rui Filipe Pacheco Carrazedo*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Carlos Alberto Ventura Marques*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Nelson Manuel Sousa Teixeira*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Vanda da Assunção Carvalho Preciso*: Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Camila Padrão Fraga*: 2.ª Reunião da 5.ª Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Luís Carlos Fontoura Soares*: 2.ª Reunião da 5.ª Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Mariana Reis Ribeiro Sampaio*: 2.ª Reunião da 5.ª Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Joaquim António Morais Clemente*: 2.ª Reunião da 5.ª Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Carlos Alberto Ventura Marques*: 2.ª Reunião da Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Mário José Medeiros Vilarinho*: 2.ª Reunião da Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Diana Delfina Santos Costa*: 2.ª Reunião da Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Jorge Humberto Fernandes*: 2.ª Reunião da Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: 2.ª Reunião da Sessão de 20 de dezembro de 2024.
- *António André Batista Geraldo*: 2.ª Reunião da Sessão de 20 de dezembro de 2024.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 1.ª e 2.ª Reunião da 5.ª Sessão de 20 de dezembro de 2024 dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 28 de junho, Ata de 4.ª Sessão Ordinária de 27 de setembro e Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 11 de outubro de 2024.

----- O Senhor Deputado Municipal **VIRGÍLIO TAVARES** (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Só queria chamar a atenção em relação a esta Ata e penso que foi um lapso, na página 30, mesmo no fundo, diz: “O Senhor Deputado Municipal **Paulo Pinto** (PSD) solicitou o uso da palavra para defender a honra” e depois o texto refere-se ao Senhor Deputado **Paulo Pontes** do PS e não do PSD, portanto é um erro que é conveniente corrigir.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal **LUÍSA BELCHIOR** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Certamente que sim, foi um erro no apelido, com certeza que vamos corrigir, que não foi detetado. De qualquer modo agradeço a atenção.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata 3.ª Sessão Ordinária de 28 de junho de 2024.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2024.

----- Efetuada a votação e estando 44 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 11 de outubro de 2024.

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Muito bom dia a todos e votos de bom trabalho para esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Senhora Presidente, mais um ano a chegar ao fim e tudo igual em relação à tirolesa. A Senhora está naquela “quem vier que feche a porta”.

Senhora Presidente, vá para onde for, que Deus lhe dê o dobro ou o triplo do bem que nos tem feito.

Senhora Presidente, na última Assembleia Municipal, alguém mandou “bocas” para mim indiretas, mas quem quiser mandar “bocas” que as mande diretas, sei bem o que lhe responder, ou ficamos naquilo que nos parecer.

Senhor Presidente, fomos convidados para ir passar férias à Suíça, a minha cunhada tirou lá os bilhetes há algum tempo, o Senhor Vereador *Vitor Correia* falou com o nosso Advogado, dizendo para agendarmos três dias que não se compreende o porquê nesta altura fazer os testes de ruído no inverno e agora acabamos por saber que o Senhor Vereador não tem na agenda e nós perdemos o dinheiro dos bilhetes, isto é, mesmo de garotice, mais nada. Um dia isto há-de dar alguma coisa. Não é uma ameaça, mas apenas um aviso.

Senhor Presidente, acompanhando as redes sociais e que o Senhor *José Carlos Teixeira* foi convidado pelo Chega, a Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, conte connosco, é verdade, eu posso-me exprimir como eu quiser.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse: Senhor *Manuel Brízido*, tem que evitar, no nosso Regimento não estão admissíveis intervenções políticas, por favor.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, o aparelho para medir o ruído, segundo se falava por aí era da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, acabamos por saber que afinal não é, é uma empresa da zona do Porto que vem fazer a medição do ruído, esperamos que a medição do ruído seja feita, porque se não vai haver alguma surpresa.

Senhor Presidente, gostava de saber qual é a dívida da Câmara Municipal de Mirandela? Se o buraco que a Senhora Presidente vai deixar é maior, ou se era maior quando a Senhora Presidente tomou conta do mesmo?

Senhor Presidente, não tenho muito a ver com o assunto, mas por umas coisas vão-se tirando outras ilações. A Senhora Presidente no primeiro mandato teve um Adjunto, agora já teve vários, de quem será a culpa? A culpa morreu solteira.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse: Senhor *Manuel Brízido*, eu volto a insistir, são considerações reservadas aos eleitos locais, são considerações puramente políticas, portanto, abstenha-se de fazer esse tipo de considerações na Assembleia Municipal, por favor.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, pergunto-lhe se ainda não sobrou dinheiro a esta Câmara para mandar colocar umas tampas ali nas casas de banho, porque as devia mandar colocar.

Senhora Presidente, a Escola do Fomento, na qual deu uma intervenção à Rádio Terra Quente e supostamente a Senhora *Madalena* e a Senhora Vereadora *Vera Preto*, queriam falar comigo não sei porquê, ainda não sei o conteúdo, mas quero acrescentar que a Escola do Fomento não tem aquecimento nos corredores, não tem aquecimento nas casas de banho, não tem um parque coberto para as crianças fazerem o recreio e o refeitório é pequeno em relação às crianças que ali estão.

Senhor Presidente, há pessoas que têm algo trancado na garganta em relação à Senhora Presidente, pois devia dizê-lo antes da Senhora Presidente ir embora, não era um dia que a Senhora se vá embora.

Senhor Presidente, uma altura falava com a Senhora Presidente ao telefone, onde me disse: “Vou colocar o meu telefone em alta voz, para quem está ao meu lado ouvir”, não considera que isto é uma ameaça?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *PATRÍCIA FREITAS de Mirandela* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Entende-se a Cultura como um dos elementos centrais da intervenção e da transformação das sociedades. Esta conceção, detalhadamente teorizada por *Bento de Jesus Caraça*, o “intelectual de novo tipo”, aponta para um entendimento amplo e universalizante da Cultura como fator de emancipação humana e de conquista da liberdade. Nesse sentido, a Cultura não é, nem pode ser, um oásis reservado às elites, mas sim aberta a todas as classes sociais, algumas delas bastante conscientes do papel da Cultura no seu desenvolvimento histórico.

Temos assistido, nos últimos anos, a extraordinárias mobilizações em defesa da Cultura, reivindicando mais investimento, nomeadamente ao nível dos sucessivos Orçamentos de Estado e do seu desprezo em relação ao setor cultural. O subfinanciamento crónico do setor representa a política de mercantilização a que tem sido sujeito, de acordo com uma interpretação que o instrumentaliza ao serviço de uma visão redutora e pouco democrática daquilo que deveria ser o acesso público à Cultura.

As autarquias locais desempenham um papel fundamental no que diz respeito ao alargamento das possibilidades de fruição e criação cultural. Essa é, precisamente, uma das consequências do rompimento com quarenta e oito anos de censura: a consolidação do papel do Poder Local Democrático na promoção e no financiamento das atividades culturais. Apesar disso, a Administração Local, muitas vezes, não dispõe dos meios e dos recursos necessários para levar a cabo uma política cultural coerente, plural e diversificada, adaptada às necessidades da população.

Nesse sentido, verifica-se, no concelho de Mirandela, uma dificuldade crescente – e antiga – em consolidar uma política cultural coesa, pese embora a existência de várias infraestruturas de boa qualidade que seriam capazes de servir esse propósito. Reconhecendo às festas da cidade e a outras iniciativas o importante papel que assumem na conservação da identidade, das tradições, do território material e imaterial comum a um povo, não nos podemos abster de valorizar outras formas de expressão artística e, conseqüentemente, de investir na sua realização. Porque a Cultura não é a-histórica, requer prática, invenção e evolução constantes.

Questiona-se, à luz do panorama descrito, se existe ou não a intenção de mobilizar esforços em prol da construção de um aparelho cultural mais inclusivo, mais original, mais democrático, que seja capaz de mobilizar e atrair mais população, nomeadamente largas camadas de juventude que, numa fase de desenvolvimento das suas estruturas de pensamento, precisam de estímulos intelectuais, passando pela maioria das pessoas que vivem e trabalham aqui, e não esquecendo a ainda considerável população mais envelhecida que habita nas aldeias. Questiona-se, finalmente, se existe alguma previsão para a integração do Centro Cultural de Mirandela na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, que seria uma mais-valia para a existência de uma adequada programação cultural.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Múncipe *RUI NEVES de Mirandela* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Hoje estou aqui não para a questionar, até porque já sei qual seria a resposta que me iria dar, mas para recordar e lhe dizer que nós mirandenses somos o resultado de duas circunstâncias; onde estamos e com quem estamos.

Daqui a alguns dias, 4 de janeiro 2025, faz 11 anos que ocorreu a derrocada das casas do “LIDL”, infelizmente para os proprietários lesados, sensibilidade, saber ouvir, resolver rápido os problemas das pessoas, nunca foi uma das suas prioridades, Senhora Presidente.

Em 2017 fui um dos muitos mirandenses que acreditou em si, que acreditaram numa inversão de política na esperança de se acabar com uma governação que tinha primado pela incompreensão, e se esqueceu dos problemas dos seus municípios.

Em Lisboa, numa situação semelhante os moradores de quatro prédios afetados por uma derrocada, voltaram as suas casas passados três ou quatro meses.

O seu Presidente defendeu que a primeira prioridade era “proteger as pessoas”, a segunda era “recuperar a segurança do espaço físico afetado” e a terceira era “apurar integralmente as responsabilidades” da ocorrência.

Idêntica opinião defendia a Senhora Presidente entre 2014 e 2017, isso todos recordamos.

Depois disso:

Ficou demonstrado durante os seus mandatos, que nunca se preocupou em defender as pessoas e os seus bens, ou apurar a existência ou não da responsabilidade do Município na derrocada, mas a de encontrar formas de desresponsabilizar o Município, ou os seus Técnicos.

Isso ficou demonstrado quando recusou cumprir a sentença que condenou o Município em 2014, e em 2017, a fazer as obras necessárias a garantir a segurança das casas até à decisão do processo.

Isso ficou demonstrado quando desvalorizou a decisão de um Tribunal Superior, como o Tribunal Central Administrativo do Norte e do Ministério Público do Supremo Tribunal Administrativo que defenderam a urgência da realização das obras, porque o dinheiro que se gastaria seria incomparavelmente menor que o prejuízo sofrido pelas pessoas e bens em caso de desabamento das habitações.

Isso ficou demonstrado quando se socorreu de todo o tipo de recursos, até conseguir obter uma decisão que com base apenas na provisoriedade dessas obras evitou ter que as fazer, mesmo sabendo que eram obras consideradas necessárias e urgentes por todos os peritos das universidades e do LNEC pois o que estava em causa era a estabilidade das casas, a segurança dos seus municípios e dos seus bens, e dos edifícios situados nos lotes inferiores.

O comportamento do Município em todo este processo faz lembrar, o condutor alcoolizado, que conduzindo em excesso de velocidade atropela mortalmente um peão na passadeira e depois tenta desculpabilizar-se culpando o pobre do peão, porque não tomou todas as cautelas que devia, quando atravessou a passadeira.

Sabe Senhora Presidente, quando um autarca assim procede e se coloca demasiado acima dos problemas, falha claramente no seu serviço às suas populações.

Um Feliz Natal e um Bom Ano para todos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *LEONEL XAVIER* de Lamas de Orelhão disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

A minha intervenção nesta Assembleia Municipal prende-se única e exclusivamente para obter alguns esclarecimentos e penso que deverá ser neste Órgão Municipal que os possa colher.

Durante o Executivo presidido pelo Dr. *José Augusto Gama*, foi aprovada a geminação entre a nossa cidade e a cidade da Maia, que passo a ler o que na altura foi deliberado: “Considerando, a importância que as geminações representam no domínio do intercâmbio cultural entre comunidades que decidiram aprofundar as suas relações. Considerando, o grande significado que o Conselho da Europa e a Comunidade Económica dão a este quadro de relações, sendo nomeadamente, o fator importante para a atribuição da Bandeira de Honra Europeia, a aproximação das diferentes comunidades locais, que as geminações facilitam e potenciam. Considerando, o exemplo da cidade da Maia, não apenas no domínio cultural, mas nos vários domínios, podendo com justiça, ser apontada como ponto de referência para outras cidades, comprometidas com o desenvolvimento do progresso, num quadro de valores que importa respeitar e salvaguardar. Considerando que o intercâmbio entre as cidades da Maia e de Mirandela, mais vocacionada a primeira para o desenvolvimento industrial e a segunda para a atividade agrícola, irá traduzir-se num vasto quadro de troca de experiências que enriquecerá o património cultural, social e económico das duas comunidades. As Câmaras Municipais de Mirandela e da Maia, aprovam a sua geminação e designam que seja estabelecido anualmente um dia de Mirandela na Maia e um dia da Maia em Mirandela, com o objetivo de se organizarem manifestações de carácter cultural, estimulando o intercâmbio entre os municípios das duas comunidades.”

Ora, porque não tenho conhecimento que esta deliberação esteja a ser cumprida, solicito ao Executivo que me informe o que sobre o assunto achar por conveniente.

Segundo ponto, lixeiras no concelho. Desativada há alguns anos a empresa Mirapapel, não conseguiu, ou não lhe deu jeito retirar o lixo que aí se acumula, porquê? Esta situação em nada beneficia Mirandela, antes pelo contrário. Pergunto, não poderá a Câmara Municipal intervir para solucionar esta situação?

No centro da nossa cidade, mais propriamente na zona da Cocheira e zona envolvente, há dois terrenos que dão má imagem a quem ali passa, já não digo aos que vivem que já estão habituados, mas a pessoas de fora que nos visitam, ficam alarmadas com a situação ali decorrente. É uma zona muito visitada e esta situação torna-se desagradável. Tantas vezes ouvimos falar de “Mirandela, Cidade Jardim”, que a manter-se esta porcaria, desculpem a expressão, brevemente se passará a designar outra coisa.

E as lixeiras não se ficam só aqui em Mirandela, há também nas aldeias. Na aldeia em que eu vivo, que já foi vila, há outras situações bastante desagradáveis, mas não é propriamente agora na lixeira que eu quero falar nas Lamas de Orelhão, nesta localidade estamos a beber água porque os Bombeiros a levam lá. A Serra dos Passos e a nossa serra têm água no dizer do ditado popular: “água até almeidere”, não seria mais vantajoso para a Câmara Municipal, que deixaria de pagar tanto dinheiro que paga aos Bombeiros e para a população das Lamas de Orelhão, que se fosse buscar a água à serra onde há água abundantemente?

O edifício da escola primária há muito tempo que está desativado, devia ser, a meu ver, arranjada e que fosse dada a preferência à Associação Recreativa, por exemplo, e também o convívio para as pessoas idosas poderem ali estar durante parte do seu tempo.

Umás Boas Festas para todos vós.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Agradecer desde já as questões que foram levantadas, começando por responder ao Senhor *Manuel Brízido*, efetivamente estamos numa fase de fazer os testes de ruído, foi solicitada a indicação de três datas possíveis, no entanto vai ocorrer na medida em que poderá haver essa disponibilidade, ou não, por parte do município, ou seja, aguardamos neste momento que seja disponibilizado para fazer os testes, caso não haja essa disponibilidade, faremos com a empresa que tem um aparelho certificado, o aparelho da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana está em fase de certificação e portanto, estamos neste momento a

aguardar. Passarei a palavra, caso o Senhor Vereador *Vitor Correia* queira responder, porque foi citado nesta intervenção e a Senhora Vereadora *Vera Preto* também foi citada, passarei a palavras se eles quiserem dar informações complementares.

Relativamente à dívida, a Câmara Municipal este ano tem uma dívida aproximada de 8,5 milhões de euros e em 2017 tinha uma dívida aproximada de 18,7 milhões de euros, portanto, como vê Senhor *Manuel Brízido* e todos os municípios, houve uma evolução muito favorável.

No prazo médio de pagamentos aos fornecedores houve uma evolução muito favorável, passamos de aproximadamente 176 dias para 35 dias em 2024, o que demonstra efetivamente uma gestão municipal cuidada, rigorosa, a que se deve todo o esforço dos trabalhadores, dos Dirigentes e também do Executivo em Permanência que muito tem lutado para que sejamos um município de contas certas, porque como todos sabem, saímos do Saneamento Financeiro em 2019.

Quanto à Escola do Fomento, sei que está agendada uma visita de um Departamento de Obras da DGEstE, em articulação com o Departamento de Arquitetura e Engenharia da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana. Também fez referência aos telefonemas e, portanto, queria só salientar que efetivamente quando somos alvo de insultos, temos que ter algumas cautelas e por isso efetivamente todos nós temos que nos proteger e, por isso, sem querer de certa forma tornar isso uma evidência, todos sabemos daquilo que falamos e por isso julgo que respondi a todas as questões.

Relativamente à município *Patrícia Freitas*, concordo em absoluto que a cultura é efetivamente um elemento transformador da sociedade em que vivemos e é transversal a todas as idades.

Temos feito um esforço muito grande para que seja uma cultura mais inclusiva, mais transversal, com estímulos para todos, desde os bebés até aos menos jovens, tem sido um esforço muito grande da Divisão da Cultura, que faz também um trabalho exaustivo junto da população, desde as escolas até à Universidade Sénior, que também é uma oferta muito importante em Mirandela, como muitas outras associações culturais, recreativas e desportivas, que em todo o concelho fazem uma oferta de dinamização das comunidades. Essas sim, são o motor do desenvolvimento cultural, mas também a Câmara Municipal e em terras de interior como nós somos, temos que fazer a diferença em momentos culturais e temos também de fazer a projeção daquilo que é a cultura no nosso território.

Tem sido feito um esforço no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, para fazer uma Agenda Cultural de todos os municípios, para que nós possamos usufruir daqueles que estão mais próximos e também possam usufruir de Mirandela e efetivamente tem havido a Agenda Cultural da CIM-TTM. Era importante trabalharmos em parceria para que possamos, todos juntos, conseguir ter uma oferta cultural mais robusta, mas também de acordo com os Orçamentos municipais, isso elenca na última resposta que tem a ver com a rede de museus e também a rede de teatros e cineteatros.

Nós sabemos que a programação cultural é importante para nós termos essa certificação, ou essa acreditação e portanto, esse esforço também tem sido feito, as obras que foram feitas aqui neste Auditório e também as obras que vão ser feitas aqui no átrio, com a colocação de casas de banho para deficientes, também é outro aspeto importante, o facto de termos elevador para o piso superior permite-nos também ter as acessibilidades asseguradas e portanto, tudo aquilo que temos feito no âmbito das infraestruturas, é importante para termos esta acreditação. Efetivamente muito temos trabalhado também no nosso espólio, que é imenso e diverso e, portanto, convido todos a irem visitar, porque vale a pena.

Relativamente ao município *Rui Neves*, informar que nós temos e julgo que isso é do conhecimento de todos, temos três processo, uma Providência Cautelar, que foi favorável ao Município, um Processo Crime, cujo debate instrutório vai ser no dia 11 de fevereiro de 2025 e o Processo Principal da derrocada que nos foi solicitado para envio do Processo Administrativo, já o fizemos e aguardamos resultados.

Depois dizer que, as prioridades efetivamente são sempre os municípios e as pessoas, contudo, este caso, como outros casos, eu faço muita referência aos recursos humanos, ao caso dos recursos humanos que nós tivemos na Câmara Municipal, temos aqui um grave problema que não é de Mirandela, é do país.

Em 2017, quando este Executivo entrou já existiam os Processos em Tribunal e temos uma demora na resolução dos Processos na justiça e, portanto, negociar uma indemnização diretamente com os proprietários poderia eventualmente penalizar o Município e portanto, não foi esse o conselho que os advogados deram à Câmara Municipal, apesar de à data em que isto aconteceu, poderíamos ir através da Proteção Civil e fazer obras de emergência. Acontece que muitos meses depois era muito difícil assegurar essa situação e por isso fica demonstrada uma evidente personalização deste caso, uma evidente obrigação de resolução quando efetivamente esta foi uma das tragédias que aconteceu já anterior ao nosso mandato e que, de facto, depois do caso estar em Tribunal precisaremos sempre de uma decisão judicial, para criar justiça daquilo que é a responsabilidade da Câmara Municipal, ou se há outros responsáveis. Sem dizer nunca que os responsáveis são os moradores, efetivamente a Câmara Municipal e os seus trabalhadores, os seus Dirigentes, os seus Técnicos asseguram que a responsabilidade não é da Câmara Municipal e o presidente da Câmara Municipal fica evidentemente numa situação de privilegiar uma decisão do Tribunal.

O grande problema deste Processo, é a demora dos resultados do Processo Judicial, deste e muitos outros, nós já sabemos que é assim, mas o Processo já estava em Tribunal quando nós entramos e portanto, o Processo estando em Tribunal haveria lugar a que haja uma decisão do Tribunal quando temos uma parte, que são os Técnicos da Câmara Municipal, que acompanharam o Processo, nós não estivemos na fase do loteamento, não estivemos na fase de aprovação do projeto, não estivemos na fase da execução da obra, não estivemos na fase da derrocada e portanto, os únicos que estiveram nesse tempo e que estão neste momento na Câmara Municipal são os Técnicos e os Dirigentes e confiando naquilo que eles dizem e que também existe uma confiança absoluta em todos os funcionários, em todos os trabalhadores da Câmara Municipal e asseguro que da parte deste Executivo sempre houve essa preocupação, evidentemente que teríamos sempre que aguardar o resultado daquilo que são as decisões do Tribunal, infelizmente algo demoradas e também existem dúvidas evidentemente sobre este Processo, não é um Processo fácil, é um Processo muito denso e difícil, mas sinceramente acho que da parte dos moradores eu compreendo perfeitamente a situação pessoal é uma situação muito difícil, sempre disse isto nesta Assembleia Municipal e continuo a dizer, mas evidentemente que da parte da Câmara Municipal teremos que ser isentos, imparciais e acima de tudo aguardar a decisão do Tribunal, até porque o facto de pagar alguma indemnização poderia significar uma indemnização avultada e sem sabermos se de facto a responsabilidade era da Câmara Municipal, ou não era da Câmara Municipal. Como digo, técnicos e responsáveis dizer que a responsabilidade não é da Câmara Municipal e, portanto, é este o ponto de situação.

Quanto à intervenção do munícipe *Leonel Xavier*, agradecer as questões que foram colocadas, relativamente às geminações temos com Orthez, Maia, Oeiras e Bafatá, mas efetivamente já há alguns anos que não é feito o devido acompanhamento, nós tivemos uma reunião na Maia até por causa das Águas do Norte, foi referida esta situação ao Presidente da Câmara Municipal da Maia e de que forma é que podíamos voltar a dinamizar esta geminação, até as questões mais culturais, questões que poderiam eventualmente ser benéficas também para Mirandela e aquilo que combinamos foi fazer esta ponte entre a Divisão da Cultura da Câmara Municipal de Mirandela e a Maia e é isso que vai acontecer no início do próximo ano.

Relativamente à Mirapapel, o custo da retirada dos resíduos rondará um milhão de euros, o Ministério do Ambiente tem conhecimento formal daquilo que é a preocupação ambiental relativamente a este passivo ambiental e, portanto julgamos que este era um dos que deveria ser financiado pelo Fundo Ambiental e não por Orçamento Municipal, isto é, julgo que retirar um milhão de euros à capacidade da Câmara Municipal para retirar resíduos privados por abandono, ou por insolvência da própria empresa, seria demasiado lesivo para os interesses da Câmara Municipal e dos mirandelenses e aquilo que fizemos foi comunicar isto ao Ministério do Ambiente, com tudo aquilo que são as preocupações da Câmara Municipal, com relatórios técnicos da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, com relatórios técnicos da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, com tudo aquilo que é o histórico daquela empresa, que de facto constitui um perigo muito grande para todo o concelho.

Quanto à água, nós estamos em fase de projeto para a consolidação do abastecimento de água, temos tido alguns problemas no abastecimento, que superamos com o transporte. Da última vez o que aconteceu foi um consumo do funcionamento de um lagar, mas julgo que ficou logo resolvido, mas isto também implica o levantamento, a avaliação de qual é o custo que nós temos e não é só o custo, é também a qualidade da água, o tipo de tratamento que tem que ser feito, ou seja, a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais e também apoiada nos Fundos Comunitários do PT 2030, fazer aqui um projeto para que seja uma realidade. Isto ainda vai demorar algum tempo, mas o projeto é fundamental, tal como o da escola primária de Lamas de Orelhão, como sabem a Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso* fez um investimento importante para as Lamas de Orelhão, que é o Miradouro, a escola primária é propriedade da Câmara Municipal, nós vamos fazer o levantamento e também a elaboração de um projeto de reabilitação da escola primária.

ANTES DA ORDEM DO DIA

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Antes de começar a minha intervenção, sob pena de não voltar aqui ao púlpito, desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo, que as vossas Festas em família sejam repletas de harmonia e de alegria, sobretudo para os mais jovens.

Senhora Presidente da Câmara, tomou a decisão de não se recandidatar a um terceiro mandato à Câmara Municipal de Mirandela, invocou razões pessoais que nós respeitamos, mas sabemos que a sua decisão tem implicações políticas, a Bancada do PSD pergunta se vai cumprir o mandato até ao fim?

Agradecemos uma resposta, porque é do maior interesse.

Senhora Presidente da Câmara, a água é um bem comum, é um direito humano, ninguém deve ter acesso negado à água, pergunto-lhe que Natal vai ter a população da Freguesia de Mascarenhas, por exemplo?

Senhora Presidente este assunto é tão recorrente aqui nesta Assembleia, o problema é tão grave, é um problema da Câmara Municipal, é um problema já dos mirandelenses com certeza, se porventura ele é recorrente, é que ainda não percebi, até porque hoje vamos discutir o Orçamento, o que é que tem previsto, qual é o plano global que tem para atacar o problema da água no concelho?

Chegar aqui, apresentar um plano, devidamente estruturado, discutido com os técnicos da Câmara Municipal e com outras entidades, que poderá custar milhões de euros, não sei, mas que explica faseadamente, de forma planificada o que a Câmara Municipal tem para fazer no concelho. Porque este é um assunto recorrente, da maior gravidade, onde está em causa a saúde pública e também a economia local.

Senhora Presidente da Câmara, vai sair sem homenagear o Senhor Presidente União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz* e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira*, uma vez que foi uma Proposta aprovada aqui nesta Assembleia?

Senhora Presidente, o terreno da Cocheira é neste momento um problema de saúde pública, é assim que o classifica, ou precisa que as entidades emitam um parecer para a resolução deste problema?

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Porque estamos em dezembro – mês de balanço e de planeamento para 2025, trago a esta Assembleia um tema que a todos deve preocupar – a área social - que desde décadas, tem tido como principal objetivo promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade - grupos de pessoas que, devido a circunstâncias sociais, económicas, geográficas ou físicas, estão mais suscetíveis a sofrer danos, discriminação ou desvantagens e enfrentam maiores riscos, bem como têm acesso limitado a recursos ou oportunidades, necessitando de apoio e proteção específicos para garantia do seu bem-estar e participação igualitária na nossa sociedade.

A delegação de competências na área social para as câmaras municipais em Portugal, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, estabeleceu que a transferência de várias competências da administração central para os órgãos municipais e entidades intermunicipais, visando uma maior proximidade e eficiência na gestão das políticas sociais. De entre as competências transferidas constam:

- O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS): para atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social.
- A coordenação de Programas de Desenvolvimento Social: para gestão administrativa e financeira de programas locais de desenvolvimento social.
- Os contratos de Inserção do RSI: para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).
- As Cartas Sociais Municipais: pela criação/atualização das cartas sociais municipais e supramunicipais, que mapeiam as necessidades e recursos sociais disponíveis.

Este processo de descentralização visava uma melhoria significativa na resposta às necessidades sociais locais, pois criava uma gestão mais próxima e adaptada às especificidades de cada comunidade, de cada concelho.

Nesta senda, questiono o Executivo camarário, na pessoa da Sra. Presidente Dra. Júlia Rodrigues, sobre o impacto destas medidas. Qual a perceção do Município de Mirandela, em relação a:

1. às necessidades sociais do concelho de Mirandela, qual ou quais os desafios que as equipas de ação social têm encontrado e que estratégias têm definidas para fazer face às mesmas;
2. que necessidades sociais de emergência apresenta a população considerada de vulnerabilidade?
3. quantos agregados familiares foram/estão a ser apoiados em 2024 pelos serviços de ação social?
4. quantos processos ativos relativamente aos cidadãos apoiados com o Rendimento Social de Inserção?
5. quantos alunos estão a ser efetivamente apoiados com bolsas de estudo municipais?
6. que projetos estão/estarão em desenvolvimento para a ação social?

Muito do caminho está feito, mas citando *Mahatma Gandhi*, “devemos ser a mudança que queremos ver no mundo, o que ainda está por fazer? Porque amanhã, na área social é sempre tarde demais...”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Desejar a todos um Bom Natal, um próspero ano de 2025, que provavelmente será mais um ano de luta, na defesa dos nossos direitos.

Como sabemos, por experiência acumulada, os problemas, infelizmente não tiram férias, os baixos salários e as baixas pensões não tiram férias, as rendas e as prestações que não se aguentam e os despejos continuam.

À espera no Serviço Nacional de Saúde a falta de médicos e as dificuldades nos serviços públicos, não esperam, como também não devemos esperar nós, mirandelenses, pela reabertura do centro de cirurgia em Mirandela.

A precariedade, os horários desregulados, a falta de tempo, a dificuldade de gerir a vida laboral com a vida familiar, aí está todos os dias.

A vida não para, assim como não para a urgência da vida justa e melhor a que temos direito, com uma política e um Governo que governe para uma esmagadora maioria e não para um punhado que lucra como nunca. Mas o que temos é um Governo anunciante, perito em propaganda e a governar ao serviço e a mandos dos grupos económicos, a desgraçada política que pega em tudo de negativo do anterior Governo do Partido Socialista e acentua o caminho onde para as grandes empresas, para o grande capital tudo rapidamente, porque não dá para todos, porque não queremos e Bruxelas não deixa. Bruxelas não deixa, mas aplaude quando saem todos os anos de Portugal 14 mil milhões de euros em lucros e dividendos, fruto das privatizações, da circulação de capitais, da dependência externa do país, 14 mil milhões para que se tenha uma ideia, é praticamente um PRR.

Bruxelas não deixa, mas é por opção que as reformas não aumentam, quando é justo, possível e necessário aumentá-las agora, 1,600 milhões de euros é quanto custa aumentar as reformas e pensões de forma extraordinária para mais de 2 milhões de pensionistas, em cerca de 7,5 %, no mínimo em 70,00 €, 1,600 milhões de euros é o que está a ser entregue pelo Orçamento de Estado ao grande capital em benefícios fiscais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é por opção política deste Governo, que se apontam medidas no IRS para uma minoria de jovens que mais ganha, enquanto a maioria da juventude é empurrada para a precariedade, salários baixos, dificuldades crescentes no acesso à habitação e para a emigração.

É por opção deste Governo que se privatizou a ANA, é por opção que todos estão citados na TAP, na ferrovia e também na água. É por opção eu se enche o peito sobre a corrupção, para no fim do dia tornar legal o que hoje é ilegal, o tráfico de influências, deixar de fora os paraísos fiscais, as privatizações e as negociações.

É por opção o caminho em curso do desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, a degradação dos serviços e a indiferença face às justas reivindicações dos seus profissionais, o caminho da entrega da nossa saúde ao negócio da doença, é uma trágica opção.

É por opção e opção de fundo que aí está, um pacote de medidas para a habitação, que não mais é um pacote de garantia de mais rendas, mais dinheiro, mais condições de negócio para a Banca, esses desgraçados, os senhores banqueiros, que concentram 12 milhões de euros de lucros por dia, 12 milhões de euros de lucro por dia.

Isto não vai lá, não vai lá com os baixos salários, com 500 mil trabalhadores na situação de pobreza, é urgente aumentar em 1 500,00 €, no mínimo de 15 % em todos os salários e o Salário Mínimo Nacional que seja 1.000,00 € e não venham com a conversa da

produtividade, porque ela tem aumentado a um ritmo superior aos salários, não chorem por não haver dinheiro. Em 2022, os grupos económicos acumularam 25 milhões de euros de lucro por dia, em 2023, este número subiu para 29 milhões de euros de lucro por dia. Há dinheiro, há produtividade, há riqueza a ser criada, o que não há é a mais justa redistribuição dessa riqueza. E é mentida que não aumentam salários porque as pequenas e médias empresas não os conseguem pagar, o problema das pequenas e médias empresas não são os salários, são sim os lucros da Banca e das seguradoras com o custo dos créditos, das comissões bancárias, dos seguros, arrendamento e juros.

São os lucros da EDP, da GALP e de outras, com os custos da eletricidade, do gás e dos combustíveis, são os lucros da BRISA, da MEO, da NOS, da VODAFONE, com os prelos das portagens e das telecomunicações.

O Senhor Ministro das Finanças afirmou que baixar o IRC custa 250 milhões de euros por cada ponto percentual de baixa, ora isso significa que reduzir o IRC ao grande capital para os 15 %, que é aquilo que por opção política este Governo quer até ao final da sua legislatura, custará ao país em quatro anos qualquer coisa como 4,5 mil milhões de euros, 4,5 mil milhões de euros que ficam nos grupos económicos ao invés de irem para a saúde, para a habitação pública, para os salários, para a educação, para as forças dos serviços de segurança, para os funcionários públicos.

Os 4,5 mil milhões de euros nas mãos do capital e com esse valor fariamos a terceira travessia do Tejo, a alta velocidade até Évora e era capaz de sobrar ainda o suficiente para o hospital de Leiria e a conclusão da linha do Oeste com a contratação de pessoal necessário para que os comboios circulem. Isto é acelerar, isto sim, o assalto que os grupos económicos estão a fazer ao povo, e para já com pouco o Governo decide alargar e criar novos benefícios fiscais para os cofres dos grandes grupos económicos e ainda nos dizem que não há dinheiro, é isto que o Governo tem para oferecer.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TELXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Eu estou aqui depois do acontecimento que aconteceu dia 30 de outubro em Vale da Sancha, a convite do Executivo e desta feita fui convidado ao revés da inauguração das obras da zona ribeirinha do rio em Frechas e assisti a duas coisas, uma delas foi a assinatura do contrato da empreitada da estrada 1095, que faz ligação a Vale da Sancha e por isso com a humildade que reivindico quando devo reivindicar, com a mesma humildade hoje estou aqui para agradecer e felicitar a Senhora Presidente e este agradecimento é extensivo ao restante Executivo, por terem contemplado esta obra ainda em 2024.

É evidente que foi uma obra que foi assumida pela Senhora Presidente em 2017, com a população de Vale da Sancha e comigo enquanto Presidente de Junta, peca por ser tardia, mas como diz o povo, “mais vale tarde do que nunca”, por isso tenho que a felicitar. A cereja no topo do bolo seria, na ligação dessa mesma estrada aquilo que foi proposto pela Junta de Freguesia, quando solicitado pelo Gabinete das Juntas de Freguesia em 2022, que nós propusemos que fosse repavimentada a rua de Vale da Sancha, o Senhor Vereador *Vitor Correia* teve oportunidade de estar lá e ficaram de fazer esse compromisso, mas efetivamente não foi feito, nem em 2023, nem em 2024 e seria agora a cereja no topo do bolo se fosse contemplada.

O outro acontecimento foi o lançamento do n.º 3 da lista do PS às Eleições Autárquicas 2025 e eu vou citar o que o senhor diz: ele diz “que se não fosse ele aquela estrada nunca seria composta, se não fosse ele aquela estrada jamais seria arranjada”, isto é o que ele diz.

Eu estou na Junta há sete anos, nunca vi aquele senhor em nenhuma Assembleia de Freguesia, nunca vi o senhor numa Assembleia Municipal, eu também não tenho o dom que a Senhora Presidente tem em tornar as pessoas invisíveis, eu nunca o vi e se ele tem tanta influência com o Executivo, lamento que a rua dele não esteja composta, porque está tanto ou mais degradada do que a estrada de Vale da Sancha, ele mora na cidade de Mirandela.

Senhora Presidente, só para terminar, pela última vez a Senhora Presidente assumiu nesta Assembleia Municipal que iria dar 2 mil euros que deve à Junta de Freguesia de Frechas, deve, não é nenhum subsídio extraordinário, deve e com base nas notícias de que a Senhora Presidente nos vai deixar em breve, dentro de oito meses a ser verdade, não vá embora sem pagar essa dívida.

Já o disse que o iria fazer em consideração à população, não ao Presidente de Junta, mas faça porque essa população merece, porque em 2017 ajudou-lhe a ganhar a Câmara e mais uma vez essa população foi enganada Senhora Presidente, se recuarmos a 2021, quando foi no debate da Rádio Terra Quente, a Senhora Presidente assumiu que Frechas iria ter um fluviário, verdade ou mentira? Assumiu, está a terminar o mandato, não fez nada, mais uma vez não foi séria com a população de Frechas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

O Senhor Deputado da CDU acho que extrapolou aqui um bocadinho o Regimento, isto é um recado para a Mesa, não é para o Senhor Deputado, no artigo 22.º n.º 2 do Regimento diz o seguinte a determinada altura: “destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município”, eu entendo que possa parecer um discurso tipo as “matrioskas”, o que está maior, o nacional e dentro do nacional está o município e dá para enquadrar, mas é um bocadinho rebuscado, mas tudo bem.

O que me traz aqui hoje, eu dia 05 de setembro deste ano enviei dois requerimentos à Mesa da Assembleia Municipal, um a solicitar o caderno de encargos referente ao fogo de artifício da Festa de Mirandela em Honra de N.ª Sr.ª do Amparo, não obtive resposta e eu admito que o atraso seja referente à feitura do relatório consolidado e portanto, continuo a aguardar que me entreguem esse relatório.

Relativamente à outra solicitação, de quais as verbas disponibilizadas por freguesia, divididas por valores que estão protocolados e por valores que são solicitados por intermédio de outros operadores, para festas e afins, mas divididos por freguesia e até hoje ele não foi entregue, também admito que haja algum atraso, porque devem estar à espera do final do ano porque hoje na Ordem de Trabalhos ainda vamos ter algumas verbas que vão ser entregues às Juntas e portanto, admito que estejam à espera disso, é só para não esquecer. De referir também que são perguntas que foram feitas já em setembro a Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* fez aqui uma série de perguntas muito pertinentes, muito me admirarei se tiverem respostas imediatas para elas, não podendo responder

às minhas singelas perguntas que estão aí na vossa posse desde o dia 11 de setembro, porque a Mesa fez o favor de me disponibilizar essa informação.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

É com enorme prazer que hoje tomo a palavra nesta Assembleia para expressar o meu reconhecimento e apreço pela liderança da nossa Presidente de Câmara, ao longo destes sete anos à frente dos destinos desta terra que tanto amamos.

Este é um marco que merece ser celebrado, não apenas pela longevidade, mas sobretudo pela intensidade, pela paixão e pelos resultados que têm marcado esta gestão.

Nestes sete anos, assistimos a uma gestão marcada pela dedicação, pelo trabalho incansável e pelo compromisso com o progresso do nosso concelho.

A Senhora Presidente não apenas assumiu responsabilidades, mas também soube transformá-las em resultados concretos, que beneficiam diretamente todos os mirandenses.

Foram inúmeros os projetos concretizados, cada um deles carregando o peso das aspirações e das necessidades da nossa comunidade.

Desde a requalificação dos espaços públicos, que hoje são lugares de encontro e convivência, ao apoio estruturado às nossas freguesias, passando por políticas de apoio na educação, ação social, no turismo e no desenvolvimento económico.

Mas há muito mais: o apoio incansável ao associativismo e às nossas tradições culturais, e a valorização do ambiente e da qualidade de vida.

Nem tudo, porém, foram flores no caminho de quem lidera.

Estes sete anos também trouxeram desafios e limitações, e é importante reconhecer isso.

Houve sonhos e projetos que não puderam ver a luz do dia, alguns por constrangimentos orçamentais, outros por fatores alheios à vontade deste Executivo.

Mas o que nos inspira é a resiliência demonstrada, o espírito de luta em cada projeto, mesmo diante das dificuldades.

A Senhora Presidente sempre soube que governar é fazer escolhas difíceis e em todas elas, colocou Mirandela e os mirandenses em primeiro lugar.

E é exatamente essa capacidade de manter o rumo, mesmo perante as adversidades, que merece o nosso reconhecimento.

Não é apenas uma questão de realizar eventos ou cumprir metas; é sobre inspirar confiança, promover o desenvolvimento e construir uma cidade melhor para todos.

A Aldeia de Natal e toda a programação natalícia que hoje vemos e vivemos são apenas um exemplo do trabalho realizado.

É mais do que um evento, cada detalhe, desde a iluminação, até à programação cultural, demonstra o cuidado em promover momentos de felicidade e união para as famílias, ao mesmo tempo que dinamiza o comércio local e atrai visitantes à nossa cidade.

Sabemos que liderar não é tarefa fácil, especialmente quando surgem críticas, muitas vezes injustas ou baseadas em contradições.

Ano após ano, vimos novamente a dualidade de opiniões: há quem critique quando as festividades começam mais cedo e, no mesmo fôlego, critique, se começam mais tarde.

É uma clara demonstração de que, para alguns, a crítica é um fim em si mesma, independentemente do contexto.

A essas vozes, deixo um apelo: reconheçam o que está a ser feito.

Não é possível agradar a todos, mas é inegável que Mirandela avança.

E é com tristeza que sabemos que este será o último mandato da Senhora Presidente, que optou por não se recandidatar.

Respeitamos profundamente a sua decisão e os motivos que a levaram a tomá-la, mas não podemos deixar de lamentar que Mirandela se despedirá, em breve, de uma liderança que tanto fez pela nossa terra.

Os desafios que enfrentou ao longo destes sete anos e as conquistas que alcançou são um legado que ficará para sempre na história do nosso concelho.

A Senhora Presidente mostrou-nos que é possível sonhar alto e realizar, mesmo nos contextos mais adversos.

Por isso, deixo aqui o meu mais profundo agradecimento e reconhecimento.

A sua dedicação, resiliência e visão foram essenciais para a Mirandela que temos hoje e para a que continuaremos a construir. Desejo-lhe todo o sucesso e felicidade nos caminhos que decidir trilhar, porque a marca que deixa aqui será eterna.

O que já foi alcançado é motivo de orgulho, mas sabemos que há muito mais por fazer, e estou confiante de que esta energia, esta determinação, continuará a guiar-nos no caminho certo, com a excecional equipa que tem o privilégio de a acompanhar. Que possamos, juntos, continuar a construir o futuro que Mirandela merece.

Que esta época natalícia, com toda a sua beleza e significado, seja também um momento para celebrarmos o trabalho que nos une e a visão de futuro que partilhamos.

Boas Festas a todos.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Eu hoje venho agradecer, como às vezes dizem que venho indignada, hoje a ver se ponho a voz doce porque é só para agradecer, foi realizada a Feira do Pão e do Azeite em Suções, quero agradecer às pessoas que estiveram presentes, que se deslocaram para

fazerem companhia, para visitarem uma freguesia, que apesar de ser perto conhecem mais o pão e o azeite, mas quando vêm cá vão menos às aldeias.

É só para dizer muito obrigada, a Feira correu bem, tivemos muita gente, aos que não puderam ir, fica o convite para o próximo ano.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Hoje como estamos nos agradecimentos, vou também agradecer à Senhora Presidente, porque no dia do Congresso do PSD em Braga, não tínhamos lá gente e levou-me lá por volta de 600, 700 pessoas, devia-me ter pago também a viagem a mim, assim tive que pagar um táxi para irmos para Braga.

Queria também perguntar à Senhora Presidente se uma pessoa no concelho de Mirandela, não seja no Romeu e nas outras em que a água não é da administração da Câmara, se precisarem de ligar a água, ou colocarem um contador num armazém clandestino, a ver se é possível por lá água? Porque eu tenho conhecimento de algumas pessoas que puseram água com as instalações clandestinas, mas vou esperar pela resposta da Senhora Presidente.

Desejo um Bom Natal a todos e um Bom Ano, pelo menos com saúde que já não é mau.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro *ILDA FERNANDES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Quero aproveitar esta oportunidade para relembrar e reforçar o pedido que eu e o Senhor *Arménio Vaz* temos feito ao longo destes anos, nas respetivas assembleias e quando vamos às reuniões particulares. Antes destes mandatos já foram feitos estes pedidos e volto a referir e relembrar esta situação, estou-me a referir à ligação entre Abreiro e Navalho, o caminho necessita de ser arranjado e alargado, pois não tem condições para circular.

Esta melhoria numa diminuição de cerca de cinco quilómetros na respetiva ligação e numa maior proximidade das duas aldeias, com benefícios económicos e sociais, foi-nos dito que iriam ver a situação e até hoje não tivemos ainda resposta, agradeço atenção a este pedido.

Também quero aproveitar para agradecer tudo o que fizeram pela questão da água, já foi falado aqui no problema de Mascarenhas, mas nós também estávamos com esse problema e hoje em dia está resolvido. Pessoas que vieram agradecer em agosto a situação da água e atualmente está bem.

Desejo umas Boas Festas a todos e tudo de bom.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Queria fazer um pedido à Mesa, tem a ver com uma solicitação que fiz na Assembleia Municipal do dia 27 de setembro, prende-se com o relatório de contas consolidado das Festas de Mirandela, não querendo insistir no tema, mas acho que é um instrumento importante que temos para avaliar aquilo que foi uma primeira iniciativa e podermos avaliar corretamente se pode ter aplicação no futuro, ou se pode voltar outra vez aquilo que existia. Eu sei que a Senhora Presidente já fez chegar através dos Líderes das Bancadas o relatório das contas do Município, mas um que seja importante também, visto que existe um Protocolo da gestão tripartida, também para percebermos aquilo que foi a avaliação das restantes entidades, não é para fazer uma avaliação do trabalho que a Junta de Freguesia e a Confraria fizeram, mas sim saber se no conjunto destas entidades se efetivamente tivemos progressos ou não no desempenho das Festas de Mirandela.

Fazer também aqui uma consideração da resposta que a Senhora Presidente deu ao senhor município *Rui Neves*, sobre a derrocada do Lidl, efetivamente eu compreendo que se está em Tribunal, é necessário esperar por uma decisão, mas recuando a 2017, a Senhora Presidente não estava efetivamente em exercício, não estiveram em nenhuma das fases da construção da obra, mas também não se coibiu na altura de fazer artigos de opinião referindo que o papel dos autarcas eleitos era resolver os problemas dos cidadãos e portanto, faço aqui uma reflexão, também porque já estamos a entrar num clima de pré campanha, para que todos os candidatos também tenha esta consideração, que não façamos promessas que depois podemos não as cumprir e neste sentido é um apelo que eu faço, que não prometamos coisas que não as consigamos cumprir.

Votos de Boas Festas a todos.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Começo por vos desejar um Santo e Feliz Natal e que o Ano de 2025 nos traga coisas boas, coisas novas, que é disso que nós precisamos.

Eu queria fazer uma pergunta à Senhora Presidente da Câmara Municipal, já enviei vários *e-mails* para a Câmara, já falei com várias pessoas e eu queria saber o que é que se passa com a recolha dos monstros, porque já estou na minha União de Freguesias há vários meses à espera que vão lá recolher os monstros e até hoje não tem sido feita essa recolha.

Dando continuidade ao pedido que a minha colega de Abreiro fez e que eu já trouxe aqui também várias vezes, a esse caminho rural que liga as duas freguesias, mas que não vai só beneficiar a aldeia do Navalho e a Freguesia de Abreiro, mas sim também freguesias limítrofes como a de Barcel e a de Valverde da Gestosa que levam também a azeitona para o lagar de

Agradeço que pensem nisso, porque é realmente uma obra que nos faz muita falta ali no sul do concelho.



----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Senhor Presidente da Assembleia, eu queria fazer aqui um convite a todos os Membros desta Assembleia, que se fizessem sócios da única Casa do Povo que vai existir em efetividade de funções no distrito de Bragança. Já tive ocasião de fazer esta apresentação na presença da Senhora Vereadora *Vera Preto*, no Conselho Local de Ação Social, e faço-o aqui nesta sede, porque é um motivo de orgulho para o concelho, é ter uma Casa do Povo no distrito, aqui bem perto, em Valpaços também há, mas já não é distrito de Bragança e portanto, eu vou fazer chegar a todos os Membros desta Assembleia Municipal e ao Executivo, os Estatutos da Casa do Povo, a ficha de inscrição, está em curso o trabalho da Comissão Administrativa da Casa do Povo que teve um trabalho altamente meritório, porque consistiu basicamente em contactar todos os sócios ainda vivos daquela Casa do Povo, que foi inaugurado o edifício em 1965, mas depois quando a Segurança Social começou a trabalhar como Segurança Social, a junta da Casa do Povo foi extinta e com isso também a Casa do Povo perdeu esse cariz que tinha de desconto dos trabalhadores, e portanto, está-se a recuperar esse património imaterial e material.

O vosso contributo é altamente louvável, se for possível, aproveito para dizer que a cota é de 6 € anuais, é uma colaboração simbólica, porque aquilo que se pretende efetivamente é uma maior participação possível, porque já sabemos quantos mais formos mais peso temos e portanto, conto com todos vós nesta iniciativa.

Aproveitava para também, porque eventualmente vou ficar desalojado, estou aqui a meter a minha cunha neste Executivo e no futuro, porque é neste edifício que temos a nossa sede, da Freguesia de Alvites e como expliquei ao Executivo, no dia em que a nova direção da Casa do Povo tomar posse, nós podemos ser despejados daquele edifício, tudo o que puder fazer pela nova direção é bem vinda e queria saber se existe disponibilidade por parte desde Executivo de apoiar uma reivindicação que a nova direção fará chegar, eu nunca fiz, porque a Junta de Freguesia não tem título que é legítimo fazer qualquer tipo de pedido, mas que a nova direção certamente fará chegar no sentido de haver intervenções no edificado.

É um edifício que foi inaugurado em 1975, chove num salão, as casas de banho estão degradadas, é um edificado antigo e portanto, posso na devida altura convidar para a tomada de posse dos novos corpos sociais e aí poderão constatar o estado do edifício.

A finalizar, já que aqui o nosso colega não sabia que era só três quilómetros, entre Alvites e Múrias, se eu quiser ir visitar a minha colega pela estrada alcatroada tenho de percorrer 20 quilómetros se for pelo concelho de Macedo de Cavaleiros, 20 quilómetros se for pelo concelho de Mirandela e entre as duas aldeias são menos que três quilómetros, isso iria encurtar 17 quilómetros na deslocação entre as duas freguesias, já para não dizer que ficamos muito mais perto da Torre de Dona Chama, também pedia aqui em meu nome, da minha colega e do meu colega, que fosse ponderada a melhor solução para haver esse trabalho de aproximação entre freguesias.

Boas Festas a todos, Bom Natal e Boa Passagem de Ano.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS ESTEVES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Quería saber perante a Recomendação que fiz na última Assembleia Municipal, que foi aprovada por unanimidade, que desenvolvimento é que existiu dessa Recomendação, se é que existiu alguma. Neste seguimento e a par do encerramento das várias especialidades que estão a existir na Unidade de Mirandela, temos mais situações que eu gostava de referir nomeadamente, na consulta de fisioterapia, vamos ficar agora durante este mês já sem a consulta de fisioterapia, temos um atraso de cerca de mil consultas, na consulta de neurologia temos um atraso de cerca de trezentas consultas, neste momento só temos uma médica a trabalhar, da mesma maneira que temos na fisioterapia.

Estamos paulatinamente a vermos a encerrar e a degradar o Serviço Público na oferta da saúde. A par do que já existiu no encerramento da urgência cirúrgica dentro da urgência geral, estas especialidades vão fechando e vão deixando de existir.

Para mim este é um assunto suprapartidário, eu gostava que as várias Bancadas tivessem uma tomada de posição sobre esta situação e o que é que a Assembleia Municipal pode fazer para incitar ao não encerramento desta oferta pública e que para nós continuarmos a ter, para que nós a nível populacional não estejamos continuamente a ser direcionados para a oferta privada, quando pagamos impostos e é necessário termos estes serviços a funcionar perto de nós.

Feliz Natal e Bom Ano Novo.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Eu queria só deixar aqui dois ou três reparos, um deles à Senhora Presidente, que eu não sei se teria que vir na documentação desta Reunião, a Senhora Presidente ficou de me responder a uma pergunta por escrito, não sei se o *timing* seria este ou não, só deixar o apontamento que continuarei à espera da resposta.

Relativamente a três ou quatro situações, eu tenho conhecimento que existem dois ou três pedidos no Município da Freguesia de Carvalhais a fazer o pedido de ligações de contadores de água e que o Município rejeitou e bem, à luz da lei, uma vez que as habitações em causa não têm a licença de utilização e considero que o Executivo nesse aspeto está a agir de acordo com a lei e à luz da lei. Temos outros em Contins nomeadamente, já tive oportunidade de falar com o Senhor Vereador *Vitor Correia* relativamente a um assunto de uma ligação de um armazém agrícola pedido em agosto, já não é admissível não ter uma resposta de sim, ou não, se for não há-de ser justificada, se for sim tudo muito bem, mas este tempo todo atrasa um bocadinho esta situação.

Relativamente a outras situações de calcetamentos, sei que a Câmara Municipal tem alguma dificuldade na sua logística de funcionários, mas temos reparações de água por fazer desde agosto, daqui a pouco estamos há um ano com reparações ainda por



fazer nomeadamente, em Contins temos cerca de sete ou oito ruas por reparar, com reparações de fugas de água, gostaria que o Executivo tivesse atenção a isso.

Quanto à bolsa de materiais, o Executivo neste momento não tinha procedimentos abertos, eu não sei como tem funcionado com os meus colegas, mas eu tenho pedido algum material e tenho a resposta do Município de que não existe procedimento aberto para o material que eu solicitei. Fiz um pedido por escrito para saber se havia a possibilidade da atribuição do material ser em valor monetário e continuo a aguardar resposta sobre esse assunto.

Em relação aos passeios em Carvalhais, não me canso de vir aqui solicitar isso ao Executivo, nós sabemos que a competência dos calçamentos dos passeios é do Município, sabemos bem que a Candidatura que o Município tentou submeter duas vezes ficou deserta, mas não havendo uma operação urbanística de fundo, está o Executivo em colaboração com a Junta de Freguesia de fazermos a pavimentação que falta entre Carvalhais e Vila Nova das Patas, este atraso é um atraso de mais de 20 anos, oportunamente irei apresentar uma solução ao Executivo, não quero que seja por falta de soluções que o Executivo não apoia Carvalhais, eu não peço nenhuma distinção de apoio a Carvalhais, nem é isso que tem acontecido nos últimos anos e é por isso que também não me canso de pedir à minha Bancada, relativamente ao assunto que fez a distribuição de verbas das freguesias, que sejam bem claras, pois Carvalhais nestes últimos anos não tem sido ajudada em praticamente nada.

É o último repto que temos antes das eleições para fazermos isso, não é para sermos eleitoristas, é para resolvermos os problemas às pessoas, que foi para isso que fomos eleitos e é para isso que estamos aqui.

Aproveitar para convidar toda a gente para domingo visitar a Feira da Couve Penca, espero estejam presentes, terei todo o gosto em vos receber.

A todos um Bom Natal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dar conta à Assembleia Municipal da entrada de uma Proposta subscrita pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU, Proposta esta que é a constituição de uma Comissão Municipal, que a Mesa já teve oportunidade de enviar a todos os Membros desta Assembleia e transmitir à Assembleia Municipal que esta Proposta de constituição de Comissão Municipal, designada de: “Pela Valorização da Obra Arquitetónica *Albino Luís de Araújo Mendo* no concelho de Mirandela”, foi levada previamente à última Reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, tendo a Proposta merecido a aprovação, por unanimidade, de todos os Membros da Comissão Permanente, ou seja, os representantes de todos os eleitos a esta Assembleia Municipal.

“Proposta de constituição de comissão Municipal:

Pela Valorização da obra arquitetónica de Albino Luís de Araújo Mendo no concelho de Mirandela

1) Fundamentação regimental

Em acordo com o artigo 48.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela no número 1 em que refere que a Assembleia Municipal pode constituir comissões para qualquer fim determinado e específico e no número 2 nomeadamente, a iniciativa da sua constituição pode ser exercida por grupos municipais.

E de igual modo em acordo com a alínea d) do número 1 do artigo 3.º, que explicita sobre esta matéria que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a constituição de comissões para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal

2) Nota justificativa da pertinência da proposta

O Arquiteto Albino Luís de Araújo Mendo é um Mirandense amplamente reconhecido não apenas pela obra arquitetónica que projetou e construiu, mas também pela sua consciência social, tendo sido um homem comprometido com inúmeras causas sociais, um democrata de humildade notável que colocou o seu conhecimento e meios ao serviço dos outros.

Albino Luís de Araújo Mendo, formado na Escola de Belas Artes, no Porto, nos anos 40 regressa a Mirandela pelo apego que sempre teve às suas raízes, criando até à sua morte “uma obra vastíssima, sólida e, acima de tudo, de enorme idealismo e intencionalidade” (Rodrigues, Susana – Albino Mendo, Arquiteto em Mirandela. Mirandela: João Azevedo Editor, 2004. pág. 13). Foram inúmeros os projetos realizados pro bono para a Câmara Municipal de Mirandela, como a passagem sobre os caminhos-de-ferro ao cimo da rua das Amoreiras, o viaduto ao cimo do mercado, o projeto do Parque de Campismo. Era ainda comum realizar obras com projetos a custos baixos entendendo as dificuldades dos que lhes solicitavam. Fez parte no período revolucionário da Comissão Administrativa para a qual foi eleito, e teve sempre uma empenhada preocupação com a formação de atletas para o clube da cidade, tendo sido responsável pela escola de natação, onde todos os jovens mirandenses aprendiam a nadar.

3) Objetivos da Comissão

Na lógica do próprio Arquiteto Albino Mendo que projetava as suas obras com o objetivo de “induzir a felicidade a quem vier utilizar ou ver, apenas, por fora” (Rodrigues, Susana – Albino Mendo, Arquiteto em Mirandela. Mirandela: João Azevedo Editor, 2004. pág. 11), a CDU entende que é preciso uma efetiva valorização deste património arquitetónico, dando à obra uma ampla visibilidade, não apenas para os Mirandenses conhecerem melhor, mas também para quem nos visita. Esta comissão permitirá criar um conjunto de propostas, a serem remetidas posteriormente à Câmara Municipal de Mirandela, que concretizem este objetivo, valorizando assim também o património construído no nosso Concelho.

4) Composição da Comissão

A CDU entende que esta Comissão deverá ter a representação dos vários Grupos Municipais presentes na Assembleia Municipal de Mirandela, podendo contar, se assim se entender, com o apoio especializado dos serviços técnicos do Município.

Assim, a CDU, após fundamentação acima detalhada, vem colocar à consideração da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela, a possibilidade de integrar na ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal a criação de uma Comissão Municipal: Pela Valorização da obra arquitetónica de Albino Luís de Araújo Mendo no concelho de Mirandela.

O eleito da CDU.”

Nestes termos, colocamos, pois, conforme desígnio do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, colocamos à consideração e votação desta Assembleia Municipal a criação desta Comissão Municipal já aprovada em Comissão Permanente, por unanimidade.

----- Efetuada a votação e estando 44 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a constituição da Comissão Municipal Pela Valorização da obra arquitetónica de *Albino Luís de Araújo Mendo* no concelho de Mirandela, conforme proposto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas, vou tentar ser resumida para que possamos ter os esclarecimentos de forma muito objetiva.

Relativamente às decisões, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* interrogou sobre as decisões. As decisões são naturais em política, como são na vida e por isso, aquilo que lhe posso dizer é que foi uma decisão ponderada, pensada, com muita reflexão e sabendo de ante mão que tínhamos candidatos do Partido Socialista que poderiam continuar e renovar este grande trabalho que foi feito desde 2017, até 2025 e por isso, julgo que é importante dizê-lo porque todos nós gostamos que o trabalho que foi feito de rigor, de contas publicas, de gestão municipal, em todas as áreas de forma transversal, de Ambiente, de Urbanismo, em todas as áreas foi efetivamente um trabalho de grande capacitação também dos recursos humanos, de rejuvenescimento de todos aqueles que trabalham na Câmara Municipal e por isso, de reconhecimento do trabalho de todos.

Sabemos que vai ser certamente mantido, vai ser com outro vigor e sei que a preocupação de todos é que Mirandela fique em boas mãos e é isso que nós queremos.

Quanto à questão da água, a água, como nós sabemos, é um problema que complica e agrava-se em anos em que as alterações climáticas sendo uma realidade agravam o problema da água, todas as captações de água própria, temos alguns que secam durante o verão e por isso a Câmara Municipal já desde o início deste ano, o ano de 2022 foi o ano mais complicado de sempre, não só no concelho de Mirandela, mas também em todo o país, em particular na Terra Quente, fala-se muito do problema no Algarve e o Governo tem uma estratégia, através da Agência Portuguesa do Ambiente, tem uma estratégia específica para o Algarve, tivemos algumas reuniões porque há soluções que não podem ser municipais, têm de ser soluções nacionais, houve algumas reuniões com a Agência Portuguesa do Ambiente, um grupo de trabalho também com as CIM's, em que dava como segunda prioridade do país, a Terra Quente, Mirandela incluído.

Houve alteração do Governo e até agora não tivemos mais reuniões, mas é uma questão que nos preocupa.

No que diz respeito a nós, Câmara Municipal, nós optamos por fazer um Protocolo com as Águas do Norte no sentido de reconhecer até onde é que nós podemos ir no abastecimento das Águas do Norte e também uma empresa consultora que ajudará os Técnicos da Câmara Municipal da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, com um planeamento em ações imediatas e em ações de médio prazo que possam intervir em várias ações nomeadamente, a redução das perdas, a capacitação dos depósitos que temos disponíveis e também relativamente ao tratamento, como fizemos por exemplo, em Abreiro, que neste momento terá o problema resolvido, mas que temos que manter esse trabalho.

Também temos um plano de ação que foi feito pela Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica em conjunto com a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, com esta empresa consultora, julgo que vamos conseguir de forma muito objetiva minorar os problemas que temos, em particular em épocas de grandes consumos, como é o mês de agosto e também em alturas em que as nossas captações próprias têm dificuldade no abastecimento.

Relativamente à Cocheira, julgo que a referência é feita sobre um terreno, um terreno que existe na Cocheira, é um terreno privado. Teve um processo em Tribunal durante muitos anos, o processo está resolvido, deu razão à Câmara Municipal e neste momento estamos a aguardar que os privados façam um projeto para aquele terreno e que possa resolver aquele problema de saúde pública que existe já há vários anos.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, como sabemos, as necessidades identificadas nas famílias em relação à Ação Social, são obviamente as carências económicas em situação de desemprego, cujos rendimentos não dão sequer para fazer face às despesas domésticas e de alimentação, algumas situações com problemas de saúde, quando identificadas são encaminhadas para o Rendimento Social de Inserção na saúde e tem sido feito um trabalho em articulação com a área de saúde mental. Tem sido sempre feito o encaminhamento para a cantina social de Mirandela através da Santa Casa da Misericórdia e para o Centro Social e Paroquial da Torre de Dona Chama e para o Programa de Apoio Alimentar, é um programa alimentar através de cabazes alimentares e para a Cruz Vermelha.

Isto através também da articulação que existe nos CLAS – Conselhos Locais de Ação Social.

Relativamente ao Rendimento Social de Inserção, no momento existem 216 processos de Rendimento Social de Inserção e nós, através dos Serviços de Ação Social, continuamos a acompanhar os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, através de uma equipa técnica e do Núcleo Local de Inserção, de que fazem parte várias entidades, a educação, a saúde, os Serviços de Segurança Social, o IEFP e também a autarquia, que vão fazendo o acompanhamento de diversas medidas aplicadas, quer ao nível da inserção no mercado de trabalho, na saúde, na educação e também os apoios da autarquia. Hoje vem aqui o Programa Abem, que é o apoio à medicação e despesas domésticas no caso de ser necessário.

No Serviço de Atendimento, foram apoiados mais de 280 agregados familiares, falamos de rendas, luz, gás, também com eletrodomésticos, a alimentação, também é bom referir que neste momento existem mais crianças apoiadas em refeições, todas aquelas que estão entre o Escalão A e o Escalão B.

Existem também a atribuição de Bolsas de Estudo, dizer que foram rececionados 51 processos e temos uma lista provisória de processos admitidos, número de excluídos são 20 e estão em fase de análise de reclamações. De referir que em relação às Bolsas de

Estudo, são analisados todos os documentos que são entregues, não depende da Câmara Municipal, em particular os descontos que as famílias fazem, isso é um problema da Autoridade Tributária, aquilo que diz respeito à Câmara Municipal estamos a analisar as reclamações, de facto a Câmara Municipal faz uso de tudo o que são os critérios que estão na lei.

Temos um programa aprovado, o CLDS 5G e também temos uma candidatura que vai ser feita até ao final do ano que é a Operacionalização do Balcão de Inclusão, isto na área da deficiência. Temos também uma candidatura no Plano de Ação Municipal para inclusão ativa de grupos vulneráveis e isso como todos sabemos, a inclusão de grupos vulneráveis é fundamental nas políticas públicas neste âmbito social.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, o Senhor Deputado fez uma intervenção de política nacional, que também tem repercussões locais obviamente, foi relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, que mais à frente temos outro Senhor Deputado que fez também esta referência, vou juntar as duas intervenções dizendo que, mantemos a preocupação relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, à prestação de cuidados de saúde e a proposta à Mesa da Assembleia Municipal é que possamos enviar estas duas intervenções sobre o Serviço Nacional de Saúde e sobre a saúde do nosso hospital, para o Conselho de Administração garantindo que haja uma resposta às preocupações das pessoas, obviamente dando conhecimento ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Estado, tentando também que haja uma resposta efetiva e uma reversão de algumas políticas para retirar a suspensão dos serviços.

A grande justificação é sempre a ausência de médicos, efetivamente a ausência de médicos verifica-se praticamente em todo o país, mas efetivamente o nosso Hospital precisa de outra atenção, outro foco na resolução dos problemas e portanto, acho que já temos dados suficientes para que possamos reclamar, exigir, junto do Ministério da Saúde e também do Conselho de Administração.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Calos Teixeira*, tem sido sempre convidado para todos os eventos, pode não rececionar os convites todos, mas garanto que são sempre enviados os convites, não é exceção em relação aos outros colegas, sempre que há alguma situação na Freguesia são convidados para estarem presentes.

Em relação à obra assumida, em 2017 tivemos que fazer o projeto, tivemos que fazer a orçamentação, é fácil pedir só que como nas vossas freguesias e União de Freguesias, que agora estão mais capacitadas para dar respostas aos pedidos dos fregueses efetivamente, têm mais capacidade de resposta, isso foi um ganho efetivo nestes últimos anos que é preciso assinalar, hoje em dia um Presidente de Junta pode dar resposta efetiva aos problemas diretos da sua população, porque efetivamente é transferida uma verba do Orçamento da Câmara, que vai diretamente para as Juntas de Freguesia através da DGAL.

Não nos podemos esquecer que o vosso Orçamento está capacitado e tem muito mais dinheiro porque a Câmara Municipal está a transferir do seu Orçamento para as Juntas de Freguesia e União de Freguesias, é certo por transferência de competências, mas a verdade é que as Juntas de Freguesia e União de Freguesias têm uma capacidade diferente de resposta ao problema das populações, porque a Câmara Municipal e bem, na minha opinião, pôs dinheiro efetivo ao serviço das pessoas, e neste caso é importante que se diga, porque às vezes já é um dado adquirido, mas é do Orçamento da Câmara Municipal, não é do Orçamento das Juntas e União de Freguesias, mas efetivamente já é transferido diretamente da DGAL. Eu julgo que esta é uma grande mais-valia para os Executivos das Juntas e União de Freguesias.

Quanto à fatura da Junta de Freguesia, eu não vou deixar ninguém, aquilo que tenho para dizer, eu sei que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas é dos que vai sentir mais saudades, mas efetivamente é preocupante, porque acredite Senhor Presidente, a vida continua e portanto, terá que encontrar outro foco da sua atenção, a sua resiliência e os insultos às vezes e as críticas completamente infundadas, tem que encontrar outro alvo, outra preocupação, outro foco e a vida vai continuar certamente, porque as pessoas quando têm sempre um foco de ódio para alguém, é sempre importante mantê-lo, mas desviando, neste caso, o foco.

Mas não se preocupe, está tudo completamente resolvido e portanto, em relação à fatura da Junta de Freguesia tenho a dizer que a fatura das dormidas de um Projeto do Parque Natural Regional do Vale do Tua e que foi efetivamente com a intervenção da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Frechas, a fatura foi emitida à Junta de Freguesia de Frechas, ou seja, os nossos Serviços de Contabilidade não podem fazer o pagamento de uma fatura que foi emitida à Junta de Freguesia de Frechas, a referida fatura não existe na nossa contabilidade e portanto, nós não vamos poder pagar essa fatura, apesar de querermos pagar, estamos a falar de uma verba de cerca de 2 mil euros, não é possível porque não existe nos Serviços de Contabilidade essa fatura e o número de contribuinte pelo que sabemos é o número de contribuinte da Junta de Freguesia de Frechas e portanto, essa fatura já entrou nas contas da Junta de Freguesia de Frechas, não pode essa fatura ser paga à Junta de Freguesia de Frechas porque não há na nossa contabilidade.

Em relação ao fluviário é uma questão que estava articulada com o Parque Natural e Regional do Vale do Tua, o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas sabe que mudou o Diretor do Parque, vamos agora abordar o novo diretor, no sentido de informar que havia uma candidatura para um fluviário, decidimos na altura com o Diretor do Parque Natural e Regional do Vale do Tua, ser em Frechas essa infraestrutura, vamos agora questionar o novo Diretor do Parque, no sentido de ver o ponto de situação da candidatura e avançar, se for esse o caso.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *João Reis*, acho que a situação que solicitou, os Órgãos Municipais chamaram a atenção de que faltava responder a estas questões, eu julgava que a resposta que foi dada em sede de Comissão Permanente, tinha sido transmitida ao Senhor Deputado, não sendo temos que voltar a enviar, mas julgo que o Líder da Bancada poderá ter alguns dados, ou então se pretender, poderá consultar todo o processo na Câmara Municipal. Teremos todo o gosto em recebê-lo, para que possa verificar estas situações, se calhar até é mais fácil, do que estarmos a enviar todo o processo e a mesma situação em relação ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, estaremos disponíveis para irem lá consultar os processos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, agradeço a intervenção que foi feita, efetivamente os desafios, as concretizações, a resiliência, o reconhecimento, a confiança, foi um privilégio, especialmente pela confiança e pela lealdade que foram sempre manifestadas pela grande maioria e é isso que nós devemos considerar em democracia, são as maiorias e por isso agradecer a intervenção, mas também dizer que ninguém faz nada sozinho e portanto, só é possível porque temos uma equipa, temos um Grupo Municipal, temos Juntas e União de Freguesias muito fortes e solidárias, que trabalham diariamente em prol de todos os nossos fregueses, não se preocupam tanto com questões do foro até da cidade, mas preocupam-se com o seu próprio território e com o seu próprio desenvolvimento integrado de todo o concelho e são acima de tudo solidários, que também é uma

palavra importante em política, a solidariedade entre todas as Juntas e União de Freguesias, ou seja, Mirandela avançou, Mirandela vai continuar a avançar e por isso dizer que, aquilo que temos hoje é diferente daquilo que tínhamos em 2017.

Se recuarmos, e às vezes na política a memória também nos pode atrair, se recuarmos algum tempo, eu lembro-me que em 2017 as pessoas, mesmo os fornecedores vinham ter comigo a pedir dinheiro, tínhamos fornecedores que não nos forneciam porque demorávamos muito tempo a pagar e portanto, é uma grande mais-valia para a Câmara Municipal, sob o ponto de vista orçamental e de tesouraria, termos as contas certas e equilibradas.

Dizer que os desafios foram muitos, confesso que nunca houve nenhum Executivo como este que tivesse tido tantas denúncias, muitas delas anónimas, mas que fazem parte da vida daqueles que acham que a política se resolve por denúncia e por ataque, ataque muitas vezes injustificado e, portanto, nós daqui a uns anos saberemos onde é que vamos caminhando, até por essa Europa fora com a Extrema Direita.

Quanto à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *Luisa Deimões*, agradecer o convite, felicitar pela organização da Feira do Pão e do Azeite em Suções, foi um evento de sucesso como todos os anos.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira*, não tem que agradecer Senhor Presidente, nós estaremos sempre a trabalhar em prol de todo o concelho e de todas as freguesias e relativamente à ligação da água naturalmente que julgo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais já respondeu, é preciso ter uma série de procedimentos jurídicos para que possa ser feita a ligação.

Em relação à intervenção da Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro *Ilda Fernandes*, dizer que vamos fazer o levantamento topográfico desta situação e fazer o projeto, é importante ter um projeto para que possa ser executado, é a primeira fase de qualquer situação, até de uma casa de habitação é terno o terreno, neste caso já temos, porque é um caminho rural, antigamente havia os caminhos rurais e foram feitos alguns caminhos rurais e neste momento o Ministério da Agricultura não tem financiamento para os caminhos rurais, que deveria ter, infelizmente o nosso não, mas houve municípios que aproveitaram de forma decisiva, São Salvador tem um, Suções tem outro caminho rural financiado pelo Ministério da Agricultura, neste momento não temos e portanto, temos que efetivamente verificar e fazer um levantamento topográfico, o projeto e também orçamental, para conhecermos os números que estão em causa.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, o relatório de contas consolidado das Festas, se quiser ir à Câmara Municipal temos todo o gosto, os Serviços de Contratação Pública têm tudo resolvido, se não os Órgãos Municipais entrarão em contacto com o Senhor Deputado para saber de que forma é que deseja estas informações.

Relativamente à derrocada do Lidl dizer que, o papel dos autarcas é efetivamente dizer a verdade, mas Senhor Deputado, neste caso da derrocada do Lidl eu vou-lhe lembrar que esta derrocada foi em 2014, havia efetivamente a possibilidade, ao abrigo da Proteção Civil, no Estado de Emergência de fazer obras para que ficasse como estava antes da derrocada, mas esse período é um período limitado no tempo efetivamente, em 2017, o processo já estava mais consolidado e estava em Tribunal, ou seja, tínhamos sempre que fazer um acordo extra judicial, se for esse o caso. Na altura os problemas que foram colocados foram as indemnizações, efetivamente a Câmara só tinha que indemnizar se a responsabilidade fosse da Câmara, outra coisa era fazer as obras no sentido de poderem voltar a habitar a casa, que deveria ter sido feito no período imediatamente após a derrocada, que não foi feito e poderia sim ter sido feito ao abrigo da lei da Proteção Civil.

Se nós tivermos uma derrocada que ponha em causa a segurança das pessoas, isso é num espaço público, aquele é um espaço entre privados, podíamos ter feito mais imediatamente após a derrocada, claramente que sim, porque tínhamos legitimidade por causa da lei da Proteção Civil. Nós temos feito várias intervenções em derrocadas que aconteceram, muitos deles em muros públicos e temos feito muita coisa, derrocadas que não têm esta dimensão, mas que têm impacto na vida das pessoas. Ainda agora estamos a fazer muitos muros por todo o concelho, aqui, neste caso havia uma solução jurídica, que era voltar ao estado inicial, julgo que foi o que aconteceu em Lisboa, que eles no imediato fizeram essas obras, neste caso em 2017 já tinham passado três anos, havia a consolidação que aquele não estava em estado de ruína imediata e por isso tivemos muitas dificuldades sob o ponto de vista legal, de ter qualquer outra intervenção.

Em relação às obras pelas quais tivemos uma Providência Cautelar, até nos disseram que já não valia a pena fazer mais obras, porque já tínhamos cumprido a segurança daquilo que eram aqueles locais.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, temos um problema na recolha dos monstros, o Senhor Presidente falou no que correu mal, mas já fomos ao Navalho com um camião grande, porque efetivamente estava um local com muitos monstros, nos Avidagos, ainda esta semana passei lá, o local de recolha é no meio da aldeia e efetivamente é um problema para os habitantes. No Navalho estavam 10 colchões, havia um amontoado imenso de monstros, eu julgo que é importante fazer uma sensibilização à população, no sentido de podermos agilizar, isso já é feito com algumas Juntas de Freguesia, de agilizar o cuidado na colocação e essa articulação tem de ser feita com a Junta de Freguesia.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, temos todo o gosto em sermos associados da Casa do Povo de Alvites, relativamente à reivindicação, cá estaremos para acolher a reivindicação da nova Direção da Casa do Povo.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Esteves*, julgo que já foi respondido, concordando em absoluto que os serviços de saúde são fundamentais para todos.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *Nelson Teixeira*, relativamente aos pedidos de ligação foi o que falamos há pouco, relativamente a Contins, essa é uma situação particular que está a ser analisada pelos Serviços de Ambiente, que será resolvida em breve. As reparações do pós reparação de água, ou seja, temos um lapso de tempo importante que temos que reduzir.

Relativamente aos procedimentos, o Senhor Presidente não esteve atento aos documentos que foram enviados para aprovação, um deles é uma adenda ao Protocolo que temos com as Juntas e União das Freguesias, no sentido de podermos pagar em dinheiro sempre que não temos os materiais disponíveis.

Em relação aos passeios, temos agora um novo Quadro Comunitário, estamos a tentar integrar essa operação e julgamos que poderemos efetivamente fazer. Dizer que, a Câmara Municipal adquiriu uma parte de um terreno privado para fazer um largo em

Carvalhais, dignificando esse largo público, já existe um pré projeto, estamos a avançar e é uma das aspirações de Carvalhais. Muito obrigada pelo convite para estar presente na Feira da Couve Penca.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS ESTEVES* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só pretendia saber dentro da Recomendação do dia 11 de outubro, se existiu alguma resposta da ULSNE. O que é que resultou dessa Recomendação, se responderam, se não responderam? Qual foi o desenvolvimento?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, a mim nunca ninguém me ouviu falar de ódio a Senhora Presidente, é que não tem a capacidade de me responder sem falar sempre no ódio e na vingança. Não sei qual é o foco, afinal, aqui sou eu.

Relativamente aos dois mil euros, se não podia pagar, para que assumiu perante esta Assembleia que ia pagar? Leu, o contrato que a Câmara assinou com a empresa? Quem é que tem que pagar as refeições e os alojamentos? Isso só demonstra má vontade do Executivo, porque se quiser pagar, faz um subsídio extraordinário, como tem feito para outras Juntas, e ficava o problema resolvido.

Haja boa vontade política, tudo se resolve.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, foi ambígua, não respondeu. Vai continuar ou não até ao final do mandato? Esta é a sua última Assembleia Municipal? A segunda pergunta: não respondeu sobre a água de Mascarenhas. Que Natal a população vai ter quando a sua água foi declarada imprópria para consumo?

E agora permitam-me, Senhor Presidente da Junta de Alvites, eu desejo ser sócio da Casa do Povo de Alvites e o PSD assume a promessa de fazer a estrada, até porque vamos dar uma nova oportunidade a Mirandela e à população da Torre Dona Chama, de ter uma nova estrada para a Torre Dona Chama e menos sinuosa, portanto, temos todo o interesse em fazer essa estrada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho alguma dificuldade em perceber o conceito da Comissão Permanente. Para umas coisas serve para ser um veículo para a informação chegar aos demais Deputados, e para outras serve, pelo que eu já percebi hoje, parece que houve uma votação e tudo, não foi isso que disse o Senhor Secretário? Que houve uma votação, por unanimidade, sobre um requerimento da CDU e parece perfeitamente enquadrável, que se reforce com essa votação, mas permita-me questionar: tem algum valor legal? O problema não é com a CDU, não tem nada a ver, até porque eu acho muito bem que se faça esse tipo de estudos, não só com o Senhor Arquiteto e com a esposa, mas também com outros ilustres mirandenses, que acho que também é importante e que pode ser um princípio, e, portanto, acho muito bem.

Deixe-me dar nota, Senhora Presidente, também de outra questão que eu fiz referência à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*. Permita-me que utilize a sua intervenção. Fez-lhe uma série de questões que eu lhe disse na altura que eram extremamente pertinentes e a Senhora foi de tal maneira precisa nas respostas, que não me consegui responder às minhas singelas perguntas. Eu entendo que terei que ir, se houver necessidade, à Câmara e ter com os Serviços para obter as minhas respostas. Acho que não tenho essa necessidade, como Deputado Municipal, acho que a própria Mesa deve ter esse cuidado de alertar que há uma necessidade de responder aos Deputados Municipais, mas se o tiver que fazer, farei com todo o gosto.

Mas a uns responde-se de uma forma tão rápida e a outros ficamos com as respostas vagas ou sem respostas, mesmo. Acho que era fundamental, para qualquer tipo de esclarecimento e de dúvidas, que as respostas fossem dadas de uma forma aberta e acho que era importante isso.

Só reforço esta consideração.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes da intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto Fernandes*, permitam-me dirigir algumas palavras ao Senhor Deputado *João Reis*, porquanto fui interpelado para lhe dizer que, efetivamente, a Comissão Permanente não tem valor legal para a constituição de Comissões Municipais. De qualquer forma, sendo o Órgão onde está representada toda esta Assembleia Municipal, através dos seus Líderes, tem valor indicativo. A matéria cabe exclusivamente, conforme alínea d) do número 1 do artigo 3.º do nosso Regimento, à Assembleia Municipal deliberar sobre a constituição de Comissões Municipais, contudo, o artigo 48.º permite que seja proposta a constituição de Comissões Municipais por iniciativa exercida pelos Grupos Municipais, no caso em apreço, pelo Grupo Municipal da CDU, representado pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

A referência à aprovação em Comissão Permanente tinha esse valor indicativo de que, previamente, tinha sido estudada e apreciada a proposta e que mereceu esse acolhimento por quem representa toda esta casa.

Relativamente às questões que são endossadas à Mesa da Assembleia Municipal, estão perfeitamente identificadas. A Mesa age, conforme disse o Senhor Presidente, imediatamente após cada solicitação dos Senhores Deputados Municipais. As suas questões, que eu as tenho aqui comigo, estão perfeitamente identificadas. Já foi feito o alerta ao Executivo e foi renovada a espera das suas pretensões, bem como também uma pretensão do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, foi identificada a forma de lapso com que foi transmitida a informação que o Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, pretendeu através da Mesa, e bem.

Isto para lhe dizer que a Mesa está muito atenta. A Mesa, neste aspeto, obedece e dá sequência e cobertura a todas as pretensões, sem qualquer hesitação, aos Deputados e aos Membros que constituem esta Assembleia Municipal, que é essa a sua obrigação e a sua responsabilidade perante todos vós.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu não tinha intenção de fazer esta intervenção, mas não resisti à tentação. nem ao desafio que o Senhor Deputado me lançou. Obviamente que, lendo o Regimento e a minha intervenção, o Senhor Deputado diz que é uma questão nacional e é verdade, Senhor Deputado, mas não deixa de ter implementação local. Vou dar-lhe dois exemplos, apenas dois, mas tenho vários para apresentar e durante esta sessão darei aqui muitos exemplos.

Senhor Deputado, isso é para si, obviamente, mas também para a Mesa e para o Executivo, e aliás, para todos, porque quando a informação é verdadeira, ela fica sempre bem, ninguém fica deitado, ficamos sempre de pé.

Senhor Deputado, só para lhe dizer isto: quando eu falei há pouco na intervenção sobre a questão do âmbito nacional, não é? E que falei que era por opção de várias medidas deste governo. Discutimos o Orçamento de Estado há pouco mais de um mês, nem isso.

Senhor Deputado, vou-lhe dizer apenas duas coisas: o Partido Comunista Português, a CDU de Mirandela, pediu aos seus Deputados que fizessem uma pergunta à Senhora Ministra da Saúde sobre a questão das urgências e cirurgias de Mirandela, tal como já tinha feito ao anterior Ministro da Saúde do governo anterior. Sabe qual foi a resposta? A resposta do Ministro do Partido Socialista, em relação ao encerramento das cirurgias, não sou? Mas vou-lhe dizer, é exatamente igual à resposta que vou ler. Tenho três minutos, é rápido.

Na pergunta, sobre o porquê do encerramento das cirurgias, diz o Senhor Dr. *Francisco José Martins*, Chefe de Gabinete da Senhora Ministra, o seguinte: “Indisponibilidade manifestada por médicos do quadro em realizar trabalho suplementar, além das 150 horas anuais, medida que impactou significativamente a capacidade de resposta da ULS, particularmente na capacidade de cirurgia geral.”

Senhor Deputado, outro exemplo, para ver que não estamos aqui a falar de cor, a reconstituição das Direções Regionais do Ministério da Agricultura, proposta de lei do Partido Comunista Português, sabe como é que foi votada pelo seu partido? Sabe como foi? Abstenção. E sabe como votou o PS? Contra. Estamos a falar de coisas que dizem diretamente respeito a Mirandela.

Senhor Deputado, mais um exemplo e para concluir: depois, vimos para aqui, como o Senhor Candidato a Presidente da Câmara pelo PSD, o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, já veio prometer uma estrada que nem sabe se está cabimentada. Veja bem até onde é que nós já chegamos, para onde é que já vamos.

Mas olhe, para concluir o que é sério, isto não é a brincar, não é o diz que diz, Senhor Deputado. Olhe, agora na especialidade, no voto da especialidade, na Assembleia da República, quando estávamos a discutir o orçamento, o PCP propôs, e vou-lhe ler, está aqui o documento, posso-lhe dar em mão: A proposta de lei nº 26, vou dizer: Reabilitação do Complexo Agroindustrial do Cachão, obviamente com dinheiros públicos, não é da Câmara Municipal, é com dinheiros públicos, porque só assim é que se faz a reabilitação. Investimentos públicos”. Não, não é do Orçamento da Câmara Municipal, Senhor Deputado. Sabe como votou o PSD? Contra. Sabe como votou o PS? Absteve-se. Sabe como votaram os outros Partidos na grande maioria, todos contra.

Quando nós estamos a falar, Senhor Deputado, da participação do Grupo Municipal do Partido Comunista Português nesta Assembleia Municipal, e quando eu venho falar aqui de assuntos nacionais, Senhor Deputado, é obviamente que a discussão do Orçamento de Estado tem diretamente a ver com a vida de todos os portugueses, inclusive os de Mirandela. E quando nós falamos da saúde, e termino já, só para concluir, porque não podia deixar passar em claro.

Quando nós falamos, e quando eu disse aqui que, por opção, o caminho em curso é o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, ainda agora tivemos aqui o exemplo do seu colega de Bancada, o Deputado que veio falar da fisioterapia e da neurologia. Portanto, esta é a opção do Governo, porque não é a tutela da Câmara Municipal que vai tutelar como deve funcionar o Hospital. Isso queriam os Senhores, que também se passasse a transferência de competências para as Câmaras para contratar médicos? Esta é a opção, Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção é no sentido de uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Senhor Deputado, ao contrário daquilo que está no Regimento, virou-se para mim e eu pensei que não houvesse essa possibilidade. Alerto para os precedentes que se estão a causar. As palavras que eu disse, a Senhora Presidente repetiu, e, portanto, se ela tem que me responder, eu aceito que tenha de responder. Mas eu tenho que ter alguma possibilidade regimental para lhe responder. Vou optar por não fazer para não criar aqui uma situação mais desagradável.

Nós não fazemos aquilo que queremos, nós fazemos aquilo que podemos e não aquilo que queremos, mas o Senhor, regimentalmente, nem disse nada. Peço desculpa por esta conversa paralela.

Eu ponho a questão que coloquei há pouco. Disse exatamente o mesmo e mantenho exatamente a mesma opinião, tal e qual como a Senhora Presidente da Câmara questionou e fez exatamente a mesma observação que eu fiz. Mantenho a mesma coisa.

Questiono a Mesa sobre a condução dos trabalhos devido a esta intervenção que foi dirigida a mim e não à Presidente, que foi à qual ele fez as perguntas, não fui eu.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado, Senhor Deputado *João Reis*. A Mesa reconhece a pertinência da sua observação, indubitavelmente, à luz daquilo que são os regulamentos próprios de condução dos trabalhos. Não obstante isso, tem havido sempre alguma tolerância, elasticidade

democrática, em que as pessoas, o Senhor Deputado *João Reis* acabou, neste momento, na sua intervenção, também de se dirigir ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

Creio que temos convivido todos bem com isso, mas a Mesa recolhe essa sua observação até muito agradada, porque nos permite, após um alerta dessa natureza, passar a atuar em conformidade com essa sua observação, não permitindo daqui para a frente a nenhuma das Bancadas uma réplica direta aos outros Deputados. Mas depois espero que ninguém da Bancada do PSD se queixe que a Mesa o chamou à atenção a observação.

Eu estou a falar para si, porque foi o interlocutor e dirijo as mesmas palavras a todas as Bancadas, por todos nós, num momento ou outro, acabamos por nos dirigir a um ou outro Deputado, e isso com a intervenção saudável e democrática que isso oferece.

Mas, sendo assim, está registado e atuaremos em conformidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu sei que posso consultar o expediente junto dos Órgãos Municipais, mas em relação às Festas de Mirandela, eu não tenho a certeza se, ao consultá-los, aquilo que existe nos dá as respostas a tudo o que procuramos.

E eu, quando peço um relatório consolidado, não peço nada mais do que, por exemplo, o relatório de contas consolidado da AIN ou do Metropolitano de Mirandela, que também vem aqui à Assembleia Municipal, porque aí, se calhar, podemos ter respostas mais concretas e no global, daquilo que foi essa atividade. É a única coisa que eu peço.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD), solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Afinal, a Senhora Presidente não me respondeu. Eu perguntei-lhe se era possível um indivíduo que tenha um armazém clandestino em Mirandela, ou no concelho, requisitar a água e se a Câmara põe lá água. Não me respondeu, como é o costume, como sempre, não é? Tenho dito.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÊNIO VAZ* (PSD), solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Era só para informar, dar duas informações: realmente, o camião deslocou-se há uns meses atrás à nossa União de Freguesias para recolher os monstros. Mas neste momento, o que eu queria dizer é que continuamos com muitos monstros lá juntos, e por isso, agradecia que tomassem uma resolução sobre esse assunto.

Quanto ao caminho, queria dar uma informação à Senhora Presidente, talvez ela não saiba, o caminho que foi melhorado do Carvalhal a Barcel, no tempo do Dr. *Silvano* e do Eng. *Branco*, era só para dar uma informação de que eu próprio acompanhei os trabalhos de levantamento e medição do caminho de Navalho a Abreiro. Portanto, esse trabalho deve estar na Câmara, pois já foi feito. Acho que é uma mais-valia para esse melhoramento.

Também queria dizer que os proprietários, na altura, foram contactados, foi tudo acertado e portanto, se quiserem fazer esse melhoramento, acho que está na hora. A distância não é muita, são 2 km do Navalho a Abreiro. E é um caminho que, volto a dizer, é muito importante para a zona Sul do concelho de Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões, eu só estranho que tenha sido feito tanta coisa e não tenham sido feitas essas ligações. Efetivamente, nessa altura havia caminhos rurais financiados pelo Ministério da Agricultura e, portanto, eram financiados a 100%. Esses caminhos rurais, na altura, eram financiados a 100%, o que permitiu a muitos concelhos ter ligações entre a maior parte das aldeias, o que fez muita diferença nas distâncias entre duas aldeias.

Relativamente à informação dos monstros, eu acho que era importante sensibilizar a população para não colocar os monstros no meio da aldeia, junto a locais de passagem. Eu acho que as juntas de freguesia podiam e deviam ter esse papel; muitas já o fazem e ainda bem, porque é efetivamente importante que todos colaborem.

Não basta vir aqui criticar e dizer: “Não vão lá”. Fizemos vários carregamentos no Navalho, e no dia seguinte já estavam lá outros, ou seja, o que era importante era articular com a Divisão do Ambiente e Serviços Operacionais tudo o que diz respeito à recolha de monstros.

É melhor estarem localizados nas aldeias, do que num talude de uma estrada, o que também acontece. E nós também temos feito muita intervenção, apesar de não ser divulgada; é um trabalho que temos feito, em particular com resíduos de demolição e construção, porque efetivamente, para já, não há solução no concelho. Existem outras soluções, mas que são dispendiosas também para os próprios produtores. Há um projeto que temos para implementar neste Quadro Comunitário, implementar no concelho de Mirandela.

Relativamente ao Senhor Presidente *Bernardino Pereira*, dizer-lhe que eu respondi e disse que para ter ligação de água, a pessoa tem que ter uma série de documentos de legalização do edificado. Eu não sei de quem é que o Senhor está a falar, mas efetivamente são os serviços que fazem a conferência administrativa da legalização do edificado para que possam fazer a ligação da água, e a ligação elétrica é igual. Para todas as infraestruturas, é exatamente o mesmo.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Esteves*, os Órgãos Municipais enviaram a informação a todos, a Unidade Local de Saúde no Nordeste não respondeu a essa pretensão.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, dizer-lhe que quem quis pagar essa fatura foi a Junta de Freguesia. A Câmara Municipal tinha obrigação, à luz do Protocolo, de pagar essa fatura. Neste momento, essa fatura não é possível pagar. Foi exatamente o que eu disse na intervenção. Perguntei aos Serviços de Contabilidade: Existe alguma fatura que seja para pagarmos? A fatura que veio para a Câmara entrou nas contas da Junta de Freguesia, portanto não pode ser paga pela Câmara. O expediente do subsídio extraordinário tem também ele próprio uma justificação, um apoio extraordinário de uma fatura que foi paga diretamente e que entrou nas contas da Junta de Freguesia, parece-me que, do ponto de vista jurídico, e o Senhor é tão apologista do jurídico, está a propor uma coisa que tem que passar pelo Gabinete Jurídico.

Do ponto de vista jurídico, aquilo que está a propor à Câmara Municipal é estar a encapotar um apoio extraordinário de uma fatura que foi emitida à Junta de Freguesia.

Não é má vontade, é simplesmente uma questão de cumprimento legal. E sobre isso, Senhor Presidente, acho que todos queremos o cumprimento legal de todo e qualquer procedimento.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, à primeira questão, o Senhor Deputado deve preocupar-se efetivamente com a sua intervenção e aquilo que vai fazer no futuro e eu saberei tomar as minhas decisões. Partilharei sempre quando achar conveniente. É legítimo questionar, e é legítimo não responder, porque é uma questão de decisão própria.

Relativamente à água de Mascarenhas, dizer que já fizemos a contra-análise. Aguardamos que venha tudo conforme.

Relativamente ao Senhor Deputado *João Reis* e *Carlos Carvalho*, nós vamos preparar as respostas. Eu estava a dizer que podiam consultar, há uma situação que eu quero dizer. Nós vamos responder ao que diz respeito à Câmara Municipal e, em relação à Junta de Freguesia de Mirandela, podemos pedir que informe o Senhor Deputado. Porque todas as Juntas de Freguesia têm autonomia administrativa e financeira, não têm que prestar contas à Câmara Municipal. Têm que prestar contas à Assembleia de Freguesia. É à Assembleia de Freguesia que as Juntas e Uniãos prestam contas, não é à Câmara Municipal.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD), solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria ouvir isso da Senhora Presidente porque da primeira vez não me disse. Eu tenho conhecimento de três pessoas que não vou falar agora, mas se for preciso, eu falo, que a Senhora Presidente ligou para o GAM e até vou dizer, falou com a Dona *Margarida* que é a pessoa que trata desses assuntos, ligou e disse: “quem manda sou eu”, na altura de eleições e autorizou a pôr água, algum amigo de um armazém em Mirandela que esteja clandestino tem que lá pôr a água igual porque senão leve-me a Tribunal e isso é muito grave.

A Senhora ligou para a *Margarida*, eu nunca falei com a *Margarida*, mas eu sei que foi o cliente que me disse, três pessoas e uma é na minha freguesia, que a Senhora Presidente autorizou, telefonou para a *Margarida* e disse à *Margarida* “quem manda sou eu” e puseram lá água e um deles já há anos que não tinha lá água e agora tem água.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A forma e o formato já conhecemos, compreendo perfeitamente a situação, de qualquer forma não faz parte do meu feitio dizer quem manda sou eu, efetivamente todo o procedimento que é feito dentro dos pedidos de contadores de água, são feitos com os procedimentos naturais e é um procedimento administrativo e é verificado por todos os serviços.

Infelizmente temos este tipo de situações, eu não vou pegar no Senhor e dizer que vou metê-lo em Tribunal porque não o vou fazer, pelo respeito que tenho por si e pelo que representa. Lamentavelmente temos que lidar com estas situações, sem poder responder da mesma maneira porque é lamentável estas situações acontecerem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse: Devo informar a digníssima Assembleia que ela será concluída às 19:00 horas em função de múltiplos compromissos e, portanto, eu solicitava ao Executivo por questões operacionais se quisesse alterar a Ordem de Trabalhos, pondo à consideração dos Senhores Deputados pontos muito importantes do ponto de vista de impacto orçamental, nós estamos disponíveis para fazer essa alteração se a Assembleia assim o entender.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Caros Membros da Assembleia Municipal no seguimento do que foi transmitido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e dando seguimento àquilo que a Senhora Presidente de Câmara nos solicitou para identificar conjuntamente com os serviços as matérias que devemos acautelar, uma vez que esta Sessão terminará às 19:00 horas, por imensos compromissos de diversos Membros desta Assembleia, acautelarmos aqueles que têm que mesmo ser deliberados hoje por questões orçamentais e por questões de *timing* legal.

Identificados os pontos, vamos revelá-los à Assembleia Municipal deixando os outros para pós estes pontos se ainda houver tempo.

Eu vou passar a elencar porque a Mesa precisa da anuência desta Assembleia para alterar a Ordem de Trabalhos. Retomaremos então os trabalhos desta Assembleia Municipal iniciando pelo ponto:

4.2 - Proposta da Segunda Alteração Orçamental Modificativa, passando ao ponto;

4.3 - Orçamento Municipal para o Ano Económico 2025;

4.4 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia de Aguieiras, saltamos para o ponto;

4.6- Proposta de Contrato de Programa a Celebrar com a Associação MIRCOM 2025;

4.8 - Proposta de Adenda do Protocolo Celebrado com as Freguesias e União de Freguesias do Concelho de Mirandela;

- 4.9 - Proposta de Adenda ao Contrato de Constituição do Direito de Superfície a Favor do Município de Mirandela, Dr. Padre Américo Comissão Fabriqueira Nossa Senhora da Encarnação de Mirandela;
- 4.12 - Proposta de Retificação de Subsídio Pecuniário Freguesia de Mascarenhas;
- 4.13 - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Mirandela;
- 4.14 - Proposta de Transferência de Competências para a Freguesia de Mascarenhas;
- 4.15 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia de Vale de Telhas;
- 4.16 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia de Vale de Asnes;
- 4.17 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia Torre Dona Chama;
- 4.18 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia de Aguieiras;
- 4.19 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia de Frechas;
- 4.20 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário União de Freguesias da Avidagos Navalho e Pereira;
- 4.21 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário de Freguesia de Vale de Gouvinhas;
- 4.22 - Proposta da Quarta Adenda ao Alto Transferência de Competências entre o Município de Mirandela e a Freguesia de Mirandela;
- 4.23 - Projeto de Alteração e Atualização do ARU e PERU do Centro Urbano Mirandela- Versão Final;
- 4.26 - Proposta de Projeto de Operação Reabilitação Urbana Torre Dona Chama- Versão Final.

Vamos priorizar na Ordem de Trabalhos, quando chegarmos aqui se ainda tivermos tempo retomamos pela ordem que consta da nossa proposta da Ordem do Dia.

Estes necessariamente têm que ser aprovados hoje, porque na eventualidade de uma segunda reunião, recorde que existe uma deliberação da Assembleia Municipal da não realização de Assembleias entre o período de Natal e Ano Novo, portanto uma segunda reunião terá que necessariamente transitar para o início de janeiro. Vamos, então, através destes pontos, cumprir com aquilo que são necessidades legais e processuais destes pontos.

Pergunta à Assembleia se alguém se pronuncia em sentido contrário desta alteração da Ordem do Dia?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente eu não tenho nada contra aquilo que vai ser a Ordem proposta pela Mesa, a única coisa que eu aqui quero explicitar é que, eu seguiria digamos a ordem normal do ponto de trabalho, obviamente que aqueles pontos que serão digamos, essenciais hoje na questão da votação teriam essa prioridade a seguir, digamos pela Ordem da Ordem, portanto, Informação da Senhora Presidente essas e depois passaríamos consecutivamente para os pontos que obrigatoriamente têm que ser votados hoje.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi isso exatamente que foi transmitido à Assembleia.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiquei com a anotação que a Informação da Senhora Presidente seria posterior, mas eu acho que deveríamos começar por esse ponto porque acho que então não fazia sentido, esta era a minha sugestão. Mas fico com essa.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tirando a intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto* sobre aquilo que ele entende ser o curso dos trabalhos alguém mais se manifesta contrário?

A Mesa informa que ninguém está a dizer que estes pontos não vão ser tratados hoje, estamos é acautelar uma eventualidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não estou contra isto, sou de acordo com o que diz ali o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, porque não tem lógica nenhuma ficar o Ponto da Informação da Presidente, que é uma informação atual e penso que também não vai demorar muito julgo eu e, portanto, seguíamos e só a partir do 4.4 é que se seguíamos a ordem apresentada. Apenas refiro-me ao 4.1 seguíamos na mesma por essa ordem era só isso.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhor Deputado *Virgílio Tavares* e muito obrigado também ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

A Mesa tendo em conta o ponto e a natureza do ponto a questão também não está no tempo da Informação, até porque este ponto reúne um leque alargado temporal daquilo que foi a atividade da Senhora Presidente da Câmara, se ficasse para a próxima reunião daí não vinha mal ao mundo, mas como a Mesa pretende a unanimidade desta opção dos trabalhos, acolhemos aquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* e do Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

Vamos retomar os trabalhos no 4.1 porque a seguir já estava elencado o 4.2 e quando chegamos ao 4.4 saltamos então pela ordem daquela que foi revelada.

Está bem assim para todos? Pretendemos obter unanimidade. Portanto, a única coisa que se altera é que o ponto 4.1 - Informação da Senhora Presidente transitaria para o final de todos estes foram elencados, mas não, vem já à cabeça da retoma da Ordem de Trabalhos.

Temos a concordância de todos? Muito bem, muito obrigado.

Vamos então passar ao ponto 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente de Câmara nos termos da alinha C do número 2 do artigo 25 do anexo 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação.

ORDEM DO DIA

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostava que os Deputados me pudessem acompanhar, em termos dos pontos que estão aqui na Informação da Senhora Presidente. E então, eu passava para o ponto 4.1, na página 26 da Informação da Senhora Presidente, temos a rede de Transportes Urbanos Rodoviários, e aquilo que eu gostava de perguntar à Senhora Presidente, visto que na última Assembleia Municipal falamos e foi votado aqui um Protocolo com a CIM-TTM, o Plano de Mobilidade Intermunicipal, e eu fiquei também com a sensação de que estaria incluído nesse pacote com a CIM-TTM, aquilo que seria a rede de Transportes Urbanos Rodoviários. E então, eu lendo este ponto, diz aqui o seguinte: contrato com o motorista do autocarro e percurso do autocarro urbano, elaboração de proposta de melhoria do traçado dos três percursos atuais, com a inclusão da paragem no Bairro Tua Sol e passagem pela Avenida das Comunidades Europeias, e participação em reunião sobre o planeamento dos circuitos do autocarro e as características dos novos autocarros.

E aquilo que eu lhe perguntava, muito diretamente, Senhora Presidente e ao Executivo, para quando é que está prevista a entrada em funcionamento deste serviço, ou seja, já andamos a tratar este assunto na questão do Plano de Mobilidade Urbano há já alguns anos e aquilo que eu tenho agora nesta Informação da Senhora Presidente, é que ainda vamos estar mais algum tempo prolongado, para que este serviço público prestado aos munícipes de Mirandela entre em funcionamento.

Na página 43, a recolha de monstros porta a porta, já foi falado aqui no Período Antes da Ordem do Dia pelo Presidente da Junta do Navvalho sobre a questão dos monstros que existem na sua aldeia. E eu, quando estava a analisar os documentos que eram para ser discutidos aqui na Assembleia Municipal, Senhora Presidente, obviamente que este ponto do 7.12 diz: “recolha de monstros porta a porta”, e eu vou passar a ler, Senhora Presidente: “Durante o período de reporte, o Município tentou assegurar a continuidade da recolha de monstros porta a porta e de resíduos verdes particulares em todo o concelho de Mirandela, de acordo com as solicitações e prioridades estabelecidas dentro dos condicionalismos verificados, motivados pela interrupção da equipa de recolha, que finalizou o programa operacional sem, entretanto, ser substituída, e que referiu na redução desse serviço.”

Senhora Presidente, este ponto esteve há cinco meses a ser discutido nesta Assembleia Municipal e eu volto a frisar que a causa de não fazermos a recolha dos monstros porta a porta é que dentro dos condicionalismos verificados, motivados pela interrupção da equipa de recolha que finalizou o programa operacional.

Senhora Presidente, custa muito ter que falar sobre estas questões, principalmente quando é um Executivo de cariz socialista, e a palavra socialismo deve ter alguma predisposição para resolver este tipo de problemas, que têm a ver com aquilo que são trabalhos permanentes. Trabalhos permanentes requerem trabalhadores com contrato permanente, é assim o bom funcionamento de quem faz a gestão de uma Câmara Municipal. Portanto, eu gostava de perguntar se vamos esperar mais cinco meses, mais um ano, para que se consiga arranjar trabalhadores que não estejam em programas ocupacionais. Eu vou ter a oportunidade de falar disso nos pontos mais à frente, nestes programas ocupacionais pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Senhora Presidente, na página 45, no ponto 7.2, diz o seguinte e já falamos isso hoje aqui de manhã: “implementação de planos de segurança com o objetivo de garantir a qualidade da água do consumo humano, incorporando metodologias de avaliação e gestão de riscos.”

Senhora Presidente, já foi falado aqui, e não só pela CDU, que temos vindo a alertar para estas situações dos problemas que o concelho de Mirandela e algumas freguesias têm no nosso concelho, com a questão da qualidade da água. Ouvi com muita atenção a sua explicação na parte da manhã, que havia uma empresa de consultadoria que agora ia resolver este problema todo naquilo que é a manutenção que é um bem público e que tem que ser gerido como tal. E vai ser uma empresa de consultadoria que vai agora resolver o problema. Então, o que eu lhe perguntava era o seguinte: para quando é que vão estar implementados estes planos de segurança que ainda não foram implementados? E aquilo que fica no ar, Senhora Presidente, desculpe que diga isto com muita franqueza e muita frontalidade, porque isto é a nossa forma de estar.

Só começamos a ter problemas com a água e da qualidade da água desde que houve aquele problema com o laboratório no Cachão. Ou seja, antes de haver o problema com o Cachão, aquele laboratório que fazia análise da água, toda a água do concelho de Mirandela estava completamente sem qualquer problema. A partir do momento em que foi descoberta aquela “trapalhada e falcaturia”, começaram a surgir problemas com as águas do Município de Mirandela, Abreiro, Mascarenhas, Vale Pereiro e Guribanes.

E eu que lhe pergunto, Senhora Presidente, é se esta metodologia que vai ser entregue a esta nova empresa não iremos cair no mesmo problema que tínhamos quando foi a questão do laboratório que estava implementado no Complexo Agroindustrial do Cachão e que falsificava os resultados da água? Era só ter esta atenção para não irmos a ser surpreendidos pela prestação de um serviço de uma empresa privada que depois só quer lucros e fornece as análises à medida do que nós quisermos. Não é? Era só isto que eu tinha para perguntar.

E passo para o ponto seguinte, Senhora Presidente, na página 58, ponto 8.6, - Património cultural. Património cultural e diz a alínea B, e eu vou ler, porque Senhora Presidente, isto é caricato. Isto é caricato, eu vou ler: “Projeto financiado pela EscarpArte, em construção, o relatório prévio e do plano de salvaguarda para a obtenção do parecer pelo organismo tutelar pelo património cultural, envolverá igualmente outros organismos, reunião com a unidade de cultura da CCDDR-N para mitigar erros”. Até aqui tudo muito bem, “reuniões com os consortes para elaboração de documentação necessária”, também está tudo bem, “solicitações ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela”? O que é que o Presidente da Junta de Mirandela tem a ver com a EscarpArte e com a questão das pinturas rupestres? Mas mais, e continua aqui depois, que entra o desvaneio, penso eu, que é: “para a limpeza das carpas”. Portanto, vai ser a Junta de Freguesia de Mirandela, os seus funcionários, que vão limpar as carpas que existem na Serra dos Passos e de Lamas de Orelhão, que permitam concluir o levantamento 3D e multiespectral com a reunião do agrupamento de baldios. Isto só pode ser uma brincadeira.

Eu peço imensa desculpa, eu até pensei que era um erro de impressão e perguntei aos serviços da Câmara Municipal que estão aqui a dar-nos apoio e disseram: “não, isto veio diretamente do Executivo”.

Portanto, eu gostava de saber o que é que o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela tem a ver com a limpeza das escarpas e dos baldios dos Passos e de Lamas de Orelhão. Quer dizer, ou não sabemos o que estamos aqui a pôr, ou seja, é um projeto financiado pela EscarpArte, vamos fazer isto, vamos fazer aquilo... não, passamos de intenções e de meras intenções, e ficamos todos aqui contentes e a bater palmas por uma informação que a Senhora Presidente está a dar e que não está correta e que não é verdadeira.

Para terminar, Senhora Presidente, na página 60, no ponto 8.6, na alínea H, Serra dos Passos, Santa Comba e Garraia, eu passo a fazer a leitura na íntegra e cito aquilo que vem aqui na sua informação: “Em fase de aprovação em Reunião de Câmara do dia 12/12/2024, do selo rotas do Norte, submissão do selo no imediato. O selo permitirá construir e submeter até dia 30/03/2025 uma candidatura que terá tema central, a arte rupestre da Serra, visando a sua valorização, dinamização, cumprimento de critérios de salvaguarda em curso a preparação de dados”.

Senhora Presidente, o que eu lhe perguntava muito concretamente, antes de haver este selo, está feito o mapeamento das pinturas rupestres? Está feita a identificação das pinturas rupestres? Está feito o mapa e os caminhos e toda aquela zona envolvente está salvaguardada de forma a que não seja o selo a permitir que se faça uma divulgação daquelas pinturas, mas o espaço em si que possa ser visitado e que haja uma informação credível do que as pessoas vão ali fazer? Obviamente, e agora fazendo aqui uma graça, depois do Presidente da Junta e da sua equipa fazerem as limpezas das carpas da Serra dos Passos e de Lamas de Orelhão.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÂNI MOUTINHO* (CDS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Eu não quero, de maneira nenhuma, contribuir para que os trabalhos se arrastem e não se cumpra a Ordem do Dia, mas tinha efetivamente preparado uma ligeiríssima intervenção que porventura poderá ser a minha última. Não sei, o destino dirá. E começaria então por dizer o seguinte: eu e julho que todos recebemos a convocatória para esta Sessão Ordinária no dia 26 de novembro. A documentação foi por mim rececionada no dia 13 deste mês.

Há uma dilação relativamente curta entre o dia 13 e o dia de hoje, e maior entre a convocatória e a Ordem do Dia. O que é que isto significa? Significa que, tendo a maioria de nós, senão a totalidade, outras atividades, é difícil fazer uma leitura apurada de toda a matéria que aqui é trazida para deliberação e discussão em tão curto espaço de tempo. E daí que eu pegasse na Ordem do Dia, já muito perto da Sessão Ordinária, e disse: o que é que eu iria tratar? O que é que eu devia ver? A Ordem do Dia é extensa.

Pensei assim: vou entrar na questão da Informação da Senhora Presidente da Câmara, que me parece aquela onde poderei eventualmente encontrar matéria para dar algum contributo útil. É apenas uma sugestão, a documentação talvez devesse acompanhar a Convocatória para haver tempo para uma preparação mais cuidada, que naturalmente prestará mais dignidade, ou alguma dignidade, ao debate político que naturalmente aqui tem que se fazer.

Escolhi da parte da Informação da Senhora Presidente da Câmara, aquilo que tem a ver com ações judiciais, que se prende mais com a minha área, e verifico então que a Câmara tem 40 ações judiciais, em 37 das quais é Ré e em três é Autora. Há aqui ações cujo valor é irrisório, por exemplo, 5 mil euros, quer dizer, uma ação com um valor de 5 mil euros, poderá ter razão de ser, mas talvez não tenha.

Eu sei que a litigância é o mal necessário, mas não é de facto de todo descabido que se procure a via da resolução extrajudicial das questões que são colocadas, em vez de permanecer em litígio com uma justiça que, de facto, não prima pela serenidade, que é cara, que é lenta e é má. E nós temos processos de 2013, 2016, 2017, que efetivamente, na minha opinião, não se justificam.

Julgo que o Executivo, que a Câmara tem um contencioso suficientemente alargado e competente para poder resolver muitas questões destas pela via amigável. Vejo, por exemplo, um processo que a Câmara tem com as Águas de Portugal, em que há um valor relativamente escasso entre aquilo que a Câmara deve e aquilo de que é credora. Temos um valor na ordem de 1,6 milhões de euros nas Águas de Portugal e a Câmara, por sua vez, tem por volta de 1,5 milhões de euros. Há uma diferença de 133 mil euros. Não se percebe porque é que esta questão não é efetivamente resolvida.

Por outro lado, a Senhora Presidente, na introdução transcreve um dispositivo legal que diz que da Informação escrita devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, os recursos hierárquicos e processos sociais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado. Ora, eu não consegui ver, mas pode ser um problema meu, onde é que está a indicação do estado e da fase em que se encontram os processos judiciais. E há realmente, como sabemos, diversos estados em que essa situação se pode

verificar. E por isso perguntaria à Senhora Presidente da Câmara se efetivamente tem indicação de qual é o estado e qual é a fase em que os diversos processos se encontram, ou se não tem, e nessa altura se deliberadamente não a incluiu.

Saindo daqui e entrando num aspeto que já não terá a ver muito com isto, com a questão das ações judiciais, eu lembraria apenas que nós, os munícipes de Mirandela e portugueses, preparamo-nos para celebrar o nascimento daquele, que foi considerado o príncipe da paz, daquele menino pobre, que no seu tempo não teve sequer espaço digno para nascer. E ainda hoje, decorridos séculos, há muitas crianças que nascem pobres, pobres de amor, pobres de carinho, pobres de afeto, pobres de tudo.

Este tempo de Natal é uma altura em que a falta de afetos e carinho, sobretudo por parte dos seus progenitores, cabe a todos nós, às instituições, às autarquias, tudo fazer para que possam ter o Natal mais feliz.

Em nome pessoal e do Grupo Municipal do CDS, desejo a todos um Santo Natal, feliz Ano Novo e que o Ano Novo seja melhor do que este.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma vez que foi feita referência aos tempos de envio das Convocatórias para as Sessões da Assembleia Municipal e respetiva documentação, cumpre-me dizer-lhe que de facto seria desejável aquilo que foi o conteúdo da sua intervenção. Sem dúvida que seria desejável que esses tempos pudessem ser cumpridos.

Relembro que aquilo que a lei estabelece, o Regimento, é o envio da Convocatória oito dias antes da própria Sessão e a respetiva documentação cinco dias antes. A Mesa faz sempre um esforço de conseguir cumprir tempos mais alargados que este, nomeadamente refiro o envio da convocatória, nós fazemo-lo sempre com 30 dias de antecedência porque, como disse, e bem, nós, Eleitos à Assembleia Municipal temos outra vida profissional e familiar daqueles que exercem funções políticas a tempo inteiro. Nós enviamos com 30 dias para que as pessoas possam acautelar na sua agenda da sua vida própria esse dia que fica marcado para atempadamente conseguirem gerir.

Quanto à documentação, é manifestamente impossível o envio mais cedo, porque a Mesa está dependente da entrega da documentação resultante da aprovação em Reunião do Executivo para que ela seja endereçada e encaminhada para os Senhores Deputados.

Como disse, e bem, recebeu no dia 13, porque a Reunião da Câmara só foi no dia 12. Portanto, o conjunto de pontos que a Ordem do Dia integra, a respetiva documentação só foi aprovada no dia 12 na Reunião do Executivo, daí apenas no dia 13 ter chegado. Agora, eram desejáveis de facto esses tempos.

Portanto, o período alargado de Convocatória corresponde a uma opção nossa de atempadamente informar quando vai ser a Assembleia Municipal. A documentação já não depende de nós, é apenas possível após a entrega por parte do Executivo e das suas Reuniões. Seria desejável esse calendário, mas são completamente incontornáveis do ponto de vista legal e processual.

Muito obrigado pela sua participação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Relativamente às questões relacionadas com as rotas dos autocarros, é verdade que a CIM-TTM tem um procedimento, um concurso internacional, o processo tem-se arrastado ao longo do tempo. Nós estamos a avaliar a possibilidade de criarmos outras soluções para termos a possibilidade de dar uma resposta o mais rapidamente possível, pelo menos nos circuitos urbanos, dado que os autocarros que temos neste momento a circular, não têm as condições que consideramos adequados. Estamos a avaliar essa situação de aquisição de um autocarro que daria para fazer outro tipo de transportes. Os transportes, como está na Informação escrita e enviada, são também planeados para dar resposta às várias coletividades, quer no âmbito desporto, quer no âmbito cultural. Estamos a avaliar essa situação e o impacto poderá ter em 2025 no nosso Orçamento.

Já fomos ver autocarros que possam servir o Município, estamos neste momento a fazer uma análise detalhada daquilo que pode ser este conforto, quer no Verão, quer no Inverno. Sabemos que as condições climáticas na nossa cidade e no nosso concelho, na nossa região, são sempre muito adversas e por isso estamos na eventualidade de poder adquirir uma solução sempre elétrica, porque podemos enquadrá-la numa candidatura. Estamos a avaliar agora essa situação para 2025.

Relativamente à Divisão do Ambiente e Serviços Operacionais e este serviço de recolha de monstros, efetivamente temos algumas questões a melhorar. No entanto, quero dizer, Senhor Deputado, que este Executivo fez procedimentos de recrutamento para praticamente todos os serviços, garantindo também que este trabalho, que é permanente, seja efetivamente preenchido por trabalhadores do quadro pessoal da Câmara Municipal.

Criticar a Câmara Municipal por ter programas ocupacionais parece-me que não é de todo desejável, até porque nós, efetivamente, recorremos a esse tipo de trabalho, sempre e quando, temos trabalhos ocasionais. Fazemos candidaturas ao IEFP e por isso, dizer que este Executivo não está a acautelar esta situação dos trabalhadores parece de todo infundado. Nós temos feito um esforço muito grande, até do ponto de vista orçamental, para regularizar todas as situações e para fazer processos de recrutamento. Neste momento, apesar de muitos dos postos de trabalho serem ocupados por pessoas que, entretanto, vão para a aposentação, nós praticamente temos mais de 80 trabalhadores que entraram em regime de recrutamento, que entraram para o quadro pessoal da Câmara Municipal.

Relativamente aos planos de segurança e aquilo que diz respeito às águas, eu julgo que, o Senhor Deputado não percebeu de todo o objetivo deste apoio da empresa de consultadoria. A empresa de consultadoria não vai fazer o trabalho, obviamente, vai apoiar sob o ponto de vista das soluções preconizadas, a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais.

Relativamente ao laboratório do Cachão. Existe um processo judicial, houve sempre muitos problemas em relação à água, quer sobre o ponto de vista da qualidade, quer sobre o ponto de vista da quantidade, mesmo aquela que não é tutelada pela Câmara

Municipal. É gerida pelas juntas de freguesia. Aquilo que lhe posso dizer é que estamos a fazer esse esforço enorme para resolver todos os problemas de captações próprias, que são ainda muitas da Câmara Municipal.

Relativamente ao património cultural, as solicitações do que diz respeito ao projeto EscarpArte, é feita a referência à Junta de Freguesia de Mirandela, porque a Junta de Freguesia de Mirandela tem duas equipas de Sapadores, uma delas com a Junta de Freguesia de Barcel e outra de forma individual. E essas equipas de Sapadores podem fazer e prestar serviços para outros locais. E, portanto, foi essa a solução encontrada relativamente ao trabalho que é preciso realizar através do projeto EscarpArte.

Não foi engano, foi uma solução que a Divisão da Cultura obteve como a melhor solução para a situação.

Relativamente ao mapeamento, está feito o mapeamento, a identificação e as medidas de salvaguarda, que são medidas protecionistas em relação às pinturas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*, temos algumas ações judiciais, se elas constam ainda do mapa é porque não houve ainda resolução extrajudicial. Muitas vezes para haver um acordo, tem que haver a concordância do Município e da outra parte. E, por isso, muitas vezes não é possível chegar à via amigável.

Temos alguns processos com as Águas do Norte, que existe um risco elevado de podermos não sair como ganhadores dos processos, porque há alguns processos em que a Câmara achou que havia uma Taxa Feta que poderia fazer descer a faturação e, portanto, meteu o processo em Tribunal e não pagou essa parte das faturas e as Águas do Norte colocaram processos à Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem que aguardar a decisão, a Câmara Municipal tinha algum interesse em resolver estas situações, porque, como falamos durante a manhã, os processos judiciais arrastam-se durante muito tempo, todos os riscos estão contemplados no Orçamento, ou seja, os processos que têm risco elevado, há uma verba que está contemplada no Orçamento para acautelar essa situação e poderão ver todos os processos nas Grandes Opções do Plano, na página 41 do documento das GOP.

Relativamente à quadra natalícia, claro, partilho da mesma preocupação e daquilo que é o papel de cada um de nós no Natal.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu ouvi as suas explicações em relação aos pontos. Houve aqui uma informação que me foi dada pela Senhora Presidente agora mesmo, que foi houve um procedimento de recrutamento de 80 trabalhadores para a Câmara Municipal, foi isso que eu acabei de ouvir, não é? Senhora Presidente, eu gostaria de saber que tipo de contratualização é que está feita com estes 80 trabalhadores?

A Senhora Presidente acabou de dizer agora que houve um procedimento de recrutamento. Isto na relação da resposta para a recolha de monstros porta-a-porta, em que a Câmara Municipal aceita ou acede a facilidades que o Instituto de Emprego e Formação Profissional, na questão de trabalhadores precários, acedam a serviços permanentes que a Câmara Municipal necessita. A Senhora Presidente mencionou depois que houve a abertura de um procedimento de recrutamento e que entraram 80 trabalhadores, não são colaboradores, são trabalhadores. Disse a Senhora Presidente. Eu gostava de saber destes 80 quantos é que têm contrato permanente com a Câmara Municipal?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos, todos, Senhor Deputado.

4.2 - Proposta II Alteração Orçamental Modificativa.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a II Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2024, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta alteração vai provocar uma redução na receita e na taxa de execução, o que levará a uma taxa de execução de 68%. Tal como vimos na correspondência recebida, dentro da sua obrigação, a DGAL informou que a receita prevista nos Orçamentos de 2022 e 2023 foi inferior a 85%. Portanto, há este alerta da DGAL, que já nos avisa de que isso vai continuar a acontecer.

Na segunda proposta de Orçamento deste ano, que veremos mais à frente, para evitar que isso se repita no ano de 2025, o Executivo terá que executar cerca de 25,7 milhões de euros. E estou para ver, quer seja aqui dentro, como Deputado Municipal, quer como município, porque vamos ter eleições e pode acontecer que não esteja cá, será o terceiro ano consecutivo em que não conseguirá atingir os 85%, pelo que percebi. Após a primeira alteração modificativa, a execução da receita ficará pelos 82% na melhor das hipóteses.

E por que este assunto é importante para mim? Há uma necessidade de que as receitas sejam superiores às despesas, e há sempre a parte social, que é importante. Não estou a desconsiderar isso, mas dentro do que são as contas, é preciso ter alguma consideração também no aspeto financeiro.

O anuário dos municípios portugueses, na sua última versão, no quadro de municípios com maior diferença negativa entre a execução das receitas líquidas e o grau de execução da despesa, diz-nos o seguinte: Mirandela é o trigésimo pior Município, em 308.º lugar, e que, em 2021, a diferença entre a receita e a despesa foi negativa em 18,9%; em 2022, foi negativa em 22,6%; e em 2023, foi negativa em 13,9%. Estes são indícios, Senhora Presidente, de que, mais dia menos dia, alguma coisa vai correr mal.

A Senhora Presidente gaba-se sempre do Saneamento Financeiro, dizendo que o Município estava sob esse regime e vamos ver o que nos espera. As guerras, as pandemias, essas desculpas dessas desgraças, vão acabar, mais dia menos dia.

Agora, deixe-me só falar sobre a questão dos cerca de 7,180 milhões de euros. Desses 7,180 milhões de euros, 4,780 milhões de euros são referentes a projetos cofinanciados, e a pergunta que se impõe é: quais é que foram esses projetos? Temos que saber para perceber o que vem aí no próximo ano. A segunda pergunta que se impõe é: há necessidade de esperar por novos avisos para que esses projetos que ficaram por fazer, sejam executados?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com base no que foi dito pelo meu anterior interlocutor, a retificação pode ser feita de duas maneiras, como é óbvio. Agora, os números não enganam e o que é facto é que, para o Orçamento de 2024, que estava na ordem dos quase 40 milhões de euros, eu disse quase 40, não me enganei, são 3 milhões. Portanto, numa Câmara Municipal que não executa 17 milhões de euros, 3 milhões poderá ser menos da metade.

O que fica claro, Senhora Presidente e como disse o meu antecessor, o que fica aqui claro é que estamos a falar de uma redução de 2,265 milhões de euros, o que representa a redução da receita corrente da Câmara. Eu gostaria de saber concretamente o que falhou na cobrança e na redução das receitas desses 2,265 milhões de euros? Além disso, gostaria de perguntar também sobre os cerca de 5 milhões de euros que se referem a receitas de Fundos Comunitários. Eu não sei se são, o que sei é que são receitas de capital, e estas podem não ter muita relação com os Fundos Comunitários.

A minha questão é: até quando é que o Município como Mirandela, que tem uma previsão de Orçamento de 42 milhões de euros ou 37 milhões de euros, até quando para fazer uma taxa de execução, eu já não digo dos 85%, que é aquilo que nos pede a DGAL, mas que tivesse 90% ou 86 % tem de estar à espera de Fundos Comunitários?

Fica claro que aquilo que vai sendo dito pela CDU há muitos anos, é que muitas das vezes quando o Executivo abre o plano de investimento plurianual, que eu sei, que o Executivo sabe que esses investimentos nunca se irão realizar, porque depende dos Avisos Comunitários, e sabemos que muitas vezes não há dinheiro disponível de Bruxelas para a execução dos projetos que a Senhora Presidente e o seu Executivo se candidatam.

Ou seja, estamos a vender à população de Mirandela não só o Executivo, mas todos os Executivos, sensações e predisposições de que vamos fazer, mas com o quê? Com que dinheiro? Qual é o Orçamento das receitas? Senhora Presidente, neste Orçamento, perdeu 2,265 milhões de euros de receitas. Onde vai esse valor? Eu vou explicar porquê.

Senhora Presidente, vai na sequência da intervenção que fiz no início. O Senhor Deputado disse que eu furei o Regimento, porque falei do âmbito nacional, como se a política nacional não tivesse a ver com aquilo que discutimos aqui nas Assembleias Municipais. Sabemos que as transferências do Orçamento do Estado para as Câmaras Municipais têm vindo a diminuir ao longo do tempo, seja pelos Governos do Partido Socialista, seja pelos Governos do PSD. Vamos ver a execução das transferências feitas este ano, além da transferência de competências, que não vem com o envelope financeiro que as Câmaras Municipais tanto anseiam.

Nos Orçamentos do Estado, sabemos que a redução do IRC em 1% vai resultar em cerca de 1,600 milhões de euros vão entrar para os cofres das empresas que já beneficiam de lucros abismais. O que não sabemos é o que vai acontecer com os municípios, nomeadamente a Câmara Municipal de Mirandela, que se propõe fazer um Orçamento e garantir a execução da obra X e Y, mas depende sempre dos Avisos Comunitários, que muitas vezes não correspondem às necessidades do Município para investimentos essenciais, como na água ou na mobilidade.

A minha questão final, Senhora Presidente, é porque razão as receitas ficaram reduzidas em cerca de 2.265 milhões de euros e porque razão as receitas de capital sofreram uma redução de 4,915 milhões de euros.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *João Reis*, dizer que há 12 anos que nós não cumprimos os 85%, os anos em que estivemos mais próximos de cumprir foi o ano 2020 e o ano 2023. Em 2012, foi o ano em que tivemos 58,29%, em 2017, 57,45%, e em 2014, 61,65%. Portanto, desde 2017, tivemos sempre superior a 74%: 75%, 74%, 83%, 75%, 74%, 81%. Ou seja, não é o terceiro ano consecutivo, há 12 anos que a Câmara Municipal não tem uma execução acima dos 85%. Estivemos muito próximos em 2020 e em 2023, e estamos a fazer tudo, os Serviços estão a fazer tudo para que este ano possamos superar os 85%, quer na receita, quer na despesa.

A referência que fez em 2022 foi explicada aqui na Assembleia Municipal. Recordar-se-á que havia uma justificação que teve a ver com as amortizações e com as depreciações, porque tivemos que fazer uma atualização a nível patrimonial, que causou muito impacto nas nossas contas, o que nunca tinha sido feito, tivemos, evidentemente, um impacto direto, mas algum ano teria que ser feito, e decidimos fazê-lo em 2022.

Relativamente aos projetos, a grande maioria está em curso, não estão concluídos. Houve atrasos em alguns projetos, muitos deles, é verdade, e concordando com o que diz o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, temos algumas empreitadas que já eram para ter terminado, como por exemplo a empreitada do Vale da Cerdeira, que está quase a terminar, mas ainda não está concluída. Temos a envolvente à Estação, que já era para estar terminada, temos o parque de autocaravanas, as habitações sociais do Bairro Vale da Azenha. Estamos a falar de meio milhão de euros, basicamente, que já estão consignados, mas que não estão ainda concluídas, fruto, muitas vezes, dos atrasos das empreitadas e outras vezes da falta de material.

Por isso mesmo, não conseguimos a execução do lado da despesa, por exemplo. É fácil justificar o porquê dos atrasos nas obras públicas. Uma coisa é que temos a confirmação dos técnicos da Câmara Municipal que trabalham na Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, que, efetivamente, vamos fazendo fiscalizações, sempre fazemos o mapa das obras e vamos pagando. Isto é uma situação importante para que os empreiteiros continuem com a obra. É uma das situações mais importantes. Estamos a contar que este ano consigamos ultrapassar os 85%, todos estamos a fazer para que isso aconteça.



Relativamente ao Deputado *Jorge Humberto*, julgo que com a mesma resposta, respondi aos dois Senhores Deputados. Dizer que as Câmaras Municipais mais pequenas e que têm menos receitas próprias acabam por depender muitas vezes de Fundos Comunitários. Mas, atendendo a que muitos deles são mapeados por nós e a maior parte dos Fundos já estão mapeados a nível da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, todos os outros são candidaturas próprias da Câmara Municipal. Neste momento, a Câmara tem duas Equipas: uma na Gestão Integrada de Investimentos e outra ligada também à agricultura. Essas duas Equipas são pedras basilares, quer no encerramento deste Quadro Comunitário, quer na elaboração de novas candidaturas ao próximo Quadro Comunitário.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou propor, e já houve aqui uma intervenção interessante do Deputado *Paulo Pinto*, mas vou propor uma coisa que não vai dar para este Orçamento, mas se calhar dá para o outro. E posso estar enganado, corrijam-me, os mais entendidos se estiver enganado. Em vez de estar a fazer no Orçamento, dizer que vou fazer não sei quantos milhões de euros em obras que depois estão limitadas a problemas vários que não é o Executivo que controla, há possibilidade de abrir a rubrica.

Uma rubrica com 500 euros, normalmente é o que está feito, chega ao fim, executou, então carrega-se a rubrica. Eu preferia estar aqui, a dizer: vamos aqui retificar um Orçamento para cima, não para baixo, e esse é que é o problema. Qual é a finalidade de termos um Orçamento tão “chorudo” se depois não o executamos em pleno? O interesse aqui é nós dizermos às pessoas, porque o documento é não só para apreciação, mas também para sabermos se as coisas são feitas de forma razoável ou não. A forma como está a ser feito não me parece razoável, mas o que interessa é daqui para a frente.

Eu também ainda não posso contradizer o que a Senhora Presidente está a dizer sobre os 30 dias de prazo de pagamento, mas isso, pelo que vi nos mapas, foi de 2021, porque eles têm aumentado. Quer dizer, pequenino, pouquinho, já vai nos 50 dias, mas a coisa tem aumentado, mas tem-se controlado. Tudo bem, ótimo, maravilha.

Eu queria que a Senhora Presidente desarmasse completamente, se eu chegasse aqui, tivesse as obras todas, as rubricas todas abertas com 500 euros, e agora dizia-me assim: Senhores Deputados, eu tenho que acrescentar ao nosso Orçamento mais 10 milhões de euros, porque executei as obras todas. E eu acho que isso é que era o correto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só fazer uma referência na proposta e fala precisamente na norma de contabilidade pública, que diz: “as alterações orçamentais consubstanciam um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do Orçamento à execução orçamental”. Todos os serviços ligados à questão do Orçamento e da sua execução fazem o melhor para criar um Orçamento o mais real possível. A verdade é que o Orçamento é um documento provisional, e muitas vezes precisamos de dotação orçamental para que em janeiro possamos pagar faturas que vêm de dezembro, janeiro/fevereiro. Isso faz com que esta gestão orçamental seja sempre adaptada.

Temos também a questão dos fundos disponíveis, que só podemos pagar a média dos últimos três anos que gastamos naquele período de tempo. E às vezes os fundos disponíveis, que é uma regra de controle orçamental que o Governo implementou há alguns anos para limitar o sobre-endividamento das Câmaras Municipais. Quando está sempre a dizer que “a Câmara tem problemas”, é verdade, não podemos estar sempre a dizer que “a Câmara Municipal tem problemas de tesouraria”, a Câmara Municipal neste momento está a pagar com prazo médio de pagamentos de 35 dias.

Para além disso, estamos a transferir para as Juntas de Freguesia e para as Associações, neste momento, não temos dívida, o que julgo que todos nós, mirandenses em particular, os eleitos, ficarão satisfeitos com esta situação de equilíbrio orçamental. Mas, sim, nós vamos adaptando a nossa execução ao cumprimento desta norma dos 85%. Infelizmente, em 2023, estivemos muito perto, mas chegamos aos 83,10% na receita e praticamente 82% na despesa. Julgo que este ano estamos todos a fazer para cumprir.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 abstenções e 31 votos a favor, aprovar a II Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2024.

4.3 - Orçamento Municipal para o ano económico de 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 - Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2025;

2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes da intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, recorro à Assembleia, e nomeadamente aos inscritos para este ponto, que na discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, cada Deputado Municipal pode intervir 10 minutos de uma primeira vez e 5 minutos da segunda, ou optar por uma única intervenção de 15 minutos, devendo manifestar à Mesa a opção que toma. Se exceder os 10 minutos, entra no cômputo dos seus 15 minutos. São as regras regimentais.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Eis o documento Orçamento 2025 que o Executivo PS apresenta a esta Assembleia e aos mirandenses. É um documento que se concebe para projetar e guiar o futuro, permitindo-nos descortinar o rumo do Município que pretende conferir ao desenvolvimento do concelho de Mirandela. Neste guião encontram-se plasmadas as opções económicas e financeiras do Município, assim como os dossiês Grandes Opções do Plano, Plano Prioritário de Investimentos, Plano de Atividades e o Orçamento da Receita e da Despesa.

É verdade que vivemos tempos de grande excecionalidade. Ultrapassado o período pandémico, estamos agora assolados pelos grandes conflitos bélicos na Europa e no Médio Oriente, e por grandes catástrofes ambientais, que influenciam negativamente a taxa da inflação, o incremento das taxas de juro, e também o aumento dos preços da energia. Os cenários económicos globais enquadram e condicionam habitualmente a governação nacional, mas também a governação local. O que, para os municípios, na construção das políticas municipais, se por um lado sentem alguns constrangimentos nas ações a curto prazo, por outro lado, as políticas municipais devem tanto quanto possível mitigar os efeitos dessas crises anunciadas junto da sua população, das famílias, das instituições e das empresas.

Tendo em conta o enquadramento económico, urge ainda mais perseguir com a concretização dos desígnios autárquicos, com o compromisso com o serviço público, o compromisso com a prosperidade e coesão social, o compromisso com a inovação e transição digital, o compromisso com as sustentabilidades, e o compromisso com as liberdades individuais e coletivas de Mirandela.

Nesse contexto, as demonstrações previsionais para o ano de 2025 demonstram a tendência em manter a eficiência financeira, melhorando o endividamento do Município, mas não atacam como deviam os problemas da falta de água, saneamento e energia, o que prejudicará a qualidade dos serviços públicos, afetando no tempo as pessoas e microempresas, especialmente as instaladas na área rural, que já sofrem recorrentemente pela falta de serviços de qualidade.

Vejamos como condiciona a estratégia do Município, que vai promover planos de ação temáticos de conhecimento, inovação e competitividade para atração e fixação da população qualificada para o contexto rural, para atividades agrícolas e agroalimentares, mas que depois terão carências pontuais de água. Concordamos que o território jamais pode ficar abandonado.

Este documento previsional para o próximo ano não ratifica como prioridade um problema que já existe ao nível da estratégia de atração de investimentos e modernização da nova Zona Industrial, quando o espaço vai ser inaugurado com lotes de reduzida dimensão, o que afasta grandes empresas e não satisfaz os cerca de 30 pedidos pendentes, ficando frustradas as expectativas dos Empresários e Mirandela.

Embora nas dimensões da habitação social, realço estarem a decorrer ao abrigo do Programa de Recuperação e Resiliência a reabilitação do edifício do Bairro do Padre *Américo*, como por exemplo as habitações do Bairro do Vale da Cerdeira, ficando por iniciar a reabilitação urbana, que tanta influência positiva tem nas áreas do comércio tradicional, mas também devo afirmar que é muito difícil de concretizar projetos neste setor.

Não posso deixar de referir, por ser evidente nos vários Orçamentos, o sucesso do planeamento e gestão a nível da Comunidade Intermunicipal de Terras Trás-os-Montes, que permitiu, nos últimos anos, resultados palpáveis nos domínios da proteção civil, do empreendedorismo, dos produtos endógenos, no turismo de natureza, na qualificação das nossas escolas, mas sobretudo no domínio da definição da estratégia comum para este território, que tanto devia incluir a área da saúde. Fica até à data por concretizar o Plano de Mobilidade a favor das zonas rurais, que já foi anunciado há 4 anos, mas cuja a sua concretização continua por efetivar.

Quanto à Mirandela Solidária, continuamos a fazer com eficiência, basta observar nas verbas deste Orçamento para funções sociais. A Câmara Municipal e as IPSS associadas continuam a garantir o amparo através de programas específicos aos jovens e aos idosos carenciados, às pessoas com deficiência, e que os 40 mil euros gastos em emprego social são muito bem investidos. Não podemos nunca descuidar das novas chagas sociais da precariedade habitacional e laboral.

O Orçamento Municipal previsto para o ano de 2025, com o seu valor global de 42,5 milhões de euros, valor que paga toda a atividade autárquica, coloca dúvidas à Oposição sobre se não seria possível realizar mais e melhor, sobretudo ao nível das políticas económicas, que são as mais efetivas para o favorecimento do desenvolvimento. Devo nota que a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente prevê-se que seja de 1,8 milhões de euros. Este diferencial positivo será um sinal da boa gestão apregoada e, consequentemente, da poupança, ou será mais um sinal da falta de projetos e ideias, deixando para trás, por exemplo, em algumas áreas da identidade coletiva e material mirandense, que necessita de ser cuidada? Ou, ao longo do ano, este Orçamento, através desta folga, será orientado para o pagamento de apoio de última hora para Associações de Caça e Pesca ou outras, sabendo lá para que fins?

A receita corrente orçamental de 30,2 milhões de euros, cujos valores mais relevantes assentam na rubrica das transferências correntes de 17,5 milhões de euros, que incluem o fundo de financiamento e descentralização, relativamente à educação, saúde e ação social, representa 57% da receita corrente e 41% da receita total. O que quer dizer que o Município recebe mais face à riqueza que dinamiza a cobrança de receitas fiscais, que é de 4,5 milhões de euros, que representa mais de 600 mil euros face ao ano anterior. O Executivo, sem aumentar os impostos, apoiados pelo PSD, continua cada vez mais a arrecadar impostos aos mirandenses, potenciando as suas formas de financiamento, mas não refletindo isso no dia a dia da vida dos mirandenses.

Quanto à previsão orçamental, a rubrica das receitas de capital concretiza cerca de 10,8 milhões, uma receita superior em relação ao ano transato em cerca de 1,6 milhões de euros, assente, em grande medida, nas transferências de capital e verbas que derivam da participação comunitária em projetos cofinanciados. No que concerne ao plano prioritário de investimentos, que contempla todos os projetos e ações que contribuem para a formação bruta de capital que o Município se propõe desenvolver no ano de 2025, estão alocados 25,5 milhões de euros distribuídos pelas seguintes funções e que devo referir: as funções sociais de 14,1 milhões de euros, que sobrepõem às funções económicas, com 5,2 milhões de euros, o que é um rácio típico dos municípios de reduzida dimensão, onde a dimensão social participada pelo Estado é superior às atividades económicas municipais, quando devia ser o inverso.

O plano prioritário de investimentos consagra o seguinte: 400 mil euros são transferidos ao abrigo do protocolo das Juntas de Freguesia, no âmbito da Estratégia de Habitação Local. A Câmara programa a aquisição de habitações no Vale da Azenha, com 667 mil euros e vai reabilitar com 570 mil euros as habitações do Padre *Américo* com 900 mil euros, a Igreja Matriz dos Passos vai ter obras de requalificação, e estão orçamentados cerca de 400 mil euros para os Bombeiros Voluntários efetuarem o transporte de água às freguesias, indicador bastante regulador da carência de água nas nossas freguesias. O canil de São Salvador tem 40 mil

euros à disposição para garantir a sua atividade. A programação cultural do Grande Auditório prevê gastar cerca de 40 mil euros, e o Edifício da Estação de Mirandela nem aparece referenciado no documento, pois ainda agora começou, e a sua atividade já está assombrada.

A unidade móvel de saúde gastará 6,750 mil euros, os transportes escolares custam 500 mil euros, as Festas de Natal estão orçamentadas em 250 mil euros, sem o patrocínio escondido das Festas da Torre Dona Chama, para as Festas da Cidade e Nossa Senhora de Amparo, estão 430 mil euros disponíveis para a sua realização, e para a MIRCOM, 96 mil euros. A Feira da Alheira tem 130 mil euros, e a Praça do Mercado de Mirandela é objeto de uma candidatura a Fundos Comunitários. Será desta que o Parque das Feiras da Torre Dona Chama vai ser requalificado.

O Executivo do PS não vai edificar o Museu da Alheira. As estradas da Torre Dona Chama Mirandela via Mascarenhas, e a Estrada Mirandela-Trindade não estão inscritas no Orçamento, mas vão voltar a ser promessas eleitorais. Para operações da dívida do Município, os empréstimos bancários vão pagar de juros 800 mil euros, e as transferências para a CIM-TTM são de 1,5 milhões de euros. E, por fim, a ser verdade o regulamento de apoio a iniciativas empresariais do interesse municipal tem apenas 500 euros na rubrica.

A Bancada do PSD vai votar contra este Orçamento, pois não vislumbramos projetos e programas capazes de alavancar sustentadamente o progresso do concelho de Mirandela, quando as suas ações seguem quase só por abertura ou não de Avisos Comunitários, existindo muito mais vida municipal pela frente. Por exemplo, nos seus eixos estratégicos: o eixo 1 - Crescimento económico, emprego e competitividade. O PDM de Mirandela, instrumento de gestão e de ordenamento do território, importantíssimo, regista um atraso significativo, quando os concelhos limítrofes de Mirandela já o aprovaram há mais de um ano. E, para não falar ao nível das infraestruturas e serviços de proximidade, que têm se degradado, como os serviços essenciais na saúde e a falta de transportes no meio rural.

No eixo 2 - Comunidade e equilíbrio social intergeracional, a não construção de qualquer metro quadrado de novas infraestruturas desportivas na ação social, o facto de o Município não ter intenções de construir, nem ser parceiro na construção de uma nova Creche em Mirandela, nem um novo Centro de Dia ou Lar, tal é a lista de espera de pedidos na Santa Casa da Misericórdia.

No eixo 3 - Coesão territorial, revitalização urbana e rural, devo dizer que este eixo está muito bem explicado, pois o Município prevê fazer importantes obras, como a reabilitação e regeneração urbana, como, por exemplo, as obras de melhoria da Barragem Açude da Ponta Europa, mas está a faltar reabilitar para iniciar o projeto uma outra casa devoluta na zona antiga da cidade, tanto mais pela sua importância na revitalização das principais artérias da cidade e na melhoria da atividade do comércio local.

No eixo 4, além dos trabalhos realizados e iniciativas previstas a realizar, por exemplo a falta de água a água imprópria para consumo na Freguesia de Mascarenhas não deixa que este eixo seja perfeito na sua ação.

No eixo 4 - Desenvolvimento cultural integrado, da herança ao contemporâneo, onde os Caretos da Torre Dona Chama parecem ser os Caretos pobres do distrito, face aos Caretos ricos de Podence - Património da Unesco, e os Caretos de Bragança, uma situação que deve ser repensada, com mais apoios por parte do Setor do Turismo e Cultura da Câmara, apesar do esforço e das verbas para atividades culturais e eventos que devemos realçar neste Orçamento.

Por fim, as propostas apresentadas pelo PSD, ao abrigo do Estatuto da Oposição, não obtiveram o melhor acolhimento por parte do Executivo, visto que nenhuma das medidas apresentadas não foram inscritas neste Orçamento de 2025.

Senhora Presidente, em prol do concelho, existe muito trabalho feito. O PSD na Câmara faria diferente, com certeza, que faria algumas coisas diferentes, acertando e errando todos os dias, tamanha é a dificuldade do exercício autárquico do poder. Mas julgo que temos arte e engenho de orçamentar novos projetos e ações. O PSD é um partido de elevada matriz autárquica. Aliás, a história política do concelho confunde-se com a história do PSD local. O PSD local saberá estar à altura dos desafios políticos que se avizinham, na certeza, porém, de que a construção de um futuro melhor para as nossas gentes será sempre o seu principal desígnio do PSD de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou evitar repetir algumas das coisas que foram aqui ditas, mas é natural que haja uma ou outra referência semelhante. Permitam-me que faça aqui convosco uma reflexão sobre o Orçamento deste Executivo para Mirandela, para o ano de 2025.

Começo logo pela introdução que está a abrir o documento, nessa introdução está um adjetivo que diz “Orçamento visionário”, entre outros. “visionário” tem dois significados. O primeiro é a pessoa que tem ideias inovadoras. Ora, não vemos essas ideias inovadoras, mas mais do que aquilo que tem sido os Orçamentos anteriores, é mais do mesmo, ficando muitas obras e metas prometidas por cumprir. Mas “visionário” pode ter outro significado, que, segundo o Dicionário, é uma palavra sinónimo de idealista, devaneador, fantasiado, utopista, etc. Poderia continuar. Sendo assim, não sabemos qual é a verdadeira intenção do uso desta palavra para este Orçamento de 2025.

A realidade que nos é apresentada é que este é um documento que fica muito aquém daquilo que os mirandelenses necessitam. É um Orçamento que vai correr o risco de ter uma taxa de execução inferior ao que é recomendado. E por falar em taxa de execução, chamava a atenção de todos, que nos documentos que nos foram entregues, está um ofício de referência da DGAL que lembra à Câmara e a esta Assembleia que Mirandela, que em 2022 e 2023, esteve dois anos seguidos com taxas de execução inferiores a 85%, na taxa de execução prevista no Orçamento respetivo. Chamam-lhe “alerta precoce de desvios”. Afinal, Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*, que no ano de 2023 usava as taxas de execução da Câmara como bandeira de bom trabalho orçamental deste Executivo, afinal não está assim tão bem visto pela DGAL, que alerta para esta situação prevista na Lei nº 73/2013 de 3 de setembro. Situação, repito, de alerta precoce de desvios.

Por outro lado, este Orçamento é apresentado por um Executivo que não o vai cumprir, pelo menos na totalidade. Pois há dois factos à vista, entre outros que possam vir a surgir, que o impedem de concretizar na totalidade: são as Eleições Autárquicas, provavelmente em outubro ou setembro e a Senhora Presidente da Câmara ter anunciado que não está disponível para se recandidatar ao seu terceiro mandato, o que faz provocar alterações na política deste Executivo, que passou a estar a prazo e não vai ter continuidade. Até porque o resultado das eleições pode igualmente levar a outras alterações a nível do Executivo e não só

Sendo assim, deixem-me também questionar: onde está o grande entusiasmo da Senhora Presidente da Câmara, grande anúncio do Outro Caminho, criação de enormes expectativas entre as populações e os eleitores? Pois a fasquia que parecia colocar era alta e as pessoas até aderiram. Passados sete anos e com possibilidade, de além do oitavo ano do Executivo, de fazer mais quatro anos, o terceiro mandato e desperdiça essa oportunidade de servir os mirandenses como ela tanto desejava? Que balde de água fria deitou sobre muitos dos que se entusiasmaram consigo. E onde está esse acreditar que ia mudar o concelho? Esvaneceu-se, parece que apareceram espinhos de mais nesse caminho que defendia afincadamente. Como se sente, sabendo que já não vai cumprir a totalidade deste Orçamento, pois as eleições são antes do final do ano de 2025?

Todos estes factos devem ser tidos em conta aqui e agora, na votação do Orçamento deste Executivo para 2025.

Para além de tudo isto, lembramos que noutras reuniões temos vindo a alertar este Executivo e esta Assembleia para obras essenciais para os mirandenses e que têm vindo a ser adiadas sistematicamente Orçamento após Orçamento. Ainda na última reunião dedicada às freguesias, apontamos algumas e hoje já foram aqui referidas outras que nos dão razão. É o caso da estrada de Alvites a Múrias, que por alcátrão são 20 km e pelo caminho rural são 3 km que separam as duas localidades, segundo o Presidente da Junta da Freguesia de Alvites, *Eurico Carrapatoso*. A ligação de Abreiro ao Navalho, com uma redução de 5 km, conforme referiu a Presidente da Junta de Abreiro, *Ilda Fernandes*, e o Senhor Presidente da União de Freguesias que inclui o Navalho, o Senhor *Arménio*. A referência à estrada de Vale da Sancha, n.º 1095, ao Cachão, que só agora tem luz verde, mas que era um compromisso de 2017, só vem mostrar a lentidão com que as decisões são tomadas. Por isso, por este andar, dizíamos na anterior Reunião desta Assembleia e reiteramos hoje: quando é que o concelho de Mirandela terá uma rede viária inter-freguesias de ligação à sede de concelho verdadeiramente satisfatória?

Chegamos à conclusão que não podemos votar favoravelmente este Orçamento, até porque há muitas obras que temos vindo a apontar e que não têm qualquer avanço. O exemplo é o arranjo dos espaços da Reginorde, das estruturas desportivas, como os balneários de apoio ao campo de treinos e de jogos, que ficaram no papel neste Orçamento de 2025. O Pavilhão Multiusos ainda está por projetar, quanto mais a sua construção. A rede de transportes inter-freguesias com a cidade de Mirandela continua por não existir, etc. A demora e o arrastamento de decisões que era urgente tomar, como por exemplo, a não existência de uma política cultural coesa aqui já referenciada de manhã pela municipal *Patrícia Freitas* e com este Orçamento também não vejo que esta política se cumpra, ou a tirolesa que nos tem acompanhado ao longo deste mandato arrasta-se, para medir o som é preciso tanto tempo? Agora no inverno, é que se vai fazer essa medição do som, com os jovens que normalmente a frequentam privados de poderem estar presentes?

Ou, por exemplo, também foi falado aqui a derrocada do Lidl que já tem sete anos de demora nos seus mandatos e que não é resolvida. Esta demora é prejudicial ao concelho.

Muitos mais exemplos tínhamos para dar, mas supomos que o que apresentamos é mais que suficiente, para justificar a nossa posição sobre este Orçamento de 2025, que será de abstenção.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A apresentação deste Orçamento para o ano de 2025 deixa-nos naquela fase de pensamento de perceção, aliás, como todos estes Orçamentos que foram apresentados ao longo destes últimos 30 e 40 anos em Mirandela. São exercícios de perceção e, como a palavra indica, a perceção deixa-nos com a sensação de que, vendo este Orçamento e tanto o eixo 1, o eixo 2, o eixo 3, o eixo 4, nós ficamos com a sensação de que cerca de 40 milhões de euros, que este Orçamento está em previsão de execução. Sabemos que essa execução nunca passará dos seus 27 milhões de euros, a correr muito bem, porque ficará sempre abaixo dos 65%. Mas não deixa de ficar claro a matriz e as opções que são aqui delineadas, e eu passo a falar só de algumas, não quero ser exaustivo, nem é essa a questão que está aqui em causa.

Senhora Presidente, não temos uma palavra para aquilo que era e que tinha que ser uma imposição, a matriz deste Orçamento, do anterior, do próximo ou o outro que venha a seguir, que tem a ver com duas questões fundamentais: a questão da coesão territorial. E temos aqui três pontos que nós devíamos discutir e não discutimos, e não vêm aqui plasmados, nem nos investimentos, porque obviamente não fazem parte da capacitação deste Executivo para o executar ou para o fazer, mas tinha como matriz principal, pelo menos, a sua menção: o Plano de Mobilidade do Tua não vem aqui plasmado neste Orçamento, ou neste exercício de perceções. Não vem plasmada qualquer tipo de intenção, quer deste Município, quer do Município de Vila Flor, quer da CIM-TTM, em que se faça a implementação do Plano de Mobilidade. Não há rigorosamente nada sobre este Plano de Mobilidade do Tua, nem o que é que se pretende fazer, nem o que é que a Câmara Municipal de Mirandela pretende fazer, dado que é adquirido, foi negociado, foi prometido e não está em execução.

E aquilo que ficava aqui claro neste exercício de perceções era que houvesse, pelo menos, uma palavra de intenções que esta Câmara Municipal podia ter. A questão da reestruturação daquilo que foi ou da restituição daquilo que foram os graves crimes que se cometeram nesta região com a retirada das Direções Regionais do nosso território, não há uma palavra sobre isso, nada, nem intenção, nem a perceção que se possa daí advir.

Naquilo que é hoje uma necessidade imperativa para os municípios de Mirandela e não só do nosso concelho, tem a ver com a questão do Plano de Mobilidade. Não é do Tua, mas sim daquilo que são as deslocações das populações para o centro de Mirandela. Não há qualquer tipo de menção sobre isto, ou seja, ficamos num exercício de perceções, mais perceções, com valores deitados que depois sabemos, e vemos concluir, que não passam de outra mera perceção, porque um Orçamento de 40 milhões ou cerca de 40 milhões, a sua taxa de execução será de, quase metade, porque estamos realmente sujeitos, como eu disse há pouco, àquilo que são os Avisos Comunitários.

Senhora Presidente, havia aqui tanta coisa que a Senhora podia fazer. Eu dei-lhe o exemplo, a CDU apresentou para este Orçamento que fizesse a retenção do IRS que entregou a meia dúzia de famílias de Mirandela, exatamente como vai na sequência daquilo que fez o Governo quando entrega a baixa do IRC de 1% para as multinacionais e para as empresas que faturam milhões, para meterem mais uns tostões ao bolso.

A Senhora Presidente não fez a retenção do IRS, entregou às populações de Mirandela, e estamos a falar numa verba anual de cerca de 600 mil euros, que dava perfeitamente, para fazermos a execução, ou para dar o início à execução, pelo menos, do projeto do

Pavilhão Multiusos e da reestruturação do Mercado Municipal de Mirandela. Falamos na agricultura nesta perceção, mais uma perceção, falamos da agricultura, na retenção de jovens. Eu gostava de saber, Senhora Presidente, como é que o apoio à fixação de jovens em áreas rurais, como é que a Senhora Presidente vai estabelecer incentivos fiscais e acesso à habitação acessível para jovens agricultores?

Isto é das tais coisas, são frases que ficam bem para nós lermos e, provavelmente, meditarmos sobre elas, mas não passam de meras perceções.

Senhora Presidente, eu vou-lhe dizer o que é que se devia fazer para Mirandela. Eu vou-lhe dizer, na Assembleia da República, ouvindo daqui também o PSD, agora já como vai haver eleições e a Senhora Presidente não vai concorrer, porque provavelmente, se concorresse, o discurso do PSD seria outro. Já não seria este aqui com uma dinâmica de vitória e vamos ganhar e vamos fazer ali, até o Deputado *Paulo Pinto* candidato à Câmara já vai fazer a estrada que liga a Torre Dona Chama, não sei aonde.

Portanto, mais um exercício de perceções, vai dar para tudo, mas o que conta e ouvindo a Senhora Presidente, no que disse, nos graves constrangimentos financeiros que a Câmara tem e eu acredito que os tenha, porque prescindiu de receita de 600 mil euros e na outra receita foram 2 milhões e tal, não me explicou há bocado porque é que tivemos uma redução de cerca de 2,6 milhões de euros na diminuição da receita. Mas olhe, faz mais o PCP pelo concelho de Mirandela e pelo distrito de Bragança, do que faz o PS e o PSD juntos na Assembleia da República.

Eu vou-lhe dizer porquê, Senhora Presidente, na discussão do Orçamento, no Orçamento agora na especialidade, a perceção está aqui, é que nós não falamos perceção, está aqui e eu depois posso fazer chegar-lhe, Senhor Deputado, Proposta de Lei n.º 26, requalificação, isto foi aprovado há coisa de 15, 20 dias, na discussão da especialidade, não são perceções, está aqui, Senhor Deputado, requalificação de estradas perigosas e de obras de arte degradadas da região de Trás-os-Montes.

Eu vou-lhe dizer, Senhora Presidente, o PSD votou contra esta proposta foi aprovada, mas com o voto contra do PSD, portanto, se o Deputado *Paulo Pinto*, for Presidente da Câmara, a estrada que liga à Torre Dona Chama não vai ter dotação orçamental de Orçamento do Estado, portanto, ficará com outra perceção para daqui a mais 8 ou 20 anos, mas isso é outra questão.

Nós estamos a falar de realidades. Fez mais o PCP pelo distrito de Bragança do que fez o PSD com Deputados na Assembleia da República, foi aprovada com os votos contra do PSD, o PS votou a favor, o Bloco de Esquerda votou a favor, o CDS votou contra, e a proposta foi aprovada.

Haja vontade política deste Município e força da Senhora Presidente da Câmara para exigir, porque está aprovado, está dotado no Orçamento do Estado, está aqui esta e não é uma perceção, eu vou dar outra Deputado *Paulo Pinto*.

Proposta de Lei n.º 26/XVI/1, reposição da ligação ferroviária a Bragança. Aprovada. Proposta do PCP na Assembleia da República, na Comissão.

Eu vou-lhe dizer como é que votaram os partidos, porque isto de falarmos aqui das tais perceções que os Senhores Deputados vêm para aqui encher o peito que fazemos e que vamos fazer, depois o que é essencial não é feito, e depois ninguém sabe e a população lá fora acredita e vai acreditando nestas benesses que os Senhores Deputados, os vossos partidos dizem é que fazem e dizem aqui uma coisa e depois na Assembleia da República, fazem exatamente o contrário.

E a Proposta da reposição da ligação ferroviária a Bragança foi aprovada com os votos contra, abstenção do CDS e a abstenção do PSD, foi aprovada, os outros partidos votaram a favor. Portanto, temos uma Proposta cabimentada no Orçamento do Estado, está aqui, não são perceções, são objetivos.

Outra Proposta de Lei, a reabilitação do Complexo Agroindustrial do Cachão, que eu falei aqui há pouco e que chumbou e podia ser feito se houvesse essa intenção.

Eu sei que a verdade incomoda, mas faço questão de falar, porque sei que dói ouvirmos a verdade. Não podemos branquear o comportamento político e as opções políticas quer do Partido Socialista, quer do PSD, em sede de Orçamento do Estado. O PSD e o PS local, apresentam um discurso completamente à parte, muitas vezes de forma fantasiosa.

Como já mencionei, levamos muito a sério o desafio que a Senhora Presidente fez aqui nesta Assembleia, de que cada partido poderia juntar forças e fazer alguma pressão e apresentar propostas na sede que distribui o dinheiro para as autarquias. As propostas que foram apresentadas em sede de especialidade, algumas das quais foram aprovadas, não tiveram o apoio do Partido Socialista e do PSD, principalmente a nossa proposta para a reabilitação do Complexo Agroindustrial do Cachão. Depois desses partidos saberem que havia estudos e programas. Portanto, se esta proposta fosse aprovada, havia dotação orçamental para fazer essas coisas todas.

Fica claro que nós não vamos acompanhar estas pressões de Orçamento que a Câmara Municipal apresenta para o ano 2025, deixando ainda no ar duas questões importantes:

O que foram as propostas para o Orçamento de Mirandela, que foram pedidas ao Partido Comunista Português e que nós debatemos por elas. Continuamos a achar que são de todo o sentido na questão da justiça e tem a ver exatamente com a retenção da verba de cerca de 600 mil euros na retenção do IRS, que ficariam nos cofres da Câmara para poder fazer investimentos públicos que servissem todos os mirandelenses.

Na questão do Mercado Municipal, a sua reestruturação e reconversão, para tornar aquele espaço um local onde se pudesse exercer uma atividade muito nobre, que é a agricultura. Quando nós falamos em apoios à agricultura, aqui estava uma boa oportunidade para que essa intenção se concretizasse, como também o Pavilhão Multiusos, que ficará para calendas.

E, obviamente, quando falamos também do turismo, a questão do Plano de Mobilidade do Tua e do Parque para autocaravanas, que ainda não existe em Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Falamos de Orçamento e é claro que o Orçamento que tem sido analisado pelas várias Bancadas diz respeito ao ano de 2025. Não podemos analisar este Orçamento com uma perspetiva apenas para o futuro imediato de 2025. Precisamos considerar também

Orçamentos anteriores, que nos levaram à gestão que é corrente deste Município, ou seja, foi com orçamentos semelhantes, com a mesma matriz, que nos tirou do Saneamento Financeiro, que nos levou a uma redução da dívida de 18 milhões em 2017, para os 8 milhões atuais, houve uma redução de 10 milhões.

Foi com esta matriz de Orçamento e gestão que conseguimos estabilizar a situação financeira do Município, com uma redução dos prazos médios de pagamento aos credores, que reduziram em cerca de 176 dias em 2017, para 35 dias atualmente. Também foi com esta matriz que conseguimos reduzir a taxa de IRS, que antes era muito alta.

Além disso, foi com esta matriz que os subsídios mensais foram dados às freguesias, proporcionando-lhes mais recursos para executar suas obras. O Orçamento é o documento mais importante da Câmara. Alguns priorizam outras obras, mas devemos lembrar que um Orçamento é o caminho que nós queremos percorrer. É um instrumento de gestão política, económica e de planeamento financeiro, nas quais estão vertidas propostas de projetos desenvolvidos e a desenvolver anualmente afim de suprir necessidades dos munícipes e promover a melhoria contínua da qualidade de vida, salvaguardando no futuro sem colocar em causa o equilíbrio dos recursos financeiros disponíveis.

Claro que a Oposição diz que podemos fazer mais obras, mas depois vai perguntar onde estão esses recursos financeiros disponíveis para as obras que aqui foram já enumeradas pela Oposição. O Orçamento de 2025 é de cerca de 42,5 milhões de euros, e reflete um aumento na despesa corrente devido ao impacto da atual conjuntura económica, com ênfase na instabilidade e nas pressões inflacionárias causadas pelos cenários internacionais.

A nível de despesa de capital é de 14,1 milhões de euros e o Município tem projetado diversas empreitadas, com especial foco em habitação, serviços coletivos, saneamento, abastecimento de água, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, com recurso a candidaturas financiadas através da Estratégia Local de Habitação e o Fundo Ambiental e no âmbito do Quadro Comunitário de Financiamento 2030, que entrará em vigor na próxima década.

Bom, aqui eu queria salientar o seguinte: nós já tivemos aqui Orçamentos que nos levaram ao saneamento financeiro, mas foi com este tipo de Orçamento que nós saímos do saneamento financeiro e penso que estamos a trilhar o bom caminho. Se não vejamos, a nível de Orçamento da receita, a componente corrente corresponde a 71.8% e de capital a 28%.

Relativamente ao orçamento da despesa, a despesa corrente corresponde a 66.86%, o que quer dizer que o saldo entre a receita e a despesa é positivo. É com este saldo que conseguimos equilibrar as contas do Município, fazer a sua manutenção, o seu futuro investimento e mais infraestruturas. É óbvio. Ora bem, pode-se dizer que o Orçamento aqui é equilibrado, realista, com ambição, com medida moderada e cumpre a lei, a regra do equilíbrio corrente.

E o que é que isso significa para o ano económico de 2025? As receitas correntes superam as despesas correntes em cerca de 6.32%. Isto quer dizer que há sempre aqui um saldo positivo que vai fazer face à despesa. As amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo são de 2.73%, pelo que ainda financiam despesas de investimento. Portanto, é um bom indicador, um bom fator, e está salvaguardado numa boa gestão deste orçamento.

Em resumo, neste Orçamento temos as receitas correntes, receitas de capital, e há que ter em conta o seguinte: as transferências correntes e de capital representam 66.4% do total, indicando forte dependência de fundos nacionais e comunitários, como o Norte 2030. É óbvio que, se fosse uma taxa mais baixa, a oposição estaria aqui a manipular os números, a dizer que houve poucos investimentos, pouca concorrência aos Fundos Comunitários, etc. Portanto, a matemática é exata, mas os números podem ser manipulados e interpretados conforme acharmos necessário.

Relativamente às despesas, a despesa corrente é de 66.8% e a despesa capital é de 33.14%. Elas aproximam-se. Isto é positivo porque estamos a indicar que o investimento vai ser no futuro, o retorno será no futuro, será investimento em infraestruturas. A despesa corrente é um bem que é direcionado para alguém, enquanto a despesa capital é para o bem-estar de todos. Portanto, quando essas duas se aproximam, é muito positivo. É um orçamento positivo.

Relativamente ao plano de atividades municipais, temos aqui uma percentagem de 30.2%, de salientar as áreas prioritárias aqui elencadas: educação, cultura, modernização das escolas, bibliotecas, organização de eventos culturais, ação social, apoio a famílias vulneráveis, promoção da inclusão social, desporto e lazer, melhoria de instalações desportivas e programas recreativos. Portanto, uns dizem que não há investimento em desporto, mas aqui vejo o plano de atividades municipal uma percentagem de 30.2%. Isto garante a continuidade das atividades correntes que sustentam o funcionamento municipal e o bem-estar da população.

Outro ponto é o plano plurianual de investimento, que tem uma percentagem de 29.9%. Saliento aqui rubricas muito positivas relativas à habitação, serviços coletivos, infraestruturas e mobilidade. Quando se diz que não se olhou para a Mobilidade do Tua, não existe só essa mobilidade. Há vários tipos de mobilidade, e, portanto, está inscrito no Orçamento a parte de infraestruturas e mobilidade, ambiente e sustentabilidade, educação e cultura, e depois temos turismo, saúde, segurança e digitalização. Ou seja, com estas rubricas, o objetivo será alavancar o investimento em infraestruturas, sustentabilidade e modernização, com o financiamento de programas como o Norte 2030.

Salientar a importância do Norte 2030, que é a principal fonte de cofinanciamento para projetos do PPI, financiamento de projetos estruturais, incluindo habitação, mobilidade e requalificação urbana. Já foi dito e está inscrito no Orçamento. Talvez a Oposição não tenha visto esta parte, alinhamento com as metas europeias com a promoção da coesão social e territorial, estimular o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental. A contribuição significativa para os 25.3% de transferências de capital do orçamento é um reflexo dessa estratégia.

Em resumo, o PPI e o PAM representam 60.1% do Orçamento. O cofinanciamento do Norte 2030 é essencial para garantir a execução dos projetos e a aposta em infraestruturas, modernização, habitação e revitalização do Mercado Municipal. Portanto, isto será aquilo que eu vi de mais importante no Orçamento.

Ainda falando das despesas de capital, que são importantes para o Município: a taxa de despesa capital cresceu, comparada com outros orçamentos, até de Executivos anteriores. O Município projeta aqui empreitadas que pretende executar no horizonte deste orçamento, com especial enfoque em habitação, serviços coletivos como saneamento e abastecimento de água, que são questões prementes. A proteção do meio ambiente, a conservação da natureza com recursos a candidaturas financiadas através da estratégia local de habitação, do fundo ambiental e no âmbito do quadro comunitário de financiamento, que estará em vigor na próxima década, Portugal 2030.

O plano de ação do concelho de Mirandela, define a estratégia para os próximos anos. A estratégia deste Executivo passa por atingir as seguintes metas: conhecimento, inovação e competitividade, turismo, cultura e património, desenvolvimento rural, ambiente e ecossistemas, energia, conectividades e acessibilidades, desenvolvimento urbano, educação e formação, saúde e respostas sociais, capacitação e modernização da administração local e intermunicipal.

É importante salientar que isto contribui para a atração do investimento, a criação de emprego, a instalação de empresas, e está espelhado neste orçamento. Essa preocupação será concretizada, mas esta é a preocupação e a estratégia deste Executivo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas no âmbito da discussão do Orçamento para 2025. Todos sabemos que tanto o Orçamento, quanto as Grandes Opções do Plano são documentos estruturantes para o Município. Quero desde já adiantar que este Orçamento é feito entre dois Quadros Comunitários de Apoio, onde já temos mapeado a grande maioria dos projetos no âmbito da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes. Trata-se de um instrumento de gestão política económica e de planeamento financeiro, onde devemos desenvolver vários projetos no ano de 2025, suprimindo as necessidades dos municípios e promovendo a coesão social, territorial e económica do nosso concelho.

Este Orçamento e as Grandes Opções do Plano surgiram da Agenda Estratégica 2030, elaborada em período de pandemia com a participação de vários grupos de trabalho, que estiveram a planear aquilo que o futuro poderá vir a ser enquanto desafio estratégicos para o concelho, que resultou num grande documento: o Plano de Ação do Concelho de Mirandela. Este plano sublinha que Mirandela é um território de excelência ambiental, um polo atrativo para as novas gerações, abordando áreas cruciais, como o conhecimento, inovação, competitividade, turismo, cultura, desenvolvimento rural, ambiente, energia, conectividade, acessibilidade, desenvolvimento urbano, educação, formação, saúde e respostas sociais.

A Estratégia Municipal está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, promovendo inclusão social, sustentabilidade e inovação. O compromisso com a modernização das fileiras agroindustriais, a promoção de tecnologias sustentáveis e a valorização das áreas rurais, são pilares fundamentais para o desenvolvimento equilibrado do nosso concelho. Reafirmamos também o compromisso com a melhoria contínua dos serviços municipais, a capacitação dos nossos trabalhadores e a implementação de políticas públicas que garantam um futuro próspero e sustentável para todos os municípios.

As Grandes Opções de Plano têm cinco eixos estratégicos:

Eixo 1 - Crescimento económico, emprego, competitividade e internacionalização;

Eixo 2 – Comunidade, equilíbrio social intergeracional;

Eixo 3 - Coesão territorial e revitalização urbana e rural;

Eixo 4 - Valorização e preservação de recursos naturais e ambiente;

Eixo 5 - Desenvolvimento cultural integrado, da herança ao contemporâneo.

Estes eixos estratégicos cobrem os projetos que serão desenvolvidos pelas Unidades Orgânicas do Município e que envolvem, entre outras coisas, obras municipais importantes. Destaco aqui algumas dessas operações, como a reabilitação dos açudes, a limpeza de recursos de água, a implementação da Zona Industrial de Mirandela, a transição para LED e a eficiência energética, a reabilitação da Escola Básica de Torre Dona Chama, a reabilitação do edifício Piaget para o funcionamento da Escola Profissional de Artes de Mirandela, um assunto extremamente importante para todos e discutimos muitas vezes aqui a questão da Esproarte, hoje em dia a Esproarte é uma escola com dinamismo, ainda ontem estiveram aqui num grande concerto, mas a Esproarte está sob o ponto de vista financeiro completamente sustentável, apesar de não recebermos verbas há muito tempo, estamos a pagar e a pagar como deve ser a todos os colaboradores, professores, a toda a comunidade que trabalha lá. Conseguimos ter uma boa gestão financeira da escola.

A requalificação das estradas municipais, umas em curso, outras já projetadas, a envolvente do cemitério de Mirandela, a modernização da resposta cultural e equipamentos e mobiliário para o Museu *Armindo Teixeira Lopes*, a Estação Ferroviária de Mirandela, o Museu da Oliveira e do Azeite, a modernização e reabilitação de equipamentos desportivos, nomeadamente os balneários e as Bancadas do complexo desportivo da Reginorde e uma pequena intervenção na reabilitação de equipamentos desportivos municipais.

Também estamos em discussão com a fundação Inatel relativamente às obras na Inatel. Estacionamento público na aldeia do Cachão. Mercado Municipal a reabilitação integral, a requalificação dos edifícios, campos de jogos, infraestruturas de apoio ao Parque da Ribeira de Carvalhais em Mirandela, construção da praça *Álvaro Soares*, requalificação da rua de Santa Luzia, modos suaves compatibilização pedonal com viaturas e comércio local, travessa D. *Afonso III*, para acesso ao Museu da Oliveira e do Azeite, envolvente ao Edifício de Celeiro e Largo da Feira em Torre Dona Chama. A envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, num espaço visitável de acordo com a dignidade necessária, nomeadamente infraestruturas sanitárias, manutenção e reabilitação da Ponte *Machado Vaz* e a manutenção e reabilitação da barragem, que já está em processo de consignação. Já houve um concurso público, tanto para a parte superior, quanto para as comportas e para os multiusos ao ar livre.

Na rede viária, destacamos a requalificação e a funcionalização da Reginorde e espaços exteriores do Bairro Fundo Fomento em Mirandela, com melhorias no mobiliário urbano e na acessibilidade das 66 habitações sociais, nos onze edifícios de propriedade do IHRU no Bairro *Pinto Balsemão*. Também estamos a melhorar as condições de acessibilidade e segurança no Centro de Resistência de Estudantes, criando uma ligação à Rua do Tanque e investindo em corredores pedonais. Estamos também a requalificar os espaços exteriores dos bairros que atualmente não possuem infraestruturas, como o Bairro do GAT, o Bairro Operário e o Bairro da Azenha, além da reabilitação do Edifício do Núcleo Etnográfico de Santiago.

Estas são as obras municipais mapeadas e com acordos financeiros orçamentados e visados no pacto dos nove concelhos da Comunidade Intermunicipal.

Este Orçamento não só prioriza a coesão territorial, com forte investimento nas nossas aldeias e nas acessibilidades, mas também nas estradas municipais, como não houve até aqui. Quando este Executivo é criticado pelo estado das estradas municipais, pela

situação dos arruamentos na cidade e na vila de Torre Dona Chama, a verdade é que houve muito pouco investimento em estradas municipais ao longo dos últimos anos. Fizemos mais nos últimos sete anos do que nos outros 20 ou 25 anos de governação.

Quando o Senhor Deputado *Paulo Pinto* vem aqui criticar e dizer que este orçamento e estas políticas públicas, não são as adequadas, efetivamente, o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, esteve aqui alguns anos como Deputado Municipal e sempre foi defendendo os orçamentos que, na maior parte das vezes, não contemplavam a maioria das verbas suficientes para o mundo rural. Portanto, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, eterno candidato do PSD à Câmara Municipal de Mirandela, a verdade é que este Orçamento é um Orçamento que é difícil falar mal e é difícil votar contra, porque ao estar a votar contra este Orçamento, estamos a votar contra os investimentos nas freguesias, contra compromissos já assumidos em relação às estradas municipais, contra as obras públicas que mencionei e contra projetos fundamentais previstos neste Orçamento, como investimentos em água, saneamento, iluminação pública em LED e na modernização da Zona Industrial.

Votar contra este Orçamento é de facto, não ter a convicção de que este Orçamento é muito difícil de justificar de forma séria, correta e politicamente aceitável. Para além das questões sociais aqui contempladas, tem efetivamente políticas económicas e aborda aquilo que diz respeito à capacidade da Câmara Municipal concorrer a Avisos Comunitários. Temos um grande desafio pela frente. Neste momento, a educação está sob a tutela da Câmara, temos a Ação Social sob a tutela da Câmara e estamos a conseguir dar conta do recado, ao mesmo tempo que revitalizamos novas áreas urbanas e rurais. Toda a intervenção que se fez no Bairro Vale da Cerdeira é efetivamente um grande investimento. Era uma necessidade absoluta, pode não ser visível aos olhos de todos, porque nem toda a gente visita aquele bairro, mas foi uma necessidade, pois todas as infraestruturas estavam muito degradadas e constituíam até um problema, sob o ponto de vista da segurança urbana.

Tudo o que se tem feito a nível de Proteção Civil, o Centro de Meios Aéreos, a capacitação que estamos a dar... Passámos de uma Equipa de Intervenção Permanente nos Bombeiros, para cinco equipas, duas da Torre Dona Chama e três em Mirandela. Tudo o que tem acontecido ao longo dos sete anos, em particular este ano, e aquilo que será fundamental ser votado favoravelmente no próximo.

Não posso deixar de falar numa questão que foi abordada, que tem a ver com o facto de termos falado várias vezes sobre o pedido feito a todas as Bancadas relativamente à agricultura. A CCDDR-N está para sair, a Vice-Presidência da Agricultura. Eu temo que o Partido Social Democrata não esteja a fazer o esforço necessário para que a Vice-Presidência fique em Mirandela. Por isso, acho que deve haver da parte de todos, mas em particular do partido que neste momento está no Governo, o CDS, já agora que está em coligação, um esforço para que a Vice-Presidência fique em Mirandela.

A Comunidade Intermunicipal, a meu pedido, já o fez, e, portanto, julgo que era fundamental e estamos num momento vital para que isso aconteça. Infelizmente, o Partido Socialista não conseguiu. Não conseguimos, sob o ponto de vista da decisão, que ficasse na lei orgânica, mas a promessa e o compromisso que foi feito com algumas organizações de agricultores, nomeadamente com a CAP, era que de facto haveria uma Vice-Presidência dedicada à agricultura, mas não ficou no mesmo texto, ou seja, padeceu do mesmo erro que no passado aconteceu. Por isso, desafio todos a trabalharmos em conjunto, concretamente o Partido Social Democrata, para fazer esse esforço de que a Vice-Presidência fique em Mirandela. O desafio é grande e acho que era vital, neste tempo, estarmos unidos nesta solução.

Relativamente à questão da água, a água é uma preocupação de todos, porque efetivamente fizemos muito trabalho de reabilitação de condutas, novas condutas, mas a verdade é que a maior parte das condutas que temos em todo o concelho tem muitos anos, em particular em Mirandela, cidade. Estamos sempre a ter roturas, que têm várias causas, não só a pressão da água, mas também o facto de termos condutas muito antigas, mais sujeitas a degradação. Por isso, uma das questões que vamos apostar fortemente já no início de 2025, e já estamos a trabalhar durante este ano, é a aquisição de depósitos de água, para termos, em vez de um, dois depósitos, se for possível, e a limpeza e a manutenção desses depósitos, encontrando soluções de tratamento da própria água.

Quando são captações próprias, as captações próprias, quando são de cursos de água, são muito mais difíceis porque, quando chove, a água tende a ser barrenta. Portanto, tem que haver filtros de retenção dessas partículas e, de todo modo, assegurar a qualidade e a quantidade de água necessária ao nosso concelho.

Esse é o grande designo para 2024 e 2025. Todo o montante acumulado e o montante previsto para 2025, para os Bombeiros Voluntários e transporte de água, é naturalmente um plano no sentido de cautelar que as populações tenham água, caso alguma coisa aconteça.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, efetivamente, o alerta precoce de desvios acontece em muitas outras situações. Esta é uma situação que sabíamos que poderíamos vir a ser acautelados e, quando falamos, por exemplo, na sustentabilidade da água, pode acontecer que, neste momento, somos praticamente sustentáveis em questões de água, mas pode haver uma repercussão negativa nos Fundos Comunitários se não tivermos uma sustentabilidade acima dos 85%. Felizmente, estamos muito próximos dessa sustentabilidade. Mas, Senhor Deputado, em relação às eleições Autárquicas e à questão da preocupação relativamente a não acreditar que o concelho vai mudar... O concelho mudou. Mudámos o concelho de Mirandela. Basta ver aqui nas Assembleias Municipais, o antes e o depois. O antes eram Reuniões de Assembleia Municipal em que havia sinceramente uma Oposição muito construtiva, em que, da parte do PS, quando estava na Oposição, havia uma Oposição correta, leal, que apresentava soluções.

Neste momento, temos uma Oposição que critica por criticar, muitas vezes com ofensas pessoais, e com a judicialização da política, que é extremamente perigoso, não só aqui no concelho, mas também em todo o país.

E por isso, eu não vou desperdiçar oportunidades. As oportunidades vão continuar a existir no nosso concelho. Eu dei um contributo significativo para que o Município de Mirandela tivesse, acima de tudo, uma imagem credível, capaz e competente. E, evidentemente, é com grande entusiasmo, sinceramente, que vou apoiar uma candidatura robusta, inteligente e com várias competências para prosseguir um trabalho que foi feito aqui. Entendo a preocupação do Senhor Deputado, mas evidentemente estamos a fazer tudo o que é necessário para manter um trabalho com estas exigências que impomos a nós próprios.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer que, em relação ao Plano de Mobilidade do Tua, na última reunião da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, houve também esta preocupação, dado que agora vai haver uma marcação de reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e o Ministro do Ambiente. Na última reunião que tivemos com o Ministro das Infraestruturas, ficou prometido que iam retirar a licença de exploração à Movera. Vamos ver se isso acontece, porque não

estando a contrapartida da Declaração de Impacto Ambiental concretizada, a exploração ficará comprometida. Até agora, não tivemos novidades, mas espero que, efetivamente, aconteça. Não está nas Grandes Opções do Plano, nem no Orçamento para 2025 da Câmara Municipal, porque, há um orçamento da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, onde está incluído a Câmara Municipal, mas pertence aos documentos da Agência.

Relativamente ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, agradeço a perspetiva de continuidade do próprio Orçamento. Deu aqui instruções e opiniões importantes relativamente ao equilíbrio dos recursos e explicou tão bem os números, que escuso de repetir nesta minha intervenção, dizendo apenas que estamos preparados para que, em 2025, o Município execute os 42.545.018,00 euros. Estarei certamente a acompanhar todos na monitorização desta execução.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 10 votos contra, 10 abstenções e 31 votos a favor, aprovar o Orçamento Municipal para o ano Económico de 2025.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Efetivamente neste Orçamento está espelhado que é mais do mesmo e mais para os mesmos, estou-me a referir concretamente às freguesias.

A Freguesia de Frechas tem algumas obras mapeadas e inclusivamente algumas com projetos feitos e não aparecem novamente no Orçamento, estou-me a referir, por exemplo, ao pontão da Aretorta, a entrada do caminho para a Rua da Ribeira, onde é que o Senhor Vereador *Vitor Correia* esteve comigo dia 04 de outubro de 2022, que seria para fazer em 2023, já vamos para o Orçamento de 2025 e não consta do Orçamento.

O estacionamento no Cachão, também é uma promessa que vinha no Orçamento de 2024, efetivamente não se concretizou, volta a aparecer no Orçamento de 2025, não sei se é só para encher calendário.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

O meu voto foi abstenção pelo seguinte motivo, já várias vezes comuniquei ao Município, inclusive aqui, a Freguesia de Abambres tem obras estruturantes urgentes, que não as vi refletidas neste Orçamento e como tal o meu voto foi a abstenção.

Há várias obras, no entanto cito apenas duas, a recuperação da Escola de Abambres e da Igreja de São Tomé, eu sei que me vão dizer que a Igreja de São Tomé está em andamento, a questão é, relembro que o processo já tinha antecedentes antes de eu ser eleito e da Senhora Presidente ser eleita, ou seja, o processo já se tinha iniciado há sete anos, a verdade é que continua por fazer.

Eu sei que vão fazer o Protocolo, depois do Protocolo é necessário fazer o projeto, depois do projeto é necessário pedir à Direção Geral do Património Cultural, ou seja, daqui a quatro anos, talvez, estamos aqui a falar do lançamento da obra. Não pode ser, é um monumento de interesse nacional, o património está-se a degradar e o custo é cada vez maior e sob pena de já não conseguirmos recuperar algum do património que se está a degradar.

É necessário andarmos mais rápido, porque há sete anos eu lembro-me que já tinha antecedentes e até algum financiamento Antes de sermos eleitos. Eu sei que está a andar, mas muito devagar, não podemos continuar neste ritmo, porque vamos chegar daqui a quatro anos e ainda não tenhamos a obra lançada.

Isto em relação à Freguesia também há outras obras, mas já dei conhecimento delas todas ao Executivo e não as vou enumerar aqui. Também em relação aqui à cidade, ao Município, mesmo em nome da Bancada de Independentes, já comunicamos várias vezes várias obras que são urgentes, a Senhora Presidente ainda agora falou em algumas que se encontram mapeadas nomeadamente, a recuperação do nosso Mercado Municipal, porque temos de fazer ali um projeto abrangente, que para além de corrigir os problemas estruturais, tem que tornar, na minha opinião, aquele edifício atrativo.

Um edifício, um Mercado atrativo, como existe em muitas cidades e também a reorganização da Reginorde, acho que é urgente intervir na Reginorde. Existe lá um campo que serve para todos os jovens praticarem lá desporto, no entanto, não tem bancadas, não tem balneários, eu acho que é urgente pensar num projeto para a reestruturação global da Reginorde, não é só os balneários e as Bancadas, mas um projeto global.

Por estes motivos e por outras obras que já comunicamos ao Executivo, o nosso voto não podia ser a favor, mas sim a abstenção.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma rápida, esclarecer que existem algumas intervenções incluídas em rubricas globais no próprio Orçamento e que, portanto, estando o Orçamento aprovado, são boas notícias para o próximo ano económico.



4.4 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia de Aguieiras.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/10/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a atribuição do subsídio extraordinário de 30.000€ (trinta mil euros) em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir no ano 2025, para a execução da obra proposta, à Freguesia de Aguieiras, conforme proposto.”

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Porque é que venho referir-me a este ponto? Primeiro, porque há tanto subsídio dado às freguesias, e bem, porque sou a favor da coesão territorial. Agora pergunto: porquê só algumas? Felizmente, parecem ser cada vez menos as que ficam fora. Só que eu sou contra o Orçamento, porque não poderia votar a favor. Porque sou Presidente de Freguesia de uma Junta perto de Mirandela tem quatro aldeias, é a maior junta em área territorial agrícola, e todos os Presidentes de Junta entendem o custo disso em caminhos. Ao longo de 7 anos, a Freguesia de Suções teve subsídios extraordinários para a realização de duas feiras, no total de 6,750 mil euros, mas para a recuperação de cemitérios, zero.

Não sei há quanto tempo estou a falar no Museu. 150 mil euros? Não sei de onde, não sei, mas se me derem 150 mil euros, eu calo-me para sempre. Juro aqui em público. O Museu tem lá algumas peças, estão estragadas, está degradado. Temos um edifício para ser recuperado, mas por mais que peça, por mais que solicite, nem sequer um Arquiteto a Câmara conseguiu arranjar ao longo destes anos, para fazer o projeto necessário. Além disso, tantas outras coisas, como a escola, que nem sequer está protocolada ainda. Só é limpa a erva e aquilo que é feito é limpo pela Junta de Freguesia, porque nunca a Câmara Municipal fez lá uma intervenção e o edifício é da Câmara Municipal.

Portanto, digam-me como é que eu posso votar a favor de um Orçamento destes. A propósito, eu vou votar favoravelmente, porque é para as freguesias, mas há uma coisa que eu digo, e que é preciso saber aqui: eu acho que é imoral. E digo mesmo, imoral. Digam que me indigno, eu sou uma pessoa que me indigno e tenho direito à indignação. Nós estarmos a votar subsídios extraordinários quando não nos é pago, a minha Freguesia há dois anos, o material, a bolsa de materiais, que está com a Câmara. Não digo mais nada. Bom Natal a todos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente aos projetos, foi feito, por pedido também da Junta de Freguesia, o projeto na sua íntegra do Centro Paroquial, ou seja, foi a Câmara Municipal, através dos seus Serviços de Arquitetura, que fez esse trabalho. Evidentemente, que na bolsa de materiais estamos agora a aprovar para que possamos transferir o dinheiro e fazer a alteração do Protocolo. Já há pouco referi ao Senhor Presidente da Junta de Carvalhais que o pagamento só pode ser efetuado depois de fazermos a alteração ao Protocolo.

Senhora Presidente, efetivamente, não podemos dar coisas que as Juntas de Freguesia não estão a necessitar, ou seja, não podemos fazer uma estrada, porque felizmente, na sua freguesia não necessitam de vias de acesso, porque já estão feitas. Tem de haver solidariedade entre os autarcas. Não podemos ser iguais, temos que ser equitativos, ou seja, tratar de forma diferente o que é diferente e de forma igual, o que é igual. Por exemplo, São Pedro Velho tem uma necessidade extraordinária de uma via de acesso que a sua Junta de Freguesia não tem.

Efetivamente, tem que haver solidariedade entre os autarcas. Não podemos votar contra o Orçamento só porque as nossas obras não estão colocadas. Existem obras que são necessárias com prioridades diferentes em outras freguesias. Esta solidariedade que falamos em relação aos mais desfavorecidos e aos mais vulneráveis também deve servir de mote para nós autarcas, em relação àqueles que têm outras dificuldades de acessibilidade.

O que eu acho é que, no nosso discurso, tem que estar a inclusão e a equidade entre todos. Não podemos ver as coisas de forma egoísta, isto é, ver o nosso próprio umbigo e esquecer que existem outros umbigos que precisam de ser alimentados. Por isso, peço a todos esta compreensão. Não compreendo como é que se vota contra o Orçamento só porque não se tem uma obra ou algo que se deseje. Efetivamente, existem outras obras. Lembro-me que no início do outro mandato, pagámos uma dívida que a Junta de Freguesia de Suções tinha de 150.000 euros, e a Presidente da Junta de Freguesia sempre me dizia isso, por exemplo a Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, teve uma dívida e foi a Junta de Freguesia que pagou essa dívida na sua totalidade, era uma dívida que eles herdaram e nós pagamos à Junta de Freguesia de Suções porque na altura havia essa disponibilidade, ainda não tínhamos assinado o Protocolo e era uma dívida da Junta, não era uma dívida da Câmara.

Tentámos fazer uma distribuição equitativa com o Protocolo, com base no FEF e o FEF efetivamente não é justo para todos.

Temos juntas que têm só uma aldeia e temos outras que têm quatro aldeias, temos Aguieiras que tem oito aldeias. Temos de tudo no nosso conselho. Temos freguesias em que houve um grande investimento nos últimos 20 anos e outras em que não foi colocado um prego. Tem de haver da parte de todos a capacidade de dar aquilo que podemos. Isso é algo que tanto pregamos uns com os outros, principalmente os católicos, mas depois, no dia a dia, fazemos exatamente o contrário, ou seja, dizemos sempre o que não temos em favor dos outros.

Peço desculpa por esta intervenção, mas evidentemente fico grata por todos perceberem que temos que dividir de forma equitativa. Em Mirandela, temos arruamentos muito degradados que precisamos de intervencioná-los, bairros que não tinham sequer saneamento, bairros inteiros. E, portanto, é preciso saber gerir e saber quando dizer não, ou quando dizer sim, de forma igualitária e mais equitativa do que igualitária, porque somos todos diferentes. Cada aldeia tem as suas particularidades. Existem freguesias que não têm feiras, nem o dinheiro para as feiras e é uma reclamação dos colegas que não têm esses eventos.

Temos a Feira do Morango, a Feira de outras coisas, e já temos feiras com raízes, mas há freguesias que não têm feiras e que não pedem essas verbas. E estes sim, também reclamam porque não têm essas verbas anuais que são sempre dadas às feiras. Por isso,

peço a vossa compreensão. Perdoem-me este conselho, mas tinha que o dar, porque acho que todos nós devemos cultivar a solidariedade entre todos.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A dívida de Suções era para o pagamento de uma estrada e, portanto, foi para isso que foi utilizado o subsídio. Eu não estava, Senhor Presidente, também não estava, mas isso resultou da votação de todos os representantes da Câmara, inclusive do seu Partido, que votou favoravelmente a atribuição de um subsídio para a construção da estrada de Pai Torto.

Senhora Presidente, se perder as eleições, vamos imaginar que perde as eleições, há não sei quantos subsídios atribuídos que, se não forem executados, serão dívidas?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Professora *Luísa*, eu não posso perder, porque não me vou recandidatar.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas eu retifiquei: o seu Partido. Não sei se era a Senhora Presidente que estava lá na altura, ou se era Vereadora, mas os Vereadores do PS votaram favoravelmente. Foi votado por unanimidade a atribuição de um subsídio para execução da estrada para Pai Torto.

Portanto, não era uma dívida, a dívida era da Câmara. Podiam dizer que o subsídio foi dado a Suções e realmente, confiando no Executivo, mandaram executar a estrada. O Empreiteiro esteve muito tempo à espera do dinheiro, porque a Câmara não cumpriu aquilo que votou por unanimidade, que era o subsídio para a construção da estrada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente concordou com aquilo que eu disse, ou seja, houve uma transferência efetiva de 150 mil euros para a Junta de Freguesia de Suções para pagar uma obra. E todas as obras e apoio extraordinários são feitos de acordo com as necessidades. Foi isso que eu disse. Ainda bem que concorda comigo.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio extraordinário de 30.000€ (trinta mil euros) em duas prestações, sendo 50% a atribuir no ano de 2024 e 50% a atribuir no ano 2025, para a execução da obra proposta, à Freguesia de Aguiéiras.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de passarmos ao ponto seguinte, que será a proposta de contrato de programa a celebrar com a Associação MIRCOM em 2025 (ponto 4.6), a Mesa deseja fazer duas comunicações à Assembleia.

A primeira delas é uma comunicação recebida por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, *Nelson Teixeira*, que transmite o seguinte:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela,

Venho por este meio justificar a minha ausência parcial durante a Sessão da Assembleia Municipal ocorrida hoje, dia 20/12/2022. Esta ausência, que se estendeu por um período aproximado de 2 horas, deveu-se à necessidade de comparecer a um evento de caráter institucional na qualidade de Diretor do Motoclube de Mirandela, o passeio de Pai Natal aos infantários e lares, cuja relevância se mostrou imprescindível para o bom desenvolvimento das atividades do clube.

Entendo que a minha ausência parcial inviabiliza o direito à senha de presença correspondente. Assim, declaro formalmente a renúncia à mesma em sinal de respeito para com esta Assembleia e os seus Membros. Peço ainda que esta justificação seja partilhada com todos os Membros da Assembleia, bem como com a vereação, para fins de conhecimento.

Certo da compreensão de Vossa Excelência e de todos os presentes, renovo o meu compromisso com as funções que desempenho nesta Assembleia.

Com os cumprimentos, Nelson Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais.”

Feita esta comunicação, a outra comunicação que gostaria de endereçar à Assembleia é a seguinte: vamos entrar no ponto 4.6, a proposta de contrato de programa a celebrar com a Associação MIRCOM em 2025.

A Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia pediu escusa de participação e votação neste ponto, à luz do Código de Procedimento Administrativo, através da figura de impedimento e suspensão.

Assim, o ponto será aberto e discutido sem a sua presença formal na discussão e votação deste ponto.

4.6 - Proposta do Contrato-Programa a celebrar com a Associação MIRCOM em 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31/10/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Contrato-Programa a celebrar com a Associação MirCom, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

----- A Senhora Secretária da Mesa *LUÍSA BELCHIOR*, invocou o art.º 9.º e a alínea a) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentaram-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa a celebrar com a Associação MirCom.

4.8 - Proposta de Adenda ao Protocolo celebrado com as Freguesias/Uniãos de Freguesias do Concelho de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14/11/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela a Adenda ao Protocolo celebrado com as Freguesias/Uniãos de Freguesias do concelho de Mirandela, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Protocolo celebrado com as Freguesias/Uniãos de Freguesias do concelho de Mirandela.

4.9 - Proposta de Adenda ao Contrato de Constituição do Direito de Superfície a favor do Município de Mirandela – Br. Padre Américo - Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora da Encarnação de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 28/11/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a Adenda ao contrato de constituição do direito de superfície a celebrar entre a Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora da Encarnação de Mirandela e o Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao contrato de constituição do direito de superfície a celebrar entre a Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora da Encarnação de Mirandela e o Município de Mirandela.

4.12 - Proposta de Retificação do Subsídio Pecuniário - Freguesia de Mascarenhas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 28/11/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter a aprovação da Assembleia Municipal a retificação do subsídio pecuniário anual inscrito Orçamento Municipal para o ano de 2024 no mapa dos Apoios às Juntas de Freguesia, onde deverá passar a constar o valor de 36.844,00 € (trinta e seis mil oitocentos e quarenta e quatro euros), a atribuir à Freguesia de Mascarenhas, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a retificação do subsídio pecuniário anual inscrito Orçamento Municipal para o ano de 2024 no mapa dos Apoios às Juntas de Freguesia, onde deverá passar a constar o valor de 36.844,00 € (trinta e seis mil oitocentos e quarenta e quatro euros), a atribuir à Freguesia de Mascarenhas.

4.13 - Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à discussão e aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela a Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, vou fazer esta intervenção numa questão que é muito importante e relevante para nós, que tem a ver exatamente com o que foi acordado pela transferência de competências para a Junta de Freguesia de Mirandela. E, obviamente, ao olharmos para este ponto, fica notória a falta de dotação financeira, como também a falta de quadros, e o fato de haver essa falta de quadro chegou ao nosso conhecimento.

Senhora Presidente, a Junta de Freguesia de Mirandela tem sete funcionários. Aliás, nós temos o hábito de chamar colaboradores, mas não são colaboradores, são trabalhadores. A Junta de Freguesia tem sete trabalhadores com um contrato de emprego inserção, chamado “emprego inserção”. Esse contrato de emprego está relacionado com trabalhadores que, ou pelo facto de estarem desempregados, ou por outras situações como o recebimento do subsídio de inserção, estão inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

E, voltamos à velha premissa de trabalhos permanentes com contratos permanentes. Estes sete trabalhadores, devido ao contrato de emprego inserção, são contratos precários, e o que é pior, nem o ordenado mínimo nacional é auferido. O valor que estes trabalhadores recebem mensalmente é de 509,26 euros, o que é abaixo do salário mínimo.

Eu gostaria de saber qual é a sensibilidade da Câmara Municipal, e lamento que o presidente da Junta de Freguesia de Mirandela não esteja aqui, sobre esta situação. Como é que alguém consegue sobreviver com uma remuneração mensal de 509,26 euros?

Tenho aqui o que diz o Instituto de Emprego e Formação Profissional sobre estes contratos de emprego inserção, e é isso que esses trabalhadores recebem por mês. E são trabalhadores que pegam à mesma hora que os outros, que trabalham o mesmo número de horas e que depois no final do mês, têm este ordenado, porque é um acordo que têm com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Isto é justo? Eu pergunto, isso é justo?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão da adenda do contrato interadministrativo de delegação de competências, isso tem a ver, efetivamente, com a atribuição de um apoio financeiro extraordinário. Este apoio é referente aos 25.000 euros que já são transferidos para os trabalhadores e produtos de limpeza, incluindo a limpeza dos sanitários públicos.

Ou seja, essa questão refere-se à Junta de Freguesia de Mirandela, no que diz respeito aos trabalhadores que passaram para a tutela da Junta de Freguesia. Há duas situações a considerar: uma é em relação aos produtos utilizados na limpeza dos sanitários públicos e a outra é em relação às medidas de valorização salarial dos trabalhadores, que têm um impacto negativo nas contas da freguesia.

Portanto, o apoio financeiro passará de 25.000 euros para 27.500 euros e acho justa essa atualização.

Relativamente aos contratos de emprego inserção, muitas das freguesias fazem candidaturas ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, sendo que Mirandela não é uma exceção. Assim, dentro do âmbito da inserção social, todos aqueles para quem as candidaturas foram aprovadas, incluindo a Câmara Municipal, têm trabalhadores através de contratos de emprego inserção. Havendo candidaturas e justificações para elas, é certo que um contrato de emprego inserção não é um contrato de trabalho, mas sim um contrato de inserção.

----- Efetuada a votação e estando 41 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 40 votos a favor, aprovar a Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de Voto

Senhor presidente, eu tinha a informação, mas não tinha a convicção, que ao denunciar esta situação, esta injustiça, essa vergonha, o que é realmente vergonhoso é que está ao serviço de entidades públicas, que deveriam ter ao menos um pinga de dignidade. Como é possível um trabalhador, que trabalha 8 horas por dia, ganhar 509 euros por mês de ordenado? Isto é uma vergonha.

Eu tinha a indicação para votar a favor, mas depois da explicação que a Senhora Presidente deu, alterei o meu voto. Vou votar contra porque considero que isto é uma elementar injustiça. Gostaria de perguntar a todos aqui presentes: quem é que consegue viver com 509 euros por mês de ordenado?”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão, só queria esclarecer que, efetivamente, o que estamos a votar e julgar aqui é uma confusão, que surge por ausência de leitura do próprio documento. Ou seja, uma questão é a questão dos contratos de emprego inserção, que todos sabemos que são utilizados por várias entidades públicas. Neste caso, estamos a falar da Freguesia de Mirandela, mas muitas Juntas de Freguesia fazem contratos de emprego e inserção.

Outra situação completamente diferente é a atualização e a valorização salarial. Portanto, acho muito estranho que o Senhor Deputado da CDU vote contra a atualização e a valorização salarial dos próprios trabalhadores da Junta de Freguesia de Mirandela.

Ou seja, se a Câmara Municipal fez a delegação de competências e se neste momento há valorização salarial e aumento dos custos com os produtos de limpeza, acho estranho que o Senhor Deputado vote contra esta transferência de verbas da Câmara Municipal para que a Junta de Freguesia consiga cumprir as suas competências, nomeadamente na área da limpeza dos sanitários públicos.

É isto que está em questão, não tem rigorosamente nada a ver com os contratos de emprego de inserção, que são efetivamente utilizados. Portanto, acho que é preciso esclarecer e ler os documentos para depois não estarmos a votar aquilo que não estamos a votar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu até me vou recusar a responder a essa provocação, porque realmente fica para quem a tem.

Eu, quando comecei a minha intervenção, foi exatamente para falar daquilo que foi acordado entre o Partido Socialista e o PSD na questão das transferências de competências para as juntas de Freguesia. E estou perfeitamente de acordo em que haja essa transferência, apesar de percebermos que as juntas de Freguesia não têm dotação orçamental nem têm quadro pessoal.

O que eu me referi, Senhora Presidente, a seguir, foi que tive o conhecimento de que há sete funcionários, sete trabalhadores na Junta de Freguesia de Mirandela que têm um contrato de inserção. São sete. O que quer dizer isso? Quer dizer que esses sete, que são trabalhadores da Junta de Freguesia de Mirandela, têm um trabalho permanente, porque trabalham, e ganham 509 euros por mês. Foi só isso que eu disse e acho uma injustiça total, porque desempenham o mesmo trabalho que os outros todos.

Sabe o que vai acontecer e qual é a premissa que vai abrir? É que, quando aqueles trabalhadores que lá estão começarem-se a reformar, o que vai fazer o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela? Vai fazer contratos inserção a quem entrar de novo. E veja como é que nós vamos continuar com esta situação. Vamos criar um lote de trabalhadores a ganharem menos que o salário mínimo nacional. Isto é digno? Foi só isso que eu me referi, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só quero esclarecer e escusa de vir com esse tom ameaçador, porque acho que não vale a pena ir por aí. Só lamento que o Senhor Deputado não conheça os contratos de emprego inserção, não saiba quais são os promotores. Estamos aqui a falar de Autarquias Locais, Entidades de Solidariedade Social, Serviços Públicos que desenvolvem atividades relevantes para pessoas desempregadas, inscritas no Centro de Emprego, beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego. Estamos a falar com desempregados de longa duração, vítimas de violência doméstica, reclusos, ou pessoas que cumprem pena em regime aberto, com idade igual ou superior a 45 anos.

Esses contratos podem ser para desempregados de longa duração. São apoios, têm uma bolsa mensal complementar. Não é um ordenado, é uma bolsa mensal complementar no valor de 20% do IAS. Além disso, há despesas de transporte, caso o transporte não seja assegurado pela própria entidade, têm refeição ou subsídio de refeição por cada dia de atividade e têm o seguro que cobre os riscos que possam ocorrer durante o exercício da atividade.

Portanto, aquilo que posso dizer é que, efetivamente, estes contratos de emprego inserção não existem há dois dias, existem há vários anos e são usados por muitas entidades, entre as quais as Autarquias Locais.

4.14 - Proposta de Transferência de Competências para a Freguesia de Mascarenhas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o acordo de transferência de competências e de recursos, conforme respetivo auto de transferência;**
- 2 - Submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela.”**

----- Efetuada a votação e estando 40 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo de transferência de competências e de recursos, conforme respetivo auto de transferência.

4.15 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário - Freguesia de Vale de Telhas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000€ (trinta mil euros), à Freguesia de Vale de Telhas, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 40 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 30.000€ (trinta mil euros), à Freguesia de Vale de Telhas.

4.16 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário – Freguesia Vale de Asnes.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 20.000 € (vinte mil euros) a atribuir no ano de 2024 e 30.000 € (trinta mil euros) a atribuir no ano de 2025, para execução das obras propostas, à Freguesia de Vale de Asnes, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 40 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 20.000 € (vinte mil euros) a atribuir no ano de 2024 e 30.000 € (trinta mil euros) a atribuir no ano de 2025, para execução das obras propostas, à Freguesia de Vale de Asnes.

4.17 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário – Freguesia Torre Dona Chama.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 40.000 € (quarenta mil euros) a atribuir no ano de 2024 e 10.000 € (dez mil euros) a atribuir no ano de 2025, para execução das obras propostas, à Freguesia de Torre Dona Chama, conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Serei muito breve sobre este ponto e na expectativa que a sua aprovação seja unânime por todas as Bancadas. Este fundamento é da maior e elementar justiça. Quero apenas recordar um dos temas já trazidos a este hemisfério, quando me referi à recuperação dos edifícios escolares das freguesias e o destino que os mesmos devem ter, atendendo à sua natureza e dignidade.

O edifício que o Executivo da Junta de Freguesia de Torre Dona Chama quer agora revitalizar foi a minha escola primária. Nele, aprendi a ler, escrever, contar, fazer cópias, ditados e exercícios de somar e até de dividir. Aprendi história de Portugal e as tradições da minha comunidade. Nele, fiz as maiores amizades que guardo para a vida, tendo da minha querida Professora *Teresinha* as mais doces recordações. E como eu, dezenas, centenas de conterrâneos.

Quando o edifício deixou de ter condições para acolher crianças, a escola fechou e os meninos foram para a escola dos grandes, o ciclo preparatório, criando-se a ilusão de que um dia a escola voltaria a abrir, a campanha voltaria a tocar para nos fazer correr pelas escadas.

Mas esse dia não chegou, e em muitas das freguesias, infelizmente, não chegará. Mas a escola primária da Torre Dona Chama tem hoje, aqui e agora, uma oportunidade de voltar a acolher pessoas, de voltar a ser um polo dinamizador de atividades, acolhendo as associações e os clubes da minha e da nossa terra, à semelhança do que acontece aqui em Mirandela, na escola de Golfeiras.

Por isso, contamos com o vosso pleno apoio a este projeto, que encerra em si a oportunidade de voltar a dar vida à escola, uma escola que nos deu vida.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Somente concordar e partilhar tudo aquilo que foi dito pela Deputada *Patrícia Bernardo*, julgo que é de elementar justiça também este apoio pecuniário.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 40.000 € (quarenta mil euros) a atribuir no ano de 2024 e 10.000 € (dez mil euros) a atribuir no ano de 2025, para execução das obras propostas, à Freguesia de Torre Dona Chama.

4.18 -- Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário – Freguesia de Aguieiras.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 24.250,00€ (vinte e quatro mil duzentos e cinquenta euros), à Freguesia de Aguieiras, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 24.250,00€ (vinte e quatro mil duzentos e cinquenta euros), à Freguesia de Aguieiras.

4.19 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário – Freguesia de Frechas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de subsídio extraordinário de 15.500€ (quinze mil e quinhentos mil euros), à Freguesia de Frechas.

4.20 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário – União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros), para a execução das obras propostas, à União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros), para a execução das obras propostas, à União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira.

4.21 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário – Freguesia de Vale de Gouvinhas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 40% a atribuir no ano de 2024 e 60 % a atribuir em 2025 para a execução das obras propostas, à Freguesia de Vale de Gouvinhas, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros), em duas prestações, sendo 40% a atribuir no ano de 2024 e 60 % a atribuir em 2025 para a execução das obras propostas, à Freguesia de Vale de Gouvinhas.

4.22 - Proposta de 4.ª Adenda ao Auto de Transferência de Competências Entre o Município de Mirandela e a Freguesia de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela a Adenda ao Auto de Transferência de Competências entre o Município de Mirandela e a Freguesia de Mirandela, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências entre o Município de Mirandela e a Freguesia de Mirandela.

4.23 - Projeto de alteração e atualização da ARU e PERU do Centro Urbano de Mirandela – versão final.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1. Aprovar a versão final do projeto de alteração e atualização da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Mirandela e respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana;
2. Submeter o ato de aprovação a publicação através de aviso na 2.ª Série do Diário da República e divulgação na página eletrónica do Município;
3. Dar conhecimento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, do ato de aprovação;
4. Submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela.”

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1. Aprovar a versão final do projeto de alteração e atualização da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Mirandela e respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana;
2. Submeter o ato de aprovação a publicação através de aviso na 2.ª Série do Diário da República e divulgação na página eletrónica do Município;
3. Dar conhecimento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, do ato de aprovação.

4.26 -- Proposta do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana em Torre de Dona Chama – Versão Final.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 28/11/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, conforme proposto:

1. A versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana em Torre de Dona Chama;
2. Submissão do ato de aprovação a publicação através de aviso na 2.ª Série do Diário da República e divulgação na página eletrónica do Município;
3. Dar conhecimento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, do ato de aprovação.
4. Submeter a discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1. Aprovar a versão final do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana em Torre de Dona Chama;
2. Submeter o ato de aprovação a publicação através de aviso na 2.ª Série do Diário da República e divulgação na página eletrónica do Município;
3. Dar conhecimento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, do ato de aprovação.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, o prolongamento até ao dobro da duração estabelecida na lei, até 10 dias, para a marcação da 2.ª Reunião da 5.ª Sessão da Assembleia Municipal, conforme proposto.

----- Seguidamente foi encerrada a 1.ª Reunião da 5.ª Sessão da Assembleia Municipal, eram 18 horas e 30 minutos.

----- A Assembleia Municipal de Mirandela retomou os Trabalhos da 2.ª Reunião da 5.ª Sessão da Assembleia Municipal, no dia 06 de janeiro de 2025, às 09.30 horas, no Auditório do Centro Cultural de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse: Vamos dar início à 2.ª Reunião de 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, espero que o Natal de todos os Senhor Deputado tenha sido excelente, que todos tenham um ano de 2025 melhor do que o que passou, é sempre a nossa expectativa e cumpre-me cumprimentar o Executivo aqui presente e hoje com a liderança do Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*, cumprimento todo o Executivo municipal, cumprimento os Senhores Deputados das diversas Bancadas, cumprimento o público aqui presente, Comunicação Social e quem nos segue por transmissão *online*.

Desejar a todos uma excelente manhã de trabalho.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Cumprimento e renovo os bons dias a todos.

Retomamos a Ordem do Dia da 2.ª Reunião de 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

4.5 - Proposta de Apoio Financeiro para a Associação MATIZ- Associação para a promoção de Saúde Mental- Parcerias para a Inovação Social.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31/10/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela o apoio de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros) a conceder no valor anual de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) nos anos de 2025, 2026 e 2027, condicionado à aprovação e execução da candidatura, mediante a junção dos comprovativos, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros) a conceder no valor anual de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) nos anos de 2025, 2026 e 2027, condicionado à aprovação e execução da candidatura, mediante a junção dos comprovativos.

4.7 - Proposta de Contrato de Comodato com Fundação Salesianos – Salesianos de Mirandela

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31/10/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Minuta de Comodato em anexo a celebrar com a Fundação Salesianos – Salesianos de Mirandela e atribuir os necessários poderes para outorga à Sra. Presidente da Câmara Municipal, conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Hoje analisamos uma proposta que demonstra bem o equilíbrio entre duas grandes prioridades sociais do Município de Mirandela: o apoio as famílias em carência económica e o compromisso com a autonomia dos jovens acolhidos pela Fundação Salesianos.

o anterior contrato de comodato foi resolvido porque o apartamento era necessário para acolher famílias em situação de carência económica, uma decisão que merece ser reconhecida e parabenizada, dado o impacto positivo que teve em quem mais precisava.

Ao mesmo tempo, é de louvar que esta transição não tenha deixado de lado a Fundação e a sua resposta social. Com este novo contrato, que agora contempla uma moradia maior e mais adequada, asseguramos que o programa Apartamento de Autoriomizac5o (AA) continuara a oferecer aos jovens as condições essenciais para adquirirem competências de autonomia e para construir um futuro melhor.

Esta solução demonstra a capacidade do Município em articular respostas sociais de forma eficaz e solidaria. Apoiar a Fundação Salesianos e investir no futuro destes jovens e reconhecer o impacto positivo que esta instituição tem na nossa comunidade. Por isso, apelo ao vosso voto favorável, reconhecendo esta medida como um exemplo de boa gestão e compromisso com a comunidade.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Agradeço a intervenção da Senhora Deputada *Daniela Rodrigues*, é um trabalho que o Município tem vindo a desenvolver já há algum tempo com a Casa Salesiana. Também um agradecimento pelo trabalho que a Casa Salesiana tem feito, nesta resposta social e com este Protocolo vamos assegurar afetar uma vivenda que fica no bairro da Preguiça, permitindo que estes jovens que ao completarem a maioridade possam estar nesses apartamentos, em autonomia, acompanhados por uma Equipa da Casa Salesiana, onde a Equipa da Ação Social do Município também fará o seu acompanhamento, por isso é um projeto importante para o concelho de Mirandela.

Agradecer mais uma vez à Equipa de Ação Social por ter feito esta mediação.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Comodato a celebrar com a Fundação Salesianos – Salesianos de Mirandela e atribuir os necessários poderes para outorga à Sra. Presidente da Câmara Municipal.

4.10 - Proposta de Adenda ao Contrato de Constituição do Direito de Superfície a favor do Município de Mirandela relativo ao imóvel descrito na CRP sob o n.º 28/19860317 propriedade da Junta de Freguesia da Torre Dona Chama.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 28/11/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a Adenda ao contrato de constituição do direito de superfície relativo ao imóvel descrito na CRP sob o n.º 28/19860317, a celebrar entre a Junta de Freguesia da Torre Dona Chama e o Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trata-se de um Contrato de Comodato entre o Município de Mirandela e a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, a Junta de Freguesia tem um imóvel que disponibilizou para a Estratégia Local de Habitação e que foi candidatado ao IHRU. Entretanto há uma cedência, um contrato de comodato entre a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama e a Câmara Municipal de Mirandela e na Conservatória, para que haja o registo desse contrato de comodato, o que estava na versão anterior era “cedência ao Município de Mirandela” e neste caso vai estar “cedência gratuita”, a Conservatória obriga a que a palavra gratuita esteja no contrato.

O que pedimos à Assembleia Municipal é que volte a validar e a aprovar esta minuta acrescida da palavra gratuita.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao contrato de constituição do direito de superfície relativo ao imóvel descrito na CRP sob o n.º 28/19860317, a celebrar entre a Junta de Freguesia da Torre Dona Chama e o Município de Mirandela.

4.11 - Proposta da Adenda ao Contrato de Constituição do Direito de Superfície a favor do Município de Mirandela relativo ao imóvel descrito na CRP sob o n.º 2113/20120703 propriedade da Junta de Freguesia da Torre Dona Chama.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 28/11/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a Adenda ao contrato de constituição do direito de superfície relativo ao imóvel descrito na CRP sob o n.º 2113/20120703, a celebrar entre a Junta de Freguesia da Torre Dona Chama e o Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta situação é idêntica à situação anterior, é mais um imóvel, temos o gosto de ter com a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama contrato de comodato para reabilitação de dois imóveis, e vem aqui pelo mesmo motivo, a falta da palavra gratuito no contrato.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao contrato de constituição do direito de superfície relativo ao imóvel descrito na CRP sob o n.º 2113/20120703, a celebrar entre a Junta de Freguesia da Torre Dona Chama e o Município de Mirandela, conforme proposto.

4.24 - Proposta de Adenda ao Protocolo de colaboração entre a Associação Dignidade e o Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:
1. Aprovar a Adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Associação Dignidade e o Município de Mirandela;
2. Submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela.”

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta que hoje analisamos representa um passo importante para fortalecer o apoio social no nosso concelho.

Esta adenda responde à necessidade de ajustarmos o apoio às realidades económicas atuais. A alteração da condição de recursos alarga o universo de beneficiários, garantindo que mais famílias tenham acesso aos medicamentos de que necessitam para uma vida digna.

Adicionalmente, a definição de 220 cartões anuais, com um valor unitário de 135,00 €, permite-nos gerir os recursos municipais de forma sustentável, sem comprometer a eficácia do programa.

Com esta alteração, asseguramos que mais de 200 cidadãos ou famílias vulneráveis em Mirandela terão acesso a medicamentos essenciais, melhorando diretamente a sua qualidade de vida. Este é um gesto concreto de solidariedade e inclusão, num momento em que as dificuldades económicas afetam cada vez mais pessoas.

Caros colegas, esta proposta é mais do que números, é um compromisso ético e moral para com aqueles que mais precisam. Apelo, por isso, ao vosso voto positivo.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este Protocolo, efetivamente o Município de Mirandela celebrou o primeiro Protocolo com a Dignidade em 2018, entretanto houve outro momento em que o Protocolo foi novamente assinado e formalizado em 2022 e agora para mais três anos em 2025.

Trata-se de um cartão de apoio à saúde, aos munícipes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e de facto foi uma boa aposta, tem sido uma excelente aposta e uma excelente resposta aos nossos cidadãos, este cartão custa 135,00 €, permite que o utente tenha acesso a todos os prescritos e com receita médica a custo zero.

O balanço feito pela Equipa de Ação Social é muito positivo, daí estarmos aqui a propor à Assembleia Municipal este contrato plurianual entre 2025, 2026 e 2027.

Por último queria dar-vos aqui uma nota que, além da satisfação por parte dos utentes, além da satisfação manifestada pela Equipa de Ação Social, também um agradecimento e um forte reconhecimento às farmácias de todo o concelho, que têm sido incansáveis nesta parceria que têm com o Município de Mirandela. Em nome do Executivo queria deixar aqui esta nota.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Associação Dignidade e o Município de Mirandela.

4.25 - Atualização sobre o procedimento da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Visto que há falta de informação, não nos fez chegar qualquer informação, uma vez que isto é apenas um esclarecimento sobre esta matéria do PDM. Questionava o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* desde que fomos chamados para alterar, ou pedirmos à nossa freguesia aquilo que eventualmente pretendemos para alargamento da área do perímetro de construção, se já enviaram para as entidades? Se as entidades já se pronunciaram? Qual é o ponto da situação, visto que não nos foi enviada nenhuma informação.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respondendo às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* e também aproveitando a oportunidade para informarmos toda a Assembleia Municipal e os nossos munícipes, reitero o agradecimento pelas questões colocadas.

Efetivamente esta Revisão do Plano Diretor Municipal, está numa fase de conclusão e teve aqui, ao longo deste tempo todo, uma forte cooperação por parte dos Senhores Presidentes de Junta, que agradecemos, também o acompanhamento pela Assembleia Municipal, pela sua representante Engenheira *Luísa Belchior* e pela equipa externa da Câmara Municipal, por todos os Técnicos do Município, pelas várias Divisões, pelo Executivo, pela Senhora Presidente e todos juntos, os munícipes que também tiveram uma participação muito importante na primeira fase, cerca de 200 participações.

O concelho de Mirandela uniu-se em volta deste instrumento de gestão territorial, tão importante para o desenvolvimento do concelho e é isso que se pretende, de forma que a Equipa que está a trabalhar com a Câmara, pudesse submeter à CCDDR-N uma proposta que vá de encontro aquilo que foram e são as pretensões de todos nós.

Assentes naquilo que é o cumprir a legislação em vigor, mas também garantindo o desenvolvimento do nosso concelho, não pondo em causa aquilo que é a preocupação dos Senhores Presidentes de Junta, aquilo que é a preocupação da Senhora Presidente da Câmara, aquilo que é a preocupação da Mesa, não pondo em causa a redução dos perímetros urbanos, pelo contraio, o alargamento.

Posto isto, nós submetemos à CCDDR-N e às entidades externas, são 28 entidades externas, o que o Município faz é uma proposta, uma proposta que tem que estar suficientemente justificada e enquadrada na lei, para que as 28 entidades aceitem a mesma proposta.

Foi submetida a última fase no final do mês de dezembro à CCDDR-N, a CCDDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que é a entidade que tutela este processo, desencadeou já uma interação com as outras 27 entidades, para que, até ao final do mês de janeiro, é expectável que a Câmara Municipal de Mirandela possa começar a ter reuniões com cada uma das entidades, ou seja, o Município de Mirandela vai ter uma reunião com cada uma das entidades, para que a Câmara possa ter que justificar, ou não, algumas das situações que propôs e essa entidade se tiver dúvidas, ficar ou não esclarecida.

Posto isto, vai haver uma ronda de reuniões entre o Município e as 28 entidades, depois disso vai ser submetido o Plano a discussão pública, à última discussão pública e aí sim, nós, Município, nós, Juntas e União de Freguesias, os munícipes, podemos e devemos voltar a participar nesta última discussão pública e é a nossa oportunidade derradeira, para voltarmos a contestar alguma situação que não vá de encontro aquilo que é do nosso interesse.

Queria deixar aqui uma nota importante, o Plano Diretor Municipal, não é aquilo que o Município, ou o Executivo pretende, muito longe disso, o Plano Diretor Municipal é aquilo que as 28 entidades nos vierem a aprovar em relação aquilo que foi proposto. o Executivo garante aos Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, à Assembleia Municipal e também aos mirandelenses, que fizemos uma proposta que vai de encontro aquilo que dissemos no início, garantirmos o desenvolvimento do concelho de Mirandela, mas sabemos perfeitamente que interagem aqui várias variáveis, como as questões da segurança, segurança

contra incêndios, risco de incêndios, os riscos de cheias e outros fatores que as 28 entidades, como por exemplo a Agência Portuguesa do Ambiente, vai ter muito em conta.

Nós estamos muito expectantes que seja já nesta fase, com as 28 entidades, reuniões positivas e que no geral a nossa proposta seja acolhida, se a nossa proposta não for acolhida, cá estaremos nós todos, para lutar e defender aquilo que é a nossa proposta.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este ponto não poderia deixar de me pronunciar muito rapidamente, na qualidade de representante da Assembleia Municipal de Mirandela, na Comissão de Revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho de Mirandela, que em boa hora efetivamente nos juntamos, no sentido de poder rever o que estava a ser delineado.

Já recebi os elementos, não tive ainda a oportunidade de verificar a fundo todos os polígonos, mas os polígonos que já verifiquei parecem-me bastante melhor, muito sinceramente bastante melhor. Há ainda algumas situações, duas ou três que reparei, tenciono depois também utilizar a figura da discussão pública, a última, como disse e bem o Senhor Vice-Presidente, a que nos possamos efetivamente unir, tal como fizemos nesta fase anterior, no sentido de defender os interesses do nosso território e não permitir que se ponham em causa os investimentos e as desigualdades territoriais que se estavam a afigurar.

Mas para já, parece-me que foi um trabalho que foi feito de terreno entre o Executivo e os Senhores Presidentes das Juntas e União de Freguesias, que se afigurou agora muito melhor.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais, desejo a todos um bom ano. Penso que é uma boa maneira de começar o ano e dizer-lhe que não sei se, no seu elenco executivo, encontraremos alguém com a sua capacidade, a sua força política e a sua dedicação ao trabalho. É isso que lhe digo.

Para falar de cultura, ela representa um conjunto de saberes, de tradições, técnicas, hábitos, comportamentos, costumes e modos de fazer de um determinado grupo.

Considerado um Património Cultural, transmitido entre gerações, temos como exemplo as lendas folclóricas, as feiras populares, os rituais, as danças, a gastronomia e a culinária.

O que me traz aqui hoje é o facto de ter participado numa reunião da CIM-TTM, onde tiveram a amabilidade de me oferecer este boletim, no qual os nove municípios da CIM-TTM inscrevem todos os seus eventos culturais, desde as artes performativas, como a música, a dança e o teatro, às atividades e eventos no âmbito das artes plásticas, das feiras e festas, dos rituais de inverno, da natureza e do desporto, bem como seminários. Este documento, esta brochura, retrata aquilo que de melhor se realiza nos nove municípios da CIM-TTM.

Qual não foi o meu espanto ao constatar, e é apenas uma constatação, tão poucas atividades aqui inscritas. Gostaria de obter algumas explicações, pois creio que temos esse direito. Pergunto-me se terá havido alguma distração ou se municípios como Alfândega da Fé, Vinhais, Vimioso, Bragança, que são os campeões no número de atividades que aqui têm inscritas, em detrimento de Mirandela.

Só para dar um exemplo: no que diz respeito às artes performativas, está aqui registado e foi anunciado o concerto da Banda Primeiro de Maio, realizado no passado sábado. Mas não temos qualquer referência aos cantares dos Reis em Mirandela, uma atividade que é replicada por vários concelhos nesta altura do ano.

Em relação as artes plásticas, temos dois eventos aqui no Museu Armando Teixeira Lopes. Quanto às festas e feiras, em fevereiro, temos o Festival Gastronómico do Rancho, em março a Feira da Alheira e o Carnaval Entrudo Trapalhão, para qual eu chamava a atenção, uma vez que ele é anunciado num boletim desta grandeza, para os cuidados da sua realização, sob pena de se gorarem as expectativas.

Ao nível de rituais de inverno, não temos qualquer evento inscrito. Ao nível da natureza e do desporto, não temos atividades inscritas, sendo nós um concelho com grande tradição nesta área. Já na secção de seminários e conferências, tomei conhecimento, e bem, da realização do Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, uma iniciativa tripartida por três concelhos, salvo erro, Mirandela, Lamego e outra localidade.

Pergunto se houve distração no anúncio e na inscrição de alguns eventos que nós temos e que aqui realizamos, ou será que só valemos apenas isto?

----- A Senhora Deputada Municipal *MATILDE MACHADO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Esta intervenção estava preparada para a anterior Sessão desta Assembleia Municipal, mas para falar de promoção dos direitos das crianças e jovens, será sempre oportuno.



Em meu nome pessoal e em nome da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela, para cuja presidência fui eleita recentemente, desejo que o espírito de união, esperança e solidariedade esteja vivo no seio desta Assembleia Municipal, por uma causa única.

Neste dia de Reis, e tendo presente a simbologia Cristã, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela dirige uma mensagem de responsabilidade e compromisso a toda a comunidade, incluindo os políticos, agentes de mudança fundamentais no fortalecimento dos direitos das crianças e jovens.

As crianças e os jovens são o coração do nosso futuro, mas também do nosso presente.

Garantir os seus direitos é uma missão que exige a dedicação de todos, desde as famílias às comunidades, passando por quem tem o poder de decidir. A prevenção e a promoção dos direitos das crianças e jovens não são apenas um ideal; são uma responsabilidade partilhada, que define a justiça e o desenvolvimento de qualquer sociedade.

A todos os cidadãos lembramos que pequenos gestos podem fazer grandes diferenças. Estarmos atentos, escutar e apoiar as nossas crianças e jovens é essencial para que cresçam num ambiente de segurança e amor.

Aos políticos e decisores, apelamos para que coloquem as crianças e jovens no centro das políticas públicas municipais. Investir na educação, na saúde e na proteção é investir no futuro de Mirandela.

Implementar e reforçar medidas que previnam o abandono, o abuso e a negligência é garantir que nenhuma criança e jovem fique para trás.

Que o espírito desta “Festa de Reis” Natal inspire união e principalmente ação!

Que 2025 seja um ano de conquistas concretas na promoção dos direitos das crianças e jovens, tornando os seus sonhos e esperanças em realidades.

Porque cada criança/jovem protegida hoje, é um adulto mais forte amanhã.

Convidamos todos a refletir sobre o papel essencial que cada um de nós desempenha na Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens.

Desejo que este novo ano nos traga energias renovadas para continuarmos a construir juntos um futuro mais seguro e feliz para os mais pequenos e jovens do concelho de Mirandela.

Falar sobre os seus direitos não é apenas uma questão de justiça, é um ato de humanidade.

E a comissão não irá baixar os braços para lutar por aquilo que considera que é mais do que justiça!

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria trazer aqui, pelo menos, um problema que transcende o Município de Mirandela, mas que também o inclui, e com ele, abordar outro tema: o problema da água e por arrasto, outros problemas que enfrentamos, nomeadamente o da saúde.

Porquê o problema da água? Era para intervir já no final do ano, porque estranhei que, efetivamente, não houvesse aumentos da água em Mirandela este ano. Ainda bem, é positivo, mas também porque sinto, como muitos munícipes que vivem em Mirandela e noutras regiões de Trás-os-Montes e do interior, que estou a ser e talvez a palavra seja um pouco forte mas é a mais adequada, explorado pelas taxas que nos impõem, tanto em Mirandela, como noutras regiões do país.

Conheço outras regiões onde isto não acontece. Portanto, há aqui um país dividido, conforme a localização dos munícipes: se pertencem às Águas de Trás-os-Montes, às Águas de Mirandela, às Águas do Alto Minho ou às Águas do Alentejo. Para não falar também do Algarve que não conheço, mas conheço até ao Alentejo e aquilo de que falo é a pura realidade. E, senão, vejamos um exemplo concreto.

A água de Mirandela, há muitas pessoas que me têm abordado sobre este problema, não é das mais baratas, como já discutimos no ano passado. Um consumidor que utilize 5, 6 ou 7 metros cúbicos recebe uma fatura de 20,63 euros, de água e de taxas. Se por acaso não forem contar a água e juntarem dois meses, já nem se fala. Já um consumidor das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro que consuma 3,02 metros cúbicos paga ainda mais 1 centímo: 20,64 euros, ou seja, não é apenas em Mirandela que é caro; nas Águas de Trás-os-Montes também. Mas, se o consumo for apenas de 0,522 metros cúbicos, ou seja, 522 litros, paga-se 15,44 euros. Tenho aqui as faturas, que posso mostrar. Isto, na minha opinião, é aberrante.

Se for no Alto Minho, a situação é completamente diferente, mas também não é nada barato. No Alentejo, paga-se cerca de 6 euros, a não ser que haja algum consumo adicional. Se a pessoa frequentar menos vezes a casa, pode chegar aos 10 euros, mas nunca ultrapassa os 15 euros.

Por isso, perante este contexto, eu tinha que falar nisto, porque é, como veem, um assunto que nos afeta diretamente em Mirandela, quem vive em Mirandela, mas também atinge muitas outras pessoas. E eu entendo, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, que é urgente que os autarcas do concelho do interior transmontano se unam e exijam, junto do Governo Central, uma mudança de paradigma, uma mudança de atitude em relação ao interior, em relação a este problema da água, tal como o problema da saúde.

Cirurgias que antes se realizavam facilmente em Mirandela agora exigem deslocações de 60 ou 70 km. e nós vemos a decadência da saúde a ser, também, aberrante.

Não compreendo por que cidades de dimensão semelhante a Mirandela e que estão a 20 ou 30 km de Vila Real têm acesso a esses serviços, enquanto Mirandela, que está a mais de 50 km, não tem. Sabemos a razão, mas por isso mesmo, os autarcas da região têm um papel importante.

Existem associações de municípios onde se deve tratar este assunto e fazer chegar ao Governo o descontentamento de todos nós. Ou será preciso aprovar aqui uma moção? Isso não resolve nada. Acho que terá mais peso se unirmos os autarcas, os presidentes desta região de Trás-os-Montes e fazerem chegar ao poder central estes problemas e o que nós sentimos.

É assim que pretendem evitar o despovoamento ou combater este flagelo que é a diminuição das pessoas no meio rural? Pergunto eu.

Não se compreende que a água, um bem essencial, seja taxada da forma como referi há pouco. Cheira, e passo o termo, a exploração. Não é assim que se preserva o património que os nossos antepassados, com muito esforço e sacrifício, nos legaram. Esse património não é apenas individual, não foi apenas o pai que deixou ao filho; é um património coletivo, cultural, de todos nós. E, com este cenário e a ausência de incentivos, compreendo perfeitamente por que há tantas habitações à venda nas nossas aldeias, pois é evidente que pagar 20 euros de água sem lá estar, ou indo apenas ocasionalmente, para um consumo tão reduzido, não é aceitável. Os estrangeiros que adquirem habitações nas nossas aldeias têm isenções que nós portugueses, que aqui nascemos e teimamos a continuar a viver, não temos. Sinto isso já há muito tempo.

Os nossos filhos e netos não vão poder continuar a fazer essa preservação, porque não há incentivos para tal. Por isso, apelava aqui, precisamente, já não falando da parte cultural – que, como foi referido, deixa muito a desejar. Não existe um programa devidamente organizado para preservar tradições que já existiram e que, como os Reis, por exemplo, se perderam. Não podemos deixar que se percam; temos de mantê-las e recuperar outras.

Faço um apelo ao Senhor Vice-Presidente, para que leve este assunto à Reunião de Câmara e, com o apoio da mesma, o faça chegar às entidades municipais e organizações da região. Se for necessário que a Assembleia Municipal apresente uma proposta, também o faremos, para que este problema comece a ser resolvido.

O despovoamento pode ser combatido com incentivos, para que as pessoas não gastem o seu dinheiro em taxas e mais taxas. Caso contrário, a pessoa olha para a sua realidade e pensa: “Tenho duas habitações deixadas pelos meus pais. 20 euros aqui, 20 euros ali, já são 40 euros. É um peso grande.” E, depois, há ainda a eletricidade, e por aí fora.

Eu apelava ao Senhor Vice-Presidente que transmitisse isso, se não se importasse. É uma questão que não só eu sinto, como várias pessoas que falam comigo no dia-a-dia. Muito obrigado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Efetivamente, gostava que a Senhora Presidente pudesse estar presente, mas não está. Está o Senhor Vereador *Vitor Correia*, uma pessoa que muito admiro, com muita estima e agora, como assumido candidato, certamente, com mais responsabilidade, vai-me poder esclarecer.

Relativamente ainda aquela dívida, que a Câmara tem com a Junta de Freguesia de Frechas, dos 2000 euros. - já parece o Senhor *Brízido* por causa da Tirolesa, mas não é.

Vou fazer um apanhado de algumas Atas que estive a ver, eu fazendo sempre a mesma questão: “Quando é que paga os 2000 euros?” e a resposta que a Senhora Presidente me dá. Numa delas ela diz, e passo a citar: “Será que o Senhor Presidente de Junta não tem assuntos mais importantes para a Freguesia?” noutra Ata diz “Como posso pagar uma fatura do ano anterior?”, noutra Ata de outra Assembleia diz “O Senhor Presidente do Parque Natural do Vale do Tua disse-me que o Senhor Presidente de Junta fazia questão de pagar essa dívida.” Na outra, de setembro, na última “Como é que eu posso fazer o pagamento de uma fatura que não está contratada pela Câmara?”

Portanto, a Senhora Presidente não é coerente em nenhuma das respostas.

O Senhor Vereador *Vitor Correia*, que aqui está presente, esteve também no Salão Nobre no dia 9 de maio de 2023, naquela que foi a primeira e única vez que estive dentro daquele gabinete neste mandato. Estavam presentes eu, o Senhor Vereador *Vitor Correia*, a Senhora Presidente, o Dr. *Sequeira* e o Senhor Dr. *Artur*, então Presidente do Parque Natural Regional do Vale do Tua. Estou a mentir? Não me falha a memória, pois não, Senhor Vereador?

Eu tinha mandado o *e-mail*, ainda em dezembro de 2022, para que fossem reembolsados esses 2000 euros, mas a Senhora Presidente não concordou, dizia que aquilo não estava bem, ela assumia o pagamento, mas tinha de ser como ela quis. E eu fiz-lhe a vontade, obviamente, quem precisa, tem que se sujeitar.

Então, no dia 11, fiz o *e-mail* textualmente como ela quis e me pediu, não o vou ler porque demora muito. Enviei o *e-mail* no dia 11 às 11:43h. No próprio dia 11, às 17:38h, a Senhora Presidente fez questão de mandar, com o meu conhecimento e com o conhecimento do Dr. *João Sequeira*. Vou ler só este parágrafo: “Caro Dr. *João Sequeira*, tal como combinado, encaminhado para elaboração de Parecer Jurídico sobre o pedido do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, que ponho em conhecimento”.

Ora bem, então temos aqui um parecer jurídico. Eu pedia, por favor, ao Senhor Vereador ou ao Senhor Vice-Presidente, que falassem com os serviços técnicos e que fizessem chegar, ainda durante o decorrer desta Assembleia, esse parecer. Se o parecer for desfavorável, eu calo-me de uma vez por todas e com a minha humildade, peço desculpa; se o parecer for favorável à Junta de Freguesia de Frechas, paguem, porque se não pagarem vou ter que transmitir isto, porta-a-porta, à população de Frechas, para saberem o que este Executivo está a fazer à Freguesia de Frechas.

Agradecia que fizessem chegar isso durante o decorrer da Assembleia.

Pegando aqui numa notícia da Radio Terra Quente, do dia 14 de novembro de 2024, onde fala dos quatro adjuntos; há aquela música que é o bailinho da Madeira, mas com este Executivo é o bailinho das cadeiras, se não vejamos: A Senhora Presidente ganha a Câmara em 2017 e nomeia um adjunto, que o manteve durante 4 anos. Em 2021 volta a ganhar a Câmara e já nomeou quatro adjuntos. Ou o primeiro era muito bom, ou os outros não valem nada, ou é para pagar favores políticos, ainda há essa questão. De realçar que, um deles, foi “empurrado” pelo Presidente de Junta de Frechas, porque estava a trabalhar de forma ilegal, além de estar a praticar o crime peculato. Como toda a gente sabe, esse tinha de sair.

E quando a Senhora Presidente fala que gosta de cumprir as legalidades, como veem ela estava ilegal, que ela também diz que não paga esses 2000 euros, porque é uma ilegalidade pagar esses 2000 euros. E se alguém comete ilegalidades é a Senhora Presidente, é umas atrás das outras, se não vejamos a última do mês de abril de 2023, quando ela não cumpre o artigo 40.º da Lei 75/2013, realizando apenas uma reunião de Câmara, quando devia ter feito duas. Assumi perante esta Assembleia que traria um parecer

jurídico para justificar essa falta ou os documentos que provariam a entrega das faltas injustificadas em Tribunal, mas nunca o fez. E nós, como membros desta Assembleia, o Órgão Deliberativo de fiscalização, temos o direito de exigir e pedimos, por favor, que nos façam chegar isso. E até apelo à Mesa que o faça chegar à Senhora Presidente e que o faça chegar aqui a todos nós, porque deve essa explicação aos mirandenses.

Retomando o assunto dos adjuntos, não vou ler o nome das pessoas para não ofender as mentes mais sensíveis, mas vou só referir aqui uma pessoa, relativamente ao Gabinete de Apoio à Presidência e à Vereação. Foi nomeada por Despacho da Senhora Presidente em 31 outubro de 2017 e a mesma pessoa foi exonerada no dia 15/10/2021.

Volta a ser nomeada, por Despacho da Senhora Presidente, dia 15 de novembro de 2023 e é exonerada, por despacho da Senhora Presidente, dia 01 de agosto de 2024. A mesma pessoa volta a ser nomeada pela Senhora Presidente dia 16 outubro de 2021 e é exonerada pela Senhora Presidente no dia 14 de novembro de 2023.

Bem, onde é que isto vai parar? À tina do Palácio dos Távoras, ou seja, ao quadro de pessoal da Câmara Municipal.

Vejam as voltas que isto dá, só aqui temos quase 20 publicações em Diário da República destes cargos.

Relativamente ao passeio Sénior a Braga, que foi realizado pela Câmara, já era para ter falado deste assunto na última Assembleia, mas passou para hoje. Vi na comunicação social, no site do Município, dizer que “600 sorrisos mirandenses encheram Braga”. Mas não foi só sorrisos, também foi tristeza, angústia. As pessoas quiseram comer lanche e tiveram que dar um euro para comer aquilo que eles levaram de casa, porque chovia, não previram, não estavam atentos. Sabem que o Minho é mais de chuva, então para comer lá num abrigo, numas mesas molhadas e sujas, tiveram de pagar um euro. Tiveram de pedir um euro a cada pessoa para puderem utilizar aquele espaço. 600 euros? Então a Câmara paga 10 ou 12 autocarros e não tem 600 euros para pagar? Ou melhor, onde é que estavam dois ilustres presidentes, o da Câmara de Mirandela e o Presidente de Junta, não pediam ao Presidente de Braga para lhes abrir uma escola, um ginásio, o pavilhão multiusos onde é feita a feira de Braga? Onde toda a gente pudesse comer o lanche e a Senhora Presidente dar uns beijinhos? Não tiveram essa ideia?

Relativamente ao cartão de estacionamento, sou eu e o Senhor *Brízido*, já andamos com isto quase há oito anos, ainda o Senhor Vereador *Vitor Correia* era Presidente de Junta quando eu trouxe este assunto. E eu vou continuar a trazê-lo, porque na última Assembleia a Senhora Presidente disse que estava a recolher os cartões de estacionamento. Para meu espanto, agora já vejo funcionários da Câmara, em ruas aonde se devia meter o parquímetro, o talão do parquímetro, em determinadas horas e ruas diferentes, comércio, bares da cidade, “à patrão” com o cartão de estacionamento. E um membro da Comissão Permanente tem que interromper as reuniões para vir meter a moeda ao parquímetro. É uma vergonha! Por que razão o funcionário da Câmara tem e os outros não podem ter? Por que razão os membros da Assembleia não têm? Por que razão os membros da Comissão Permanente não têm?

Eu até deixava aqui uma sugestão, visto que agora a sala da Comissão Permanente é aqui ao lado, neste edifício, são cinco Bancadas, mais três da mesa, ou seja, que tivessem ali oito cartões. Quando começasse a Comissão Permanente, vinham levantar os cartões e colocavam na viatura e, no final, voltavam a deixar dentro da sala. É uma sugestão que deixo, vale o que vale.

Em relação aos Ninhos da Vespa Asiática: temos tido, infelizmente, alguns casos na freguesia e depois não é vespa asiática, é a crabro. Bem, vão me dizer que é uma raça autóctone, não pode ser destruída. Chegam lá e não pode ser destruída, diz o técnico: “a Junta de Freguesia que contrate uma empresa, que pague e já pode ser destruído”. Por que a Câmara não pode destruir, mas, se for a Junta de Freguesia a pagar, já pode ser destruído? Deixa de ser raça autóctone? Se for na cidade, esta mesma situação, quando põe as pessoas em perigo, sei que estão a ser destruídos.

Recentemente no Cachão, no mês passado, foi destruído um, e fiz questão de frisar isso, que foi um Senhor que foi picado na cabeça e deu entrada nas urgências, e teve de ser a Junta de Freguesia a pagar, depois de estarem lá os Técnicos. Não há controlo das balas para destruir os ninhos, porque um pode levar cinco, outro pode levar dez tiros, depende da apontaria e depende do ninho.

Acho que devia haver mais sensibilidade, porque a Junta já tem muita despesa e é uma atenção que vocês deviam fazer, já que os Técnicos estavam no local.

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Mirandela vive um momento crucial que irá ter reflexos num futuro próximo.

Assistimos recentemente às manifestações de interesse ou desinteresse em ser candidato a um dos cargos mais importante da política local, que é o cargo de Presidente da Câmara Municipal.

A todos os candidatos apresento os meus parabéns pela coragem e espero que continuem a promover a cultura democrática!

O mundo atual é complexo e dinâmico, refletindo uma série de desafio. Vivemos tempos de muitas tensões entre grandes potências, como os Estados Unidos, China e Rússia, que continuam a moldar o cenário global, com reflexos a nível local. Conflitos regionais e disputas comerciais também influenciam a estabilidade mundial, afetando estruturas locais, com consequências para cada um de nós.

De facto, trata-se de um momento crítico na história do mundo e da vida pública, marcado por circunstâncias nunca antes vistas, como as redes de informação e comunicação e a facilidade com que se espalham notícias e se propaga a informação. Tudo isto, tem implicações tanto positivas, quanto negativas para a democracia. Muitas vezes espalham-se informações falsas ou desinformação com uma rapidez nunca antes vista, para confundir e distrair os cidadãos e pior que tudo, notícias para descredibilizar as instituições, os políticos e a democracia.

O pior que pode acontecer é os cidadãos deixarem de confiar nas instituições democráticas, nos políticos e no sistema democrático, é desta forma que se instala o totalitarismo, como já vimos acontecer ao longo da história.

Muitos países enfrentam uma crescente polarização política, com movimentos populistas a ganharem força, o que pode levar a divisões sociais e a um enfraquecimento das instituições democráticas.



Também em Portugal o crescimento do populismo é um fenómeno que tem vindo a ganhar destaque nos últimos anos, refletindo uma tendência observada em várias partes do mundo.

Importa, antes demais, clarificar o que é o populismo e a diferença entre ser populista e ser popular.

Ser popular é alguém que é aceite, admirado ou bem-visto pelo público em geral. Uma pessoa popular é aquela que é conhecida e apreciada por muitas pessoas, seja pelas suas qualidades pessoais, habilidades ou realizações. Ou seja, é alguém que é admirado pelas suas conquistas e ou pela sua personalidade.

O populismo refere-se a práticas e discursos que apelam diretamente ao "povo", contrapondo com uma "elite" considerada corrupta ou sem preocupação com as necessidades reais do povo. Os Líderes populistas, por norma, apresentam-se como representantes autênticos da vontade popular, prometendo defender os interesses do povo contra as elites/o sistema. Ou seja, dividem a sociedade entre o "nós" e "eles" – o "povo puro" e a "elite corrupta", prometem resolver todos os problemas rapidamente, com promessas de mudanças rápidas e soluções simplistas para problemas complexos, culpando os políticos/sistema pelos problemas existentes.

Os líderes populistas frequentemente atacam políticos e instituições democráticas, alegando que são corruptos ou ineficazes, o que pode enfraquecer a confiança pública nessas pessoas e instituições, e comprometer a sua capacidade de funcionar de forma independente e justa.

O populismo tende a dividir a sociedade em "nós" contra "eles", criando uma atmosfera de polarização e conflito, fomentando discursos de ódio e agressão.

A retórica populista pode, também, fomentar a desconfiança nas fontes de informação tradicionais e promover a disseminação de desinformação. Isso pode criar um ambiente onde as teorias da conspiração prosperam e a verdade se torna difícil de discernir, o que pode trazer enormes riscos para a política e para os sistemas democráticos.

Para atenuar esses riscos, é essencial promover o sentido crítico e a educação cívica, fortalecer as instituições democráticas e incentivar o diálogo inclusivo e respeitoso. A participação ativa dos cidadãos na política e a vigilância constante, são fundamentais para proteger a democracia e garantir que ela continue a servir o bem comum.

De facto, temos mesmo que ser vigilantes e participativos, pois a política é fundamental para a organização das sociedades e a democracia é uma forma de valorizar a participação, a igualdade, os direitos humanos e a liberdade de expressão, pela qual tanto lutámos.

É através da política e da democracia que escolhemos os nossos líderes, que definimos as nossas prioridades e que projetamos o futuro das nossas comunidades. A política é, portanto, a base para o bem comum, quando exercida com integridade e responsabilidade.

A cultura democrática é o alicerce que sustenta e promove o respeito pelas diferenças, o diálogo aberto e a busca pelo consenso. É um ambiente onde o debate saudável é encorajado e onde as decisões são tomadas com transparência e justiça. Ela permite-nos unir as pessoas em torno de valores comuns, mesmo em tempos de desacordo. Ensina-nos a valorizar a diversidade de opiniões e a trabalhar juntos para encontrar soluções que beneficiem a todos. A democracia não é perfeita, mas é o melhor caminho que temos para garantir que cada indivíduo tenha a oportunidade de contribuir para o bem-estar coletivo.

Para que a democracia floresça, é essencial que cada um de nós participe ativamente. Isso significa votar, envolver-nos em discussões políticas, apoiar causas justas e, acima de tudo, respeitar os direitos e as liberdades dos outros. A democracia é um esforço contínuo que requer o nosso compromisso e a nossa vigilância. Podemos dizer que manter o sistema democrático está nas nossas mãos, por isso temos que o valorizar e proteger.

A política e a cultura democrática são pilares fundamentais da nossa sociedade. Elas permitem-nos viver em liberdade, com dignidade e com a esperança de um futuro melhor.

Em suma, o ambiente político atual é marcado por uma série de fatores interligados que exigem uma abordagem cuidadosa e colaborativa. A participação ativa dos cidadãos e a liderança responsável são essenciais para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem, com a preocupação do bem comum.

A nossa estimada Presidente da Câmara, *Júlia Rodrigues*, que recentemente anunciou a sua indisponibilidade para se candidatar a um novo mandato, soube liderar, durante dois mandatos, o nosso concelho, de forma popular e não populista, fomentando uma cultura democrática, com uma visão clara, uma determinação inabalável e um compromisso profundo com o bem-estar de todas as freguesias e de todos os mirandenses.

Sob a sua liderança, o Partido Socialista alcançou vitórias históricas, conquistando a confiança e o apoio da nossa comunidade de uma forma nunca antes vista. A Senhora Presidente *Júlia Rodrigues*, não só quebrou barreiras, mas também estabeleceu novos padrões de excelência na gestão pública, com a colaboração da excelente equipa de Vereadores, que soube escolher.

Todos conhecíamos a situação financeira desta Câmara em 2017 e a conhecemos agora. Durante estes anos, vimos acontecer projetos de infraestrutura, iniciativas sociais e culturais, e um desenvolvimento sustentável. Sempre colocou as pessoas em primeiro lugar, ouvindo as suas preocupações e trabalhando incansavelmente para encontrar soluções. Estas foram marcas registadas da sua gestão.

Foram tempos difíceis, passámos por uma crise pandémica completamente desconhecida, tendo sido capaz de tomar as decisões certas no momento certo.

Agora, no final do seu segundo mandato, a Senhora Presidente decidiu não se candidatar a um terceiro. Só podemos respeitar a sua decisão e agradecer profundamente pela sua dedicação.

A sua liderança deixou marcas e o seu legado continuará a inspirar-nos no futuro!

A sua determinação, responsabilidade, cultura democrática e compromisso com este concelho são um exemplo para todos nós.

Desejamos-lhe sucesso e muitas felicidades em todos os seus futuros projetos pessoais e profissionais e esperamos que continue a ser uma voz ativa e influente na política e na promoção da cultura democrática.

Muito obrigado, Senhora Presidente, por tudo o que fez por este concelho.

A sua liderança será sempre lembrada com gratidão e respeito.

Desejo um Ano Feliz para todos e que continuemos a lutar pelo aprofundamento da democracia.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecemos, desde já, as intervenções de todos os Senhores Deputados.

Respondendo às questões colocadas pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto* sobre a sua participação na Assembleia Intermunicipal da CIM, no final do ano de 2024, em que recupera o tema da promoção do Território e do potencial que o concelho de Mirandela tem ao nível turístico e cultural. Sem dúvida que o Executivo se revê nesses eixos e, tanto a nível concelhio, como a nível de interação com a Comunidade Intermunicipal, o Município tem feito e faz parte ativa dessa estratégia de alavancar a promoção do território.

Ainda bem que fala nesse boletim, que é produzido pela CIM-TTM em interação com os nove municípios. Esse boletim chama-se “Aqui há coisa”, é relativamente recente, teve a primeira edição em 2024 e tem sido distribuído pelos municípios. De facto, é preciso potencializar mais esse boletim, complementando-o com uma plataforma digital para que possa alcançar um público mais vasto.

É verdade que o caminho se faz caminhando. Foi possível chegar aqui a este ponto e criar um boletim que agregue as respostas culturais, desportivas e recreativas dos nove municípios, mas é preciso afinar alguns procedimentos. Agradecemos o contributo do Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Nós, internamente, faremos esse trabalho de verificar, juntamente com as nossas Divisões, com os Chefes de Divisão, com as equipas no terreno, o próprio Executivo, para perceber se a janela temporal que nos é dada para enviar as atividades para a CIM-TTM, coincide com aquilo que é a nossa agente; muitas vezes por haver esse desfasamento e temos de melhorar. Daí a importância de ter um complemento ao que está na agenda e remeter para um site que vá atualizando essas atividades. Mas agradecemos ao Senhor Deputado *Paulo Pinto* por nos ter colocado essa nota.

Em relação à Senhora Deputada *Matilde Machado*: em primeiro lugar, dar os parabéns pelo facto de se ter disponibilizado para esta missão nobre, exigente, importante, mas difícil, como Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Desejar, em nome do Executivo, as maiores felicidades para o seu trabalho e para a sua equipa.

Efetivamente, a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens coloca aqui o “acento tónico” naquilo que é a promoção, a proteção, ao invés de uma reação tardia a situações já ocorridas. Este alerta, deixado aqui, é fundamental. A Assembleia Municipal e os mirandelenses são sensíveis a esta questão, e nunca será demais apostar nesta vertente. Aliás, a função da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é apostar na proteção e na promoção dos direitos das crianças e jovens.

O Executivo tem afetado a esta missão, tanto os recursos físicos, espaço físico, como também as equipas da Ação Social. Também as Forças de Segurança locais têm sido incansáveis. Um agradecimento à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública, às IPSS e à ULS.

Existe uma rede de apoio extensa, que inclui a Assembleia, que também afeta aqui alguns Deputados Municipais como integrantes da CPCJ, o Agrupamento de Escolas de Mirandela, entidades formativas e a comunidade educativa. E todos, somos poucos, porque são-nos trazidos os relatórios das atividades da CPCJ e de facto, é importante estarmos atentos, para que o número de incidentes seja zero, esse é o nosso objetivo. Por isso, reitero os votos de sucesso para esta equipa e para este projeto.

Em relação ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, traz-nos um tema de importância extrema para o país e para o mundo: a importância da água. Com as alterações climáticas, torna-se cada vez mais evidente o valor que a água tem e cada um de nós, enquanto cidadão, deve ter a noção da importância da água e, também, ter a noção que nos são colocados em casa mil litros de água por cinquenta centimos. Muitas vezes não temos noção daquilo que é o esforço que o país e os municípios fazem, para conseguirmos colocar 1000 litros de água a cinquenta centimos.

De facto, isso não nos deixa satisfeitos. Nós fazemos o nosso trabalho, sabemos a quantas andamos, e sabemos também aquilo que se passa no nosso distrito e no país. Efetivamente, estamos muito longe de termos as tarifas mais caras, tanto na região, como no país. Os dados são trabalhados pela nossa equipa.

Cada caso é um caso, cada concelho tem a sua realidade. Há aqui uma dimensão importante que é a sustentabilidade. No concelho de Mirandela, como outros, temos uma rede de fornecimento de água e saneamento com mais de 50 anos. Sobretudo a partir do 25 de abril é que a rede de água e saneamento foi-se alargando a todo o concelho. Ainda havia zonas no nosso concelho, mesmo na cidade, sem água e saneamento.

Temos feito esse esforço, mas a infraestrutura está longe de estar afinada e há perdas de água. Temos que garantir a sustentabilidade de 95%, ou seja, aquilo que cobramos aos munícipes tem que pagar, pelo menos, 95% do custo que nós temos com a água e com o saneamento.

Neste ano de 2025, não aumentamos as tarifas de água, porque o trabalho que temos vindo a desenvolver ao longo do tempo permitiu-nos evitar essa atualização. Provavelmente, seremos um dos poucos concelhos do país onde não houve alteração das tarifas de água. Isto deve-se ao investimento que temos feito em infraestruturas através do NORTE 2020 e temos uma dotação financeira significativa. A Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais está a trabalhar para implementar melhorias de outras redes de abastecimento, tanto a nível de água, como ao nível do saneamento, implementando um conjunto de mecanismos de monitorização, sensores e depois, também, a questão das captações da qualidade da água nas freguesias.

Há muito trabalho por fazer e temos que continuar a melhorar. Temos feito um esforço evidente e agradecemos esta questão colocada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*. Este é um compromisso deste Executivo e tem que ser um compromisso dos próximos Executivos. Contudo, as tarifas também possuem um carácter pedagógico, tendo em conta a necessidade de poupar água. É um apelo que temos de fazer aos nossos munícipes, para que usem a água de forma adequada, garantindo a sua sustentabilidade.

Fala-nos de um outro tema importante: a questão da saúde e a resposta da saúde aos nossos munícipes. É verdade que o Município de Mirandela não tem competências descentralizadas na área da saúde, mas estamos muito atentos a este fenómeno, a esta temática, juntamente com a Comunidade Intermunicipal e também com o Conselho de Administração da ULS e através do Ministério da Saúde.



Ainda há pouco tempo tivemos uma reunião com o Conselho de Administração da ULS na Câmara Municipal para falarmos de assuntos relacionados com a saúde. Eu gostava que fosse a Senhora Presidente da Câmara a dar essa informação aos Senhores Deputados Municipais e a Mirandela e uma resposta positiva, nomeadamente, ao nível do Heliporto. Vamos conseguir ter uma boa solução a curto prazo, também para melhorar essa valência, que estava comprometida pelo facto de o heliporto não estar certificado. E a Assembleia Municipal aprovou aqui uma Moção para que o Heliporto fosse reabilitado. Esse trabalho está a ser feito, como disse, e a Senhora Presidente trará essas boas notícias.

E respondendo ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, na sequência daquilo que respondi ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em relação à resposta cultural: sim, Mirandela tem um potencial cultural turístico fantástico e temos que, por todos, conseguir alavancar, tendo em conta que o desenvolvimento do concelho e a captação de jovens e famílias se ataca a várias dimensões. Temos vindo a dizer isso, a coesão territorial, investir nas nossas freguesias, nas nossas aldeias, investir em Mirandela, com a melhoria da qualidade dos serviços de proximidade, a rede de infraestruturas diárias, o fornecimento da água, a energia, a resposta educativa e o emprego.

Efetivamente, o emprego é a dimensão que faz com que os jovens casais se fixem em Mirandela. Nós, através da área de acolhimento empresarial, estamos a atribuir os 42 lotes. Estamos, também, através do PDM, a identificar uma nova zona de acolhimento empresarial, com 20 hectares, como vocês sabem e é por aí. Mas também ter emprego qualificado, porque é esse que vai fazer com que os nossos jovens que saem de Mirandela para fazer as licenciaturas possam voltar. É um discurso redondo, que todos conhecemos; se fosse fácil, já estava feito.

Sabemos que este desafio não é exclusivo do nosso concelho, mas de todo o Norte do país. De acordo com os Censos de 2021, Mirandela perdeu população em relação a 2011, mas atualmente estamos a inverter essa tendência. Os indicadores dizem que estamos a inverter e a recuperar a população. Por isso, estamos todos neste desígnio, não é só o Executivo, é também a Assembleia e os mirandelenses. Um cumprimento especial, e porque me é permitido neste ponto, aos nossos empresários, que tem feito um esforço grande para manter as suas empresas, para melhorar a sua capacidade e para criar emprego qualificado. Julgo que 2025, a esse nível, será um ano importante, porque nós ao nível do NORTE 2030 e ao nível do PRR temos um conjunto de instrumentos e o país vai, com certeza, ser capaz de executar.

Em relação ao Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*, eu responderia em duas partes.

Em relação aos adjuntos da Senhora Presidente e à equipa dos Gabinetes de Apoio à Presidência e à Vereação, julgo que é uma competência prevista na lei, que dá autonomia à Senhora Presidente da Câmara e ao Executivo para nomear a equipa com a qual querem trabalhar em dado momento. São opções do Executivo e da Senhora Presidente e não me parece que haja necessidade de mais comentários sobre este tema.

Em relação às Reuniões de Câmara, dizer que a Câmara Municipal, o Órgão Câmara, composto por sete elementos, tem trabalhado de forma a garantir o desenvolvimento do concelho, a garantir que os assuntos de interesse do concelho de Mirandela são tratados em tempo útil. Afirmo aqui perante a Assembleia Municipal, perante o Presidente da Assembleia e perante os mirandelenses que, em nenhum momento, qualquer assunto ficou por tratar ou foi adiado devido à falta de uma Reunião de Câmara, pelo contrário. Tem havido grande disponibilidade por parte de todos os Vereadores, tanto do Executivo, quanto da Oposição. Sempre que foi necessário realizar Reuniões Extraordinárias, por exemplo, ou alterar Reuniões, tendo em conta o interesse do desenvolvimento do concelho, tem sido feito. Por isso, reitero que as Reuniões de Câmara têm sido um fator de desenvolvimento do concelho e nunca o contrário.

Em relação ao passeio Sénior, fez-se um passeio, um convívio, entre muitos seniores de todo o concelho e, aqui, mais uma vez, a coesão territorial. Um agradecimento aos Senhores Presidentes de Junta, que estiveram muito envolvidos para que fosse uma realidade.

Efetivamente, o tempo, nesse dia, estava muito mau, chovia muito. Mas pelo que pude perceber, porque estive do início ao fim, é que foi um dia de convívio, um dia de festa, em que no final toda a gente ficou satisfeita e ninguém se arrependeu, certamente, por ter participado, pelo contrário. Para nós é uma satisfação e temos de continuar a promover mais momentos destes.

Sobre o cartão de estacionamento, vamos verificar o que é que se passa. Se há, de facto, alguns cartões que possam estar a ser usados fora dos critérios que estão aprovados no regulamento. Os cartões de estacionamento têm critérios para serem atribuídos, que são validados pelas equipas técnicas e, por isso, vamos verificar.

Nós agradecemos as sugestões que deu relativamente à Comissão Permanente e ao seu funcionamento. O Executivo vai avaliar, juntamente com o Presidente da Assembleia e, certamente que por todos, vamos conseguir chegar a uma solução que não comprometa o trabalho da Comissão Permanente. É, de facto, um direito e à primeira vista, parece-me mais do que legítimo.

Em relação ao assunto colocado da fatura do Vale do Tua e ao Parecer jurídico, vamos procurar perceber o ponto de situação. Se, efetivamente, já existe o Parecer jurídico, em que sentido está e depois remeteremos ao Senhor Presidente de Junta e ao Senhor Deputado *José Carlos Teixeira* a informação que nos solicitou.

Em relação à questão da vespa asiática, também a mesma situação: vamos verificar, junto dos Serviços de Veterinária, qual é o protocolo que está implementado, para depois podermos, também, informar a Junta de Freguesia. Agradecemos por nos ter colocado essa situação e essa preocupação.

Por último, a Senhora Deputada *Rita Messias*, agradecer a intervenção e as palavras que dirigiu ao Executivo e à Senhora Presidente da Câmara, no trabalho desenvolvido ao longo destes dois mandatos.

Creio que toda a Assembleia, toda a plateia e os mirandelenses são sensíveis aquilo que é a importância das autárquicas e, neste caso, as eleições autárquicas que vão decorrer este ano; a importância no ponto de vista daquilo que é o desenvolvimento do concelho, o desenvolvimento do país. Termos boas equipas que se candidatam a esse desígnio, é uma forma de credibilizar a democracia, uma forma de potenciar o desenvolvimento do país e revemo-nos nessa sua postura de desejar que sejam um momento de festa da democracia em Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PDS) fez uma interpelação à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais, um bom ano a todos.

Pensei que nós estávamos nos Outros Assuntos de Interesse para o Município. Pareceu-me um bocadinho exagerado dez minutos a agradecer. Não estou a por em causa a necessidade de agradecimento e da resposta do Senhor Vice-Presidente. Parece-me um bocadinho exagerado.

Das duas uma: ou há alguma alteração ao regimento da qual não tenho conhecimento, ou então eu proponho que na próxima alteração ao regimento, quando houver essa possibilidade, se ponha um ponto adicional em relação ao tempo de antena. Quer dizer, estamos aqui já a utilizar a Assembleia Municipal para adjetivar o trabalho e os candidatos, quem não vai ser, os Vereadores e por aí fora. Parece-me muito bem feito, mas uma carta aberta ficava bem.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse: Relativamente à interpelação à Mesa, Senhor Deputado *João Reis*, as intervenções são cada um. Vamos lá ver, no decorrer do próximo ano, também as suas; veremos o que é que vai acontecer. Cada um tem as suas intervenções, à Mesa compete-lhe definir o tempo e impor as regras da duração e o chamamento das intervenções. De resto, cada qual é livre de fazer os seus textos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse: Entretanto, recordar à Assembleia, em particular ao Senhor Deputado *João Reis*, o Regimento estabelece para Outros Assuntos no período Antes da Ordem do Dia, seis minutos a cada Deputado e nos pontos do Período da Ordem do Dia 10 minutos para cada Senhor Deputado, em que pode livremente expressar-se, com exceção do Plano e Orçamento e do Relatório e Contas, que prevê dez mais cinco minutos. É aquilo que está estabelecido no Regimento e dentro dos tempos limites, como disse a Senhora Primeira Secretária e bem, os deputados fazem as suas intervenções livre e democraticamente nesta casa.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou um pedido de esclarecimento: Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, gostava de colocar uma questão e penso que a resposta está evidente ao Senhor Vice-Presidente, na parte que nos diz respeito.

Pelas suas palavras, dá a impressão que está tudo bem e as taxas que são incluídas na fatura da água não valem nada.

Refere que a água são 50 centimos. Muito bem. Então, neste exemplo que eu apresentei, a pessoa gasta menos de um metro cúbico, dá a impressão que só vai pagar cinquenta centimos e a taxa de cinquenta centimos. Isso é pura mentira. Sabemos todos, pela experiência que temos, que as taxas estão inerentes ao serviço, pelo que vão ter um peso enorme no custo final do consumo.

Aquilo que deduzo e o Senhor Vice-Presidente diga-me se estou errado, é que, na sua opinião, já não vale a pena mexer no assunto da água ou levá-lo, por exemplo, à CIM-TTM, ou a essas associações de municípios que existem aqui na região.

Este assunto é, na minha opinião, muito mais vasto, e se calhar, não me fiz entender porque ele, efetivamente, pesa muito nos consumidores, pesa muito nas pessoas que vivem no interior.

Na nossa opinião, este assunto deve ser levado junto do Governo, para que sejam tomadas medidas de forma a que não haja discriminação.

Há diferença consoante a região em que vivemos, há discriminação de região para região, porque as entidades que assumem a água variam; no caso de Mirandela é o Município, no caso de, por exemplo, Moncorvo, é as águas de Trás-os-Montes, no caso do Alentejo é as águas do Alentejo, etc. Não há controlo nessas entidades.

Não vi isso na resposta do Senhor Vice-Presidente, mas penso que se o Governo quer um tratamento de equidade entre os cidadãos portugueses, tanto os que aqui residem, como os que para cá vêm viver, então tem que tomar atitudes deste género.

Era isso sobre o que queria incidir mais e penso que o Senhor Vice-Presidente não atingiu, ou não quis atingir, justificou à sua maneira.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto é um pedido de esclarecimento ao Senhor Vice-Presidente.

Relativamente ao Parecer jurídico, não vai ver se está, ele tem que estar, porque, efetivamente, o Dr. *João Sequeira* já nem é funcionário do Município. Isso tem que estar feito, porque ele foi pedido dia 11 de maio de 2023. Nem vamos por isso em questão. Faz-me lembrar aquele ofício que pedi dia 7 de março, que desapareceu e só reapareceu na semana passada.

Relativamente às Reuniões de Câmara: nunca disse que nas Reuniões de Câmara vocês não defendem os interesses do Município e de todo o concelho de Mirandela e podem fazer as que quiserem. Isto é como eu ir na autoestrada todo o ano a 90km/h e uma vez vou a 200km/h e infringi a lei, e vocês infringiram a lei.

Tem que fazer de 15 em 15 dias. É fácil, abram o site da Câmara e aparece lá o artigo 40.º da Lei 75/2013, duas Reuniões de Câmara por mês. E no mês de abril de 2023 só fizeram uma, infringiu a lei e o que diz a lei é que a Senhora Presidente tinha de apresentar no tribunal as faltas injustificadas e não o fez. Se o fez, que entregue nesta Assembleia os comprovativos em como entregou.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, agradeço que tenha solicitado esclarecimento porque se a minha resposta não foi totalmente clara, permite-me que seja.

Efetivamente, o tema da água, a sua importância para os munícipes, para os mirandelenses e para o país é uma questão de primeira necessidade. Trata-se de um bem de carácter universal, ao qual todos os cidadãos devem ter acesso. Quanto mais barata a água puder



chegar às casas das pessoas, melhor. Tendo em conta a outra dimensão que referi, todos nós, enquanto cidadãos, devemos estar cientes da importância deste bem escasso. Esse é um aspeto.

Tive a oportunidade de dizer que o Município tem de cumprir as regras da entidade reguladora, da ERSAR. E a entidade impõem aos municípios uma sustentabilidade de 95%, é obrigatória por lei. Isto significa que, se o Município gasta 1 milhão de euros por ano com a água, deve arrecadar, pelo menos, 950 mil euros em receitas. É a lei que diz isso.

O que estamos a fazer? E foi isso que também referi. Com as ações que já implementamos, conseguimos que, no ano de 2025, não houvesse aumento do preço da água, porque estamos a melhorar a eficiência do sistema. A cada passo, a cada melhoria que o Executivo consiga fazer, isso vai repercutir-se na fatura, ou seja, estamos a traçar um caminho, de forma a que a fatura da água possa vir a ser reduzida, tendo em conta a eficiência do sistema.

Quanto mais eficiente for o sistema, melhor para os consumidores, melhor para todos. Mas é preciso, ainda, algum trabalho.

É verdade que os municípios precisam de ter um apoio do Governo para esta ação. Além dos Fundos Comunitários, como o Norte 2030 e o PRR, o Governo tem que fazer parte da solução e a própria Entidade Reguladora, eventualmente, alterar a estrutura, que atualmente inclui, além do custo da água, os encargos com saneamento e a taxa de resíduos, que também tem vindo a aumentar e tem um peso significativo. Por isso, a estrutura tarifária na fatura da água, não é só a água: é a água, o saneamento e os resíduos.

Dizer que o Executivo esteve, recentemente, através da CIM-TTM, representado numa reunião com o Secretário de Estado do Ambiente, para tratar desta temática macro da água e daquilo que estamos aqui a referir.

Por isso, para nós também é importante que a fatura da água, todos os meses, seja a menor possível para os munícipes e estamos a trabalhar nisso, mas também temos obrigações legais.

Em relação ao Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*, o que eu disse foi que, independentemente daquilo que está previsto na lei, de ser uma reunião ou duas por mês, dizer que este Executivo tem feito as reuniões necessárias para que o município consiga desempenhar a sua missão. E quando tem que fazer três ou quatro reuniões num mês, realizam-se três ou quatro.

Mais uma vez saliento aquilo que tem sido a postura de todo o Executivo, dos sete Membros do Executivo, para que esse objetivo tenha sido alcançado.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *Maria Lino* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Venho aqui expor um problema que se arrasta há dois anos e meio. É com profundo desagrado, insatisfação, indignação e consternação que denuncio a falta de resposta a cinco cartas que enviei ao Senhor Vice-Presidente sobre a situação dos arrumos que foram transformados em habitação ilegal.

Será que não sou uma cidadã com os mesmos direitos que os demais? Será que não contribuo com as minhas obrigações sociais neste Município onde nasci?

Esta ilegalidade, permitida pela Câmara Municipal, afeta a minha paz. Por isso, venho pedir que esta situação seja resolvida com ações concretas e não com palavras vãs. Não estou a pedir nada a que não tenha direito.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Múncipe *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, já falei na Assembleia passada e hoje vou tocar no mesmo assunto.

É de lamentar Senhor Vereador *Vitor Correia*. Tínhamos tirado o bilhete para irmos passar o Natal à Suíça. A determinado momento, entro em contacto com o Senhor Advogado que nos representa, o Dr. *David*, para que fossem agendadas três datas diferentes, antes do fim do ano, para serem feitas as medições do ruído. Não aconteceram as medições de ruído, acabamos por perder o dinheiro dos bilhetes.

Pergunto, Senhor Vereador: quem é que me vai reembolsar esse dinheiro? Não foram feitos os testes e o dinheiro está perdido. Devia ter vergonha e respeito para com os cidadãos que o elegeram para estar onde está. Não há respeito nenhum, mas uma coisa vou-lhe dizer: o mundo é pequeno.

Não se compreende que, nesta altura do ano, com o frio que está, pretendam fazer a medição do ruído.

Agora vou-lhe dizer: façam a medição do ruído quando quiserem, mas não vai ser como vocês querem. Iremos estar dispostos quando estivermos dispostos e quando tivermos a disponibilidade para tal. Se o quiserem fazer sem nos dar qualquer tipo de conhecimento, façam-no, porque, a seguir, vamos ter, ou vão ter, melhor dizendo, uma surpresa.

Senhor Presidente, a arrogância de muitas pessoas é muito grande. A arrogância de muitas pessoas é a arma dos fracos.

Senhor Presidente, no fim do ano de 2024 tive o privilégio de privar com uma Senhora Doutora Juíza, onde falamos de certos e determinados assuntos, inclusivamente, o parque infantil do Tua Sol. Disse à Senhora Doutora Juíza que coloco perguntas nesta Assembleia, as quais não me são respondidas. O que disse a Senhora Doutora. *“A Câmara não responde, na pessoa da Senhora Presidente, não é porque não quer, não é porque não saiba. Metem-se em copas, fecham-se, para não responder”*

Senhor Presidente, os meus votos para as eleições futuras estão canalizados, oxalá que em outubro não se fale, nesta Assembleia, a linguagem PS e se fale outra, não importa quem.

Senhor Presidente, quanto à medição do ruído, já disse que as coisas devem ser feitas como tal, se quiserem dar-nos conhecimento, tem que ser atempadamente e não como os Senhores querem.

Quanto a isto, acho que vou dar por terminada a minha intervenção. Ficarei ao dispor, a aguardar que tenha uma solução rápida e óbvia, porque isto já começa a ultrapassar os limites. São cinco anos, é como diz a gíria portuguesa “são muitos anos a assar frangos”.

Deviam de ter vergonha, porque o Executivo que está nesta Câmara Municipal de Mirandela não são gente de bem, só olham para o umbigo deles, só olharam para eles, quando realmente quiseram votos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão online da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *RUI NEVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Bom Dia a todos.

Infelizmente, a Senhora Presidente não está presente. Apesar disso e por dever de consciência, não vou deixar de fazer esta minha intervenção.

A realidade tem a capacidade extraordinária de demonstrar, muitas vezes, o contrário do que se diz e depois da sua intervenção na Assembleia de dezembro não podia deixar de responder.

Ao contrário do que referiu a Senhora Presidente nessa Assembleia, o Município não ganhou a Providencia Cautelar.

Não ganhou a Providência Cautelar, nem ganhou o Processo Executivo.

Em ambos os processos, o Município foi condenado a fazer obras necessárias para garantir a segurança das casas, até à decisão do processo.

A única coisa que o Município conseguiu foi, ao socorrer-se de todo o tipo de recursos, não ser obrigado a fazer essas obras, apesar de saber que eram consideradas, por todas as Universidades, necessárias e urgentes para a estabilidade das casas, segurança dos municípios e dos edifícios situados nos lotes inferiores e que, ao não terem sido feitas, podem colocar em causa a futura recuperação dessas casas.

O que o Município conseguiu fazer foi incumprir uma sentença, mesmo depois do Tribunal ter dito num Despacho que *“já foram dados muitos prazos ao executado para cumprir a sentença”*, para agora vir invocar de forma completamente descabida que não se considera capaz de definir os trabalhos e que não se considera responsável pela execução.

Pergunto-lhe Senhora Presidente: não é da Câmara Municipal a responsabilidade pela aprovação dos loteamentos, a sua fiscalização e o deferimento dos pedidos de licenciamento?

Não foi o Município condenado na Providência Cautelar por Omissão de dever de fiscalização, e essa decisão não se tornou definitiva porque o anterior Executivo não recorreu?

Então, porque continua, lamentavelmente, a defender-se com a opinião dos Técnicos? Quando sabe que os mesmos já mantinham a mesma opinião no tempo do anterior Executivo e a opinião da Senhora Presidente, até ser eleita, como todos sabemos, era bem diferente da que defende agora.

Então, porque continua a Senhora Presidente a defender-se com o argumento que não era Presidente quando ocorreu a derrocada, quando sabe que um Executivo é eleito para resolver os problemas dos seus municípios devendo, por isso, assumir tanto as coisas más, como as boas dos anteriores Executivos e não se desculpar neles?

Ao contrário do que insinuou nesta Assembleia, as minhas intervenções não são, nem nunca foram no sentido de lhe impor a resolução do caso.

Elas têm como única intenção alertar a si e alertar o seu Executivo para o perigo do incumprimento das decisões do Tribunal, para o perigo dos seus adiamentos sistemáticos, com recursos por parte do Município, para os perigos que poderão vir a ter para a segurança das pessoas e para a futura recuperação dos edifícios, ou para os custos exponenciais dessa recuperação, causados pela demora de uma decisão definitiva.

Nada vai apagar ou recuperar o mal que nos foi feito.

Vamos, por isso, continuar a lutar, com armas totalmente desiguais, para que um dia a justiça possa acabar por ser feita.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão online da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Sou natural de Vale de Asnes, de onde saí aos 11 anos. A minha vida foi feita em Aveiro e infelizmente como acontece em todas as famílias, os nossos entes queridos acabam por partir.

A Freguesia de Vale de Asnes é uma freguesia bastante pobre e, tendo em conta que tinha alguns assuntos a tratar, enviei *e-mails*, fiz chamadas telefónicas, tentei de tudo para entrar em contacto com o Presidente da Junta. No entanto, o telemóvel do Presidente parece estar sempre desligado ou simplesmente não funciona. O mesmo acontece com o telefone da Junta.

Em resposta a um *e-mail* que eu enviei, recebo uma resposta da Junta de Freguesia de Vale de Asnes em que diz “*os horários de atendimento publicados no site da Junta de Freguesia não condizem com os horários informados na sua resposta.*” Esta discrepância tem causado confusão e dificuldades para os municípios que precisam de serviços da Junta e habitam a mais de 250km.

Acho que isto não é resposta que se dê a um município. Na minha opinião, esta Junta de Freguesia simplesmente não está ativa, limitando o seu tempo a apanhar azeitona e a outros afazeres no campo.

Pelas informações que me foram dadas por algumas pessoas de Vale de Asnes, consegui obter vários números de telefone, incluindo o número pessoal do Presidente da Junta. No entanto, após inúmeras tentativas, nunca me foi possível estabelecer contacto com ele.

Será que, sempre que precisar de tratar de um assunto, terei de percorrer 500 km, de Aveiro até Vale de Asnes, para o resolver pessoalmente?

Em que, tendo em conta isso, me respondem ao *e-mail* que os horários que estão no *site* da Câmara, porque este *e-mail* foi dirigido, também, para o Presidente da Câmara, onde também não obtive resposta, em que dizem, claramente, que o horário do atendimento aos municípios é ao domingo das 11h ao 12h e no *site* oficial da Câmara diz que é sábados e domingos das 10h ao 12hh e das 14h às 14h. Como é possível que um *site* oficial da Câmara Municipal publique informações erradas e induza as pessoas em erro?

Eu se quiser tratar de um assunto, tenho de me deslocar 500km, de Aveiro aqui e depois regressar.

A finalidade desta reunião que eu pretendia é só e simplesmente para construir uma capela no cemitério de Vale de Asnes que, segundo a legislação, ou é a Câmara ou é a junta os responsáveis.

Eu preciso de saber, com esta incompetência, sem retórica nenhuma, quem é o responsável aqui, se é a Câmara ou se é a Junta? A quem me devo dirigir? A onde devo apresentar os processos necessários para avançar com a construção da capela?

É este o assunto que me traz aqui e que eu gostaria de saber para, no futuro, as pessoas terem noção, principalmente aquelas que estão muito distantes, a quem se devem dirigir, para não perderem tempo, porque tempo é dinheiro.

É isso que me traz aqui e preciso de uma resposta para isto. Que me respondam e que a Câmara tenha a responsabilidade de me responder ao *e-mail* que é, pelo menos, a obrigação mínima.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respondendo à município *Maria Lino*, efetivamente este é um problema que é do conhecimento do Executivo em permanência. É um problema do meu conhecimento e que é uma questão bastante densa, que preocupa legitimamente a D. *Maria Lino* e que preocupa muito o Executivo Municipal, porque há aqui questões técnicas, há aqui questões jurídicas, envolve pessoas, envolve habitação, envolve eventualmente, o despejo de uma família e envolve também a própria Autoridade Tributária.

O nosso Gabinete Jurídico teve reuniões frequentes com a D. *Maria Lino*. Não ficou às escuras em relação a esta problemática, sabe perfeitamente que o Executivo, a Senhora Presidente, tudo estamos a fazer para resolver a situação da melhor maneira, de forma a que a D. *Maria* não tenha este constrangimento de ter um casal a morar num prédio que possa, eventualmente, não estar legitimado para o fazer.

É uma questão, volto a repetir, jurídica densa.

De facto, são dois anos e meio, é verdade. Mas o Executivo continua a acompanhar este assunto, o Gabinete Jurídico também. Temos procurado encontrar soluções que minimizem o impacto para todos, mas não tem sido fácil.

O arrendamento em Mirandela apresenta desafios significativos, especialmente devido ao custo da renda. Por isso, também, a importância da Estratégia Local de Habitação, da Residência de Estudantes, para ver se as respostas de arrendamento em Mirandela, os preços, o mercado, estabiliza, porque já perceberam todos qual é a problemática que está aqui em causa.

Nós sabemos que, apesar do desconforto, a D. *Maria Lino* também é sensível a esta questão e tem sido tolerante, paciente e, eventualmente, até de mais.

O que pedimos, em nome de Mirandela e de todos os envolvidos, é que nos continue a ajudar neste processo durante mais alguns dias, de forma a ver se conseguimos encontrar uma solução, que seja uma solução que tenha um impacto o menos negativo possível neste processo todo, que tem contornos jurídicos densos, como já perceberam.

Em relação ao município Senhor *Manuel Brízido*, eu passava a palavra ao Senhor Vereador *Vitor Correia*, porque ele foi aqui visado nesta questão e saberá responder de forma mais correta.

----- O Senhor Vereador *VÍTOR CORREIA*, autorizado a intervir, disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Relativamente a esta resposta, e com toda a objetividade e correção, devemos esclarecer que respondemos a uma missiva enviada pelo advogado mandatado pelo Senhor *Manuel Brízido*, Dr. *David Lago Fontes*, em 18 de novembro de 2024, que dizia, rigorosamente, isto:

“*Exmo. Sr. Dr.*,

No seguimento da resposta enviada pelo Município de Mirandela relativamente à queixa apresentada por V. Exa. sobre o parque infantil instalado no loteamento Tua Sol, e nos termos do compromisso assumido pelo Município, que deseja efetuar a medição acústica, vimos solicitar que, no prazo de cinco dias, nos indique três datas possíveis até ao final do ano, para que a empresa possa efetuar a avaliação acústica no interior da moradia do seu constituinte.”

Relativamente a esta carta, não obtivemos qualquer resposta formal. Apenas recebemos uma informação oficiosa por parte do Dr. *David Lago*, onde dizia que não haveria muita disponibilidade. Estamos a aguardar que nos diga quais são as datas da sua vontade, não é da nossa vontade.

Portanto, está-nos aqui agora a dizer que perdeu uma viagem, que deixou de ir, não! Nunca nos disse que estava disponível e nem nós impusemos data nenhuma. Até à data, desconhecemos quais são as suas disponibilidades, se é que as tem. Apenas sabemos aquilo que nos vem dizer aqui ao Município.

Não podemos ter duas vias de comunicação diferentes. A partir do momento em que mandou um advogado para tratar deste assunto, será exclusivamente através dessa via que iremos continuar a responder. Estamos a aguardar essa carta.

Dado que não recebemos qualquer resposta até ao momento, iremos proceder ao envio de uma nova carta, solicitando novamente que nos sejam indicadas três datas da sua concordância. Se não obtivermos resposta, iremos proceder à medição do ruído fora daquilo que é a sua propriedade, porque a propriedade é sua, é inviolável, não podemos ir lá.

Ficamos a aguardar, pacientemente, que nos diga, e com todo o respeito. Desculpem-me, é assim que temos de tratar os assuntos: com objetividade, com transparência e com clareza.

Aguardamos que o Senhor Município nos responda, por favor, via advogado. Obrigado a todos.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação ao município *Rui Neves*. Agradecemos as questões. Já foi referido inúmeras vezes, tanto pela Senhora Presidente como pelo Executivo e julgo que é unânime, que lamentamos profundamente o ocorrido com esta derrocada, bem como os transtornos e constrangimentos que causou às famílias e aos proprietários.

Sobre esta matéria, a Senhora Presidente, logo em 2017/2018, juntamente com a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, iniciou um trabalho de levantamento daquilo que eram, ou que possam ser situações de potencial risco, para evitar que estas situações ocorram. Esta é uma preocupação constante, tendo em conta a morfologia do nosso território, tanto na cidade como no restante concelho.

Muitas vezes são apresentadas soluções que podem levar a estes problemas, daí a importância do investimento de gestão territorial, o PDM e outros instrumentos, para proteger os investimentos dos municípios.

Por vezes existe essa questão, por vezes há indeferimentos de projetos arquitetónicos que os municípios encaram negativamente. No entanto, compete a todos nós, projetistas, técnicos de avaliação e construtores, garantir que os investimentos dos promotores sejam seguros e viáveis.

Lamentamos muito, todos nós lamentamos aquilo se passou. De facto, a Senhora Presidente da Câmara e o Executivo não tínhamos a informação toda e quando tomamos posse, em 2017, depois de termos as primeiras reuniões com a nossa Equipa Técnica, com o Gabinete Jurídico, com os juristas dos proprietários, verificámos que o assunto era denso, que era uma questão jurídica complexa e que o caso já se encontrava em Tribunal.

Desde do primeiro dia, a Senhora Presidente e o Executivo assumiram o seguinte: o Executivo cumprirá sempre todas as decisões do Tribunal, sejam elas quais forem, nomeadamente, eventuais indemnizações, o que for. Contudo, estando o assunto em Tribunal compete agora à instância Tribunal decidir o que tiver de decidir.

O que nós lamentamos todos, enquanto cidadãos, enquanto Membros do Executivo, é que muitas vezes o nosso sistema judicial tenha estes prazos tão longos, que se traduzem em desespero para todos nós e neste caso, todo o impacto que tem nos moradores, nas famílias. Desejamos que este assunto seja resolvido com a maior brevidade possível, mas neste momento, ele está sob alçada da Justiça.

Em relação ao município *Manuel Pires*, agradecemos a questão. Um mirandense que está, neste momento, a morar em Aveiro, mas que mantém uma relação forte com a sua freguesia. Para nós é um gosto e temos todos a obrigação de garantir essas pontes, de facilitar essa articulação com a comunidade, com as raízes.

É sempre bem-vindo a Mirandela, à sua terra e quem sabe, um dia possa até pensar em regressar de forma definitiva. Por isso Mirandela, Vale de Asnes acolher-lho-á de braços abertos e desejar as maiores felicidades nesta sua vida em Aveiro e um dia que possa regressar.

De facto, os Senhores Presidentes de Junta têm um papel fundamental nessa interação com os municípios e com os fregueses que residem na freguesia e aqueles que estão fora e é de enaltecer o trabalho que os Presidentes de Junta e das Uniãos de Freguesia fazem 365 dias por ano, 24h por dia, em prol dos seus fregueses, muitas vezes com meios reduzidos e escassos.

Pode, eventualmente, ter havido dificuldades de articulação. No caso de Vale Asnes em particular, é um problema que nós temos ainda no concelho, que estamos a tentar ultrapassar, que é a questão da fragilidade da rede móvel e telefónica no concelho, que ainda se verifica.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

É um problema que estamos a tentar solucionar, juntamente com o Governo, que abriu um procedimento para colmatar as zonas brancas e temos sentido melhorias significativas em muitas freguesias.

Pode ser que essa fragilidade nas telecomunicações tenha dificultado o contacto com o Senhor Presidente da Junta. No entanto, iremos averiguar essa questão e procurar facilitar essa mediação para garantir uma resposta ao munícipe.

Tenho a certeza absoluta que o Senhor Presidente de Junta será o primeiro, após esta Assembleia, a falar com o munícipe *Manuel Pires* para o ajudarmos em tudo que temos que o ajudar para que consiga levar a bom porto esta sua construção, ou reabilitação da Capela Funerária, ou outro assunto que possa ser necessário.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Asnes solicita a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Os telemóveis não têm rede na nossa freguesia. De facto, são defeitos que ainda não foram resolvidos. A antena já está, mas falta o resto.

Relativamente à questão da Capela Mortuária, este Executivo só vende uma sepultura a cada família. O cemitério já está quase ocupado e, portanto, é o que temos vindo a fazer, vender uma sepultura para cada família.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Concluimos assim esta 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Marcamos encontro para final de fevereiro. A todos desejo continuação de um bom ano, bom trabalho e obrigado a todos.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 12 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;

Francisco José Esteves
Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;

Luísa Maria Almeida Torres Belchior
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

José António Costa Ferreira
José António Costa Ferreira